



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA (FH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HIGOR FALEIRO COUTINHO

**A agência indígena e o projeto colonial português em
Goiás na Guerra Justa contra os Kayapó (1735-1832)**

GOIÂNIA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Higor Faleiro Coutinho

3. Título do trabalho

A AGÊNCIA INDÍGENA E O PROJETO COLONIAL PORTUGUÊS EM GOIÁS NA GUERRA JUSTA
CONTRA OS KAYAPÓ (1735-1832)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Professor do Magistério Superior**, em 19/12/2023, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Higor Faleiro Coutinho, Discente**, em 16/01/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4277326** e o código CRC **8FC15519**.

HIGOR FALEIRO COUTINHO

**A agência indígena e o projeto colonial português em
Goiás na Guerra Justa contra os Kayapó (1735-1832)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades
Linha de Pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Elias Nazareno.

GOIÂNIA
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Coutinho, Higor Faleiro

A agência indígena e o projeto colonial português em Goiás na Guerra Justa contra os Kayapó (1735-1832) [manuscrito] / Higor Faleiro Coutinho. - 2025.

CXXVII, 127 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Elias Nazareno.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Anexos.

1. Kayapó do Sul; . 2. Agência; . 3. Protagonismo histórico; . 4. Bandeirismo; . 5. Decolonialidade.. I. Nazareno, Elias, orient. II. Título.

CDU 94(817.3)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **084/2023** da sessão de Defesa de **Dissertação** de **HIGOR FALEIRO COUTINHO**, que confere o título de **Mestre(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três**, a partir da(s) **09h00**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“A AGÊNCIA INDÍGENA E O PROJETO COLONIAL PORTUGUÊS EM GOIÁS NA GUERRA JUSTA CONTRA OS KAYAPÓ (1735-1832)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Elias Nazareno (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Patrícia Emanuelle Nascimento (UFU)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Tamiris Maia Gonçalves Pereira (IMS-RJ)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Elias Nazareno**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Vice-Coordenador de Pós-Graduação**, em 13/12/2023, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Professor do Magistério Superior**, em 14/12/2023, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4205013** e o código CRC **20C8AC08**.

Referência: Processo nº 23070.065587/2023-79

SEI nº 4205013

Ao povo Panará, que segue resistindo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Uli, minha companheira, cuja presença e estímulo foram determinantes para a realização desta pesquisa, do começo ao fim. Minha gratidão também aos meus pais (*in memoriam*): à minha mãe, Maria de Lourdes, pelo legado de amor à leitura e ao conhecimento; ao meu pai, Francisco Coutinho, pelo apoio e companheirismo; a ambos, pela sólida formação que me proporcionaram. À minha irmã, Walkíria, cuja capacidade de dedicação aos estudos sempre foi um exemplo para mim. Sem vocês, esta dissertação não existiria.

Meu muito obrigado também à Universidade Federal de Goiás e ao seu Programa de Pós-Graduação em História, que acolheram este estudo ainda em sua fase embrionária; ao professor Elias Nazareno, cujas leituras e orientação foram fundamentais para a evolução da pesquisa e, assim, do texto; à Capes, pela bolsa de estudos que tornou as coisas um pouco menos penosas; às professoras Patricia Emanuelle e Tamiris Maia, que gentilmente aceitaram participar das bancas de qualificação e defesa e cujas recomendações foram valiosas.

Agradeço, por fim, ao meu filho Tom, que chegou de surpresa durante a fase final da escrita desta dissertação, tomando para si meu sono e meu tempo, mas que, muito longe de atrapalhar, tornou-se o motivo principal de tudo o que faço e farei na vida.

RESUMO

Este estudo vale-se das pesquisas documental e bibliográfica, bem como da análise da tradição oral, para a construção de conhecimento sobre o protagonismo histórico do povo Kayapó do Sul durante a guerra justa declarada pela Coroa Portuguesa na terra dos Goyazes, durante o século XVIII (com implicações que alcançariam as primeiras décadas do século XIX). Examina também a constituição da figura histórica do bandeirante e do bandeirismo – elemento essencial para a compreensão do apagamento do protagonismo indígena – processo que respondeu a motivações menos historiográficas que ideológicas. O objetivo aqui é interpretar os fatos históricos à luz da decolonialidade, conceito cunhado pelo grupo Modernidade/ Colonialidade, formado por intelectuais latinos que realizaram um movimento político/ epistemológico essencial para a atualização crítica e utópica das Ciências Sociais na América Latina no século XXI.

Palavras-chave: Kayapó do Sul; Agência; Protagonismo histórico; Bandeirismo; Decolonialidade

ABSTRACT

This study uses documentary and bibliographical research, as well as the analysis of oral tradition, to build knowledge on the historical role of the Kayapó do Sul people during the fair war declared by the Portuguese Crown in the land of the Goyazes, during the 17th century (with implications that would reach the first decades of the 19th century). It also examines the construction of the historical figure of the bandeirante and bandeirantismo – an essential element for understanding the erasure of indigenous protagonism – a process that responded to less historiographic motivations than ideological ones. The aim is to interpret historical facts in light of decoloniality, a concept made up by the Modernity/ Coloniality group, formed by Latin intellectuals who carried out a political/ epistemological movement essential for the critical and utopian updating of Social Sciences in Latin America in the 21st century.

Keywords: Kayapó do Sul; Agency; Historical protagonism; Banderismo; Decoloniality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Kayapó nos descobertos de Pilões e Tocantins.....	11
Figura 1.1 – CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Kayapó nos descobertos de Pilões e Tocantins.....	12
Figura 2 – Mapa da Localização dos ataques Kayapó do Sul	22
Figura 3 – Mapa das estradas que ligavam Vila Boa ao Rio de Janeiro.....	33
Figura 4 – Mapa que destaca o “Sertão do Gentio Kayapó”	40
Figura 5 – Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás	41
Figura 6 – Ofício do governador e capitão general de Goiás, Luis da Cunha Meneses ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro	44
Figura 6.1 – Ofício do governador e capitão general de Goiás, Luis da Cunha Meneses ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro	45
Figura 7 – Lista comparativa de termos da língua Kayapó do Sul coletados em diferentes circunstâncias temporais e geográficas ao longo de décadas, nos séculos XIX e XX	73
Figura 7.1 – Lista comparativa de termos da língua Kayapó do Sul coletados em diferentes circunstâncias temporais e geográficas ao longo de décadas, nos séculos XIX e XX	74
Figura 7.2 – Lista comparativa de termos da língua Kayapó do Sul coletados em diferentes circunstâncias temporais e geográficas ao longo de décadas, nos séculos XIX e XX	75
Figura 8 – Partida da Monção – Óleo sobre tela de José Ferraz de Almeida Júnior	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - OCUPAÇÃO, DIÁSPORA E GUERRA	21
1.1 Ocupação.....	26
1.2 Diáspora	29
1.3 Guerra.....	33
CAPÍTULO II - BANDEIRISMO E MITOLOGIA PAULISTA.....	51
CAPÍTULO III - A POTÊNCIA HISTÓRICA DA PALAVRA FALADA.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
ANEXOS	
1 - Entrevistas transcritas na íntegra	109
2 - Parecer consubstanciado do Conep	120

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Elias Nazareno, e integra a linha de pesquisa *Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História*. Trata-se de um estudo documental e bibliográfico, complementado pelo exame da presença do tema na tradição oral indígena, sobre a agência Kayapó do Sul (Panará¹) durante a guerra justa travada pelo projeto colonial contra este povo ao longo do século XVIII. Nesse conflito os agentes coloniais empregaram grande número de guerreiros Bororo² (Boe) cooptados, com o objetivo de exterminar ou expulsar os Kayapó do Sul da terra dos Goyazes³, para assim liberar o caminho oficial de escoamento do produto da mineração. Esta passagem cruzava longamente o território reivindicado com violência pelos indígenas insubmissos. É uma pesquisa fundada a partir dos debates promovidos por pensadores da chamada Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade (M/C/D), coletivo de intelectuais de distintos campos do conhecimento que dirigem suas concepções teóricas à crítica da modernidade, um “movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI” (BALLESTRIN, 2013, p. 90).

Membro da M-C-D, Aníbal Quijano – intelectual humanista peruano, assevera que “raça é uma categoria aplicada pela primeira vez aos ‘índios’, não aos ‘negros’” (QUIJANO, 2005, p. 275), e que este conceito foi elaborado como “uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” (QUIJANO, 2005, p. 229). As identidades criadas a partir desta categorização, hierarquizaram os postos na nova ordenação de comando, no intuito de eliminar ou “civilizar” os indígenas a partir da obrigação de um *modus vivendi* europeu, ou seja, da desfiguração de sua identidade cultural. O que a historiografia parece (ou

¹ Panará é como se autodenominam os Kren-akarôre, assim como se reconheciam os Kayapó do Sul no início do século XX, no Triângulo Mineiro. Também é a mesma cognominação registrada entre os Kayapó do Sul aldeados em São José de Mossâmedes no começo do século XIX, em Goiás. O indício mais forte de que os Kren-akarôre e os Kayapó do Sul são o mesmo povo vem da lingüística, uma significativa coincidência de vários termos coletados no passado com a idioma falado pelos Kren-akarôre hoje em dia (RODRIGUES, 1994, p. 16).

² O termo bororo significa “pátio da aldeia” e foi atribuído a este povo desde fora, pelos agentes coloniais. Os próprios indígenas se autodenominam Boe. Outros nomes foram usados para identificar essa nação: Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Bororos da Campanha (região próxima a Cáceres), Bororos Cabaçais (Bacia do Rio Guaporé), Bororos Orientais e Bororos Ocidentais (divisão arbitrária feita pelo governo do Mato Grosso – rio Cuiabá como referência). POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, Instituto Socioambiental <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo/241> Acesso em 23.10.2023

³ “Constitui um tradicional tópico, geralmente aceito, afirmar que o topônimo ‘Goiás’ tem a sua origem no gentílico de uma presumível [...] nação aborígene formada por silvícolas de simbólica nomenclatura para o Estado de Goiás denominados ‘goyazes’, ‘guayazes’, ‘guaiás’, ‘guoyá’, ‘goyá’ ou ‘goiá’” (QUINTELA, 2003, p. 153).

prefere) ignorar, não obstante os registros históricos, é que este contato, apesar de impor aos indígenas uma posição inferiorizada, produziu impactos trocados. Tanto os modos de vida dos povos nativos, quanto dos agentes coloniais sofreram modificações, ajustamentos e apropriações que se perpetuariam por séculos, mesmo que os indígenas tenham sido subalternizados em nome do “mito racista que inaugura a modernidade” (BAUTISTA *apud* WALSH, 2009, p. 17). O colonialismo está assentado sobre as noções de raça, de racismo e de racialização, que são artifícios fundantes das relações de domínio (WALSH, 2009, p. 16), mas até mesmo neste contexto hostil para a identidade indígena, não é difícil inferir a divisão de protagonismo histórico entre uns e outros, já que na longa duração é simples perceber que as culturas não só se interpenetraram, mas produziram efeitos diferentes e duradouros.

O recorte temporal aqui proposto, porém, é iniciado em 1735, ano em que o Superintendente Geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva, remete carta⁴ ao Rei D. João V, informando que os Kayapó do Sul cometiam grande número de ataques e saques, com grandes prejuízos para os moradores dos arredores de Arraial de Sant’Ana (que seria elevado a Vila no ano seguinte, passando a ser conhecida como Vila Boa, futura cidade de Goiás, primeira capital do estado), além de ofensivas no descoberto de Pilões, mina de diamantes abandonada por causa dos assaltos Kayapó do Sul e da interdição da mineração por parte das autoridades coloniais. O superintendente afirma ainda que os indígenas só seriam conquistados pela guerra e, como resposta, o monarca autoriza a abertura de uma devassa para averiguar os ataques cometidos, bem como a organização de uma bandeira para dar combate aos indígenas. Já o término do corte cronológico é marcado pelo fechamento de São José de Mossâmedes, em 1832, aldeamento em que foram reunidos os Kayapó do Sul transferidos do aldeamento Maria I em 1813. São José de Mossâmedes já vinha de um processo de esvaziamento que culminou com a morte de Damiana da Cunha (figura indígena histórica, claramente autônoma, misto de sertanista e liderança Kayapó com serviços prestados ao projeto colonial, como veremos mais à frente), seguida por uma revolta e a consequente fuga dos nativos para os sertões, o que pôs fim às suas atividades – mais uma demonstração nítida de protagonismo histórico.

Nas figuras 1 e 1.1, abaixo, a carta manuscrita de Gregório Dias, datada de 1735, catalogada no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa – Portugal.

⁴ (CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Kayapó nos descobertos de Pilões e Tocantins; a reação dos seus moradores, acerca da bandeira armada para afugentar os ditos índios e solicitando ordens para lhes fazer guerra [02.09.1735]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 17.)



ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO



CONSELHO ULTRAMARINO

BRASIL — GOIÁS

1735, Setembro, 2

Goiás

Caixa

1

Doc. N.º

17

17- 1735, Setembro, 2, Goiás

CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Caiapós nos descobertos de Pilões e Tocantins; a reação dos seus moradores, acerca da bandeira armada para afugentar os ditos índios e solicitando ordens para lhes fazer guerra.

Anexo: 5 docs.

AHU-Goiás

AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 17.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Figura 1 – CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Kayapó nos descobertos de Pilões e Tocantins; a reação dos seus moradores, acerca da bandeira armada para afugentar os ditos índios e solicitando ordens para lhes fazer guerra [02.09.1735]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 17.

No primeiro capítulo examinaremos o que a bibliografia e a documentação nos dizem a respeito de como a nação Kayapó do Sul agiu e reagiu em uma guerra declarada pelo projeto colonial. Mantendo sempre em questão como essas ações e reações, por mais contundentes e sucessivas, foram diminuídas e invisibilizadas em um exercício inacabável de recusa da sua humanidade e capacidade de protagonismo que, como veremos, é verificável em termos históricos.

De acordo com a documentação, até 1613 os Kayapó do Sul relacionavam-se pacificamente com os agentes coloniais, aqueles mantendo aldeias onde estes eram bem recebidos e podiam se reabastecer; a partir de então, reagindo aos crescentes acossamentos por parte dos “brancos”, convertem-se em guerreiros andantes, ao que parece migrando dentro do seu próprio território, abandonando sua antiga área de morada, para fixar aldeias em outra região, atual sudoeste goiano/triângulo mineiro, antes usada para práticas de caça, pesca, coleta, etc.

A guerra contra agentes coloniais, para o combatente Kayapó do Sul do século XVIII, para além da disputa territorial, constituía uma possibilidade singular de abertura para o mundo exterior – por meio da luta, da derrota do inimigo, da conquista de suas armas, ferramentas e pelo orgulho guerreiro frente ao não-indígena vencido, fonte de inestimável prestígio entre os seus. Abertura essa que paradoxalmente afirmava o seu modo de vida ancestral, fechado, ligado ao território, que, para os Kayapó do Sul (bem como para a média do *ethos* indígena) tem dimensões sistêmica e cosmogônica. A noção Kayapó de território evoca uma mistura inseparável da ideia concreta de morada, de *habitat*, de “sustentação” em amplo sentido, com o ambiente espiritual em que se dão a transcendência e o contato com sua ancestralidade. Terra e cultura, portanto, são conceitos indivisíveis na maneira Kayapó do Sul de se relacionar com o mundo. E esse modo de vida era distinto não só por escolha, mas reafirmado na oposição violenta, um protesto dinâmico contra a tentativa de destruição de seu modo de vida tradicional, de uma outra maneira de lidar com o mundo diferente do costume europeu que se pretendia o único modelo aceitável. Recusa consciente do modo de vida colonial, amostra crua e incontestada de protagonismo histórico, de evidente agência.

No segundo capítulo seguimos com a avaliação bibliográfica/documental, propondo uma observação crítica a respeito da arquitetura e construção da figura mítica do bandeirante paulista e do próprio bandeirismo (empresa levada a cabo entre fins do século XIX e início do XX), o que, como veremos, respondeu a demandas menos históricas que a anseios político-ideológicos de uma elite financeira nascente, mas que se arvorava modelo e leme para um projeto de país. Acreditamos ser este processo, estimulado por uma aristocracia desejosa de um passado notável e, logo depois, nacionalizado como política de governo por Getúlio Vargas e seu Estado Novo (com respaldo “científico” de intelectuais de orientação fascista, como

Alfredo Ellis Jr.), um dado essencial para compreender a perpetuação do processo de subalternização, desumanização e apagamento da figura indígena, o que ainda hoje se manifesta de tantas formas, lamentavelmente. Se, como anota Palacin, na aurora do século XVII o padre Sebastião Gomes⁵ relaciona os nativos às formigas, “comparação sumamente expressiva para um europeu chegado ao Brasil” (1972, p. 50), já no século XX o próprio Getúlio Vargas não vê problemas em desdenhar publicamente os indígenas, bem como o povo preto, quando instado sobre sua ascendência por linhagistas que levantavam a árvore genealógica de condes espanhóis: “Nesta matéria de genealogia é melhor não aprofundar muito, porque às vezes pode-se ter a surpresa de acabar no mato (índios) ou na cozinha (negros)” (SILVA; CARNEIRO, 2004, p. 27).

Sérgio Buarque de Holanda, em *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*, a certa altura fala de um “surto de estudos sobre o passado paulista”, produzido por homens brancos da elite política e econômica em fins do século XIX, início do XX (HOLANDA, 2008, p. 601-602). Deste contexto resulta uma paisagem “histórica” fabulada que teve a função de nobilitar a aristocracia paulista com uma ascendência bandeirista, forjando para ela uma aura de bravura e determinação inabaláveis, predicados que teriam permanecido no sangue da “raça” paulista e explicariam sua força econômica e, portanto, naturalmente justificariam sua liderança perante o resto do país.

A perenidade destas impiedades históricas também pode ser percebida no quão tardiamente a academia voltou sua atenção de fato para a questão indígena, de maneira que as pesquisas orientadas para estes povos tradicionalmente desprezados pela interpretação clássica da historiografia brasileira, ganharam força somente a partir da década de 1980, incentivados pelas reformas constitucionais latino-americanas que admitiram as diferenças culturais dos povos originários e quilombolas, intensificando um movimento de reinterpretação da história a partir da consideração do indígena como agente histórico pleno. As possibilidades de admissão e real entendimento de outras epistemologias, **não só o conhecimento, mas o reconhecimento de saberes indígenas**, demandam uma revisão do papel histórico desempenhado pelos povos originários desde a invasão europeia.

Este movimento deveu-se, em parte, às contribuições da antropologia, ao entendimento de que a percepção do tempo e a ordenação histórica não são absolutas, mas construções culturais e sociais, “um diálogo entre as categorias recebidas e os contextos percebidos, entre o sentido cultural e a referência prática” (SAHLINS, 1990, p 181). Novidade de poucas décadas atrás, a antropologia era cotejada pela história bem antes disso. Em meados do século XX Lévi-

⁵ Padre jesuíta. No "Catálogo dos P. P. e Irmãos da Província do Brasil em janeiro de 1600", é listado como residindo na Aldeia de Santo Ignácio, com as seguintes funções: língua e confessor (BRASILHIS database, Disponível em: <<https://brasilhis.usal.es/en/node/10946>>. Acesso em 11/05/2023).

Strauss já apostava na possibilidade de “estabelecer a vida pregressa das tribos, não pelos dados históricos, mas pelo enfoque antropológico, por meio da crítica interna de traços e complexos culturais e da organização social atuais”, destacando que o “estudo das sociedades vivas e atuais, não deve esquecer que para chegarem a ser tais, elas tiveram que viver, durar e, portanto, mudar” (NEME, 1969, p. 132). Essa antropologia histórica avalia a historicidade dos povos originários “a partir de suas percepções e reações ao contato e à inserção na economia de mercado e às formas dos Estados Nacionais” (MANO, 2009, p. 202).

No terceiro capítulo utilizamos um gravador de áudio para registrar o que têm a dizer os descendentes dos protagonistas desta história, os pósteros dos guerreiros envolvidos no conflito, tanto para verificar a memória da guerra justa em sua tradição oral, quanto para colocar a bibliografia e a documentação em perspectiva, ampliando as possibilidades de interpretação histórica do evento setecentista ao confrontar estas três fontes. Nosso intento era consultar a tradição oral dos Kayapó do Sul e dos Bororo, em entrevistas com alunos do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, da Universidade Federal de Goiás. Porém, após os devidos contatos com a coordenação do Núcleo e durante duas semanas de intensa convivência cotidiana com indígenas de vários povos, verificamos que os únicos alunos Kayapó eram Mebêngôkre, como se autodenominam os Kayapó do Norte, povo parente, porém indubitavelmente diverso dos Panará (Kayapó do Sul). De maneira que, limitados por esta contingência, nos vimos obrigados a restringir as entrevistas ao povo Bororo, aqui representados por Luciene Jakomearegecebado, cacica da aldeia Arareao, localizada na terra indígena Tereza Cristina, município de Santo Antônio do Leverger, no Vale do Rio Cuiabá, sul de Mato Grosso; e também por Antônio Jukureakireu, liderança Boe do sudeste mato-grossense, cuja aldeia é situada nas cercanias da cidade de Rondonópolis.

Assim, com o presente estudo, pretendemos acrescentar uma modesta contribuição a esta construção histórica que é resultado da luta secular dos povos originários e, mais recentemente, de iniciativas políticas, sociais e científicas comprometidas com o protagonismo histórico indígena, com a evidenciação de sua capacidade de agência, de ações decoloniais. E dada a orientação teórica aqui assumida, é indispensável que levantemos questão, a priori, sobre a própria noção de *agência*, cunhado pelo sociólogo britânico Anthony Giddens. Sendo inglês e, portanto, europeu, *europeizado* e *europeizante*, Giddens desenvolveu essa ideia a partir de realidades radicalmente distintas daquela do interior do Brasil colonial. Lembrando que o próprio Giddens afirma que “os conceitos e descobertas sociológicos estão constitutivamente envolvidos no que a modernidade é” (GIDDENS, 1991, p. 25-26), e que partimos de um pressuposto de crítica à modernidade, europeia e *europeizante*, nos parece mandatário colocar em questão o conceito de agência. Recorremos então a Alarcón Cháires para pontuar que

La racionalidad del paradigma de occidente se concibe a sí misma como un conocimiento privilegiado por su valor de orden superior, siempre en correspondencia con el fragmento de la naturaleza que estudia, pero no más. Es una racionalidad que no reflexiona sobre los límites de sí misma y se proyecta con la pretensión de alcanzar el conocimiento universal. Por eso no reconoce la diversidad de los conocimientos y saberes (ALARCÓN-CHÁIRES, 2015, p. 21).

De tal modo, acudidos por Gersen Baniwa, uma conclusão se nos impõe: se são apenas “os não indígenas que definem as bases conceituais, filosóficas e institucionais para a ideia, isso traz sérias limitações e fragilidades” (BANIWA, 2019, p. 72). De sorte que mesmo cientes de que o conceito de Giddens é aqui um expediente “transplantado”, exterior, entendemos que ele pode ser provisoriamente aproveitado, ainda que sob atentas ressalvas, sendo colocado em paralelo com a ideia de protagonismo indígena, da disposição para ações decoloniais. De tal modo, esta pesquisa se guia pela interrogação perene de “¿qué relación establecer con teorías críticas europeas y cómo articular un pensamiento crítico latinoamericano?” (SORIA, 2017, p. 2), e partindo do princípio de que o reconhecimento de outras epistemologias não europeias advém também da afirmação de um vocabulário próprio, adequado aos contextos do sul global, tarefa desmedida que vêm sendo notavelmente realizada por intelectuais, homens e mulheres, latinos, africanos e asiáticos com os quais partilhamos a compreensão de que “un lenguaje alternativo es uno de los desafíos teóricos más grandes que tenemos ahora” (SORIA, 2017, p. 3).

CAPÍTULO I – OCUPAÇÃO, DIÁSPORA E GUERRA

Nesta pesquisa, partimos do princípio de que a história indígena ainda não foi devidamente contada, apesar do esforço ancestral dos povos originários para a construção de uma presença historiográfica autônoma; de iniciativas teóricas como a ‘*Nova História Indígena*’⁶; e do empenho de tantos e tantas pesquisadoras independentes. A constituição do indígena no imaginário brasileiro, mesmo o acadêmico, foi um processo vertical, imperativo. A ocupação portuguesa fabricou a imagem dos povos originários em resposta à própria cobiça e ao próprio horror, reduzindo os nativos a escravos e/ou a inimigos hediondos, canibais avessos à cristandade e, assim, sujeitos ao extermínio ou à evangelização – o que os circunscrevia a posições absolutamente servis. Porém, apesar da brutalidade secular da ocupação lusa, o protagonismo histórico indígena se manifestou de variadas maneiras: na negociação e permuta de saberes dos quais lançavam mão mesmo os povos dominados – no intuito de controlar e/ou minorar os danos causados pelo invasor; na negação do contato, manifesto no recuo para os sertões inatingíveis; na recusa sistemática à tutela portuguesa – expressa na resistência violenta a que nações insubordináveis se devotaram em conflitos militares que se estenderam por décadas, a ponto de ameaçar de fato o projeto colonial. Um dos que optaram por recusar e resistir, mesmo à custa de muito sangue derramado em morticínios injustificáveis, foi o povo Kayapó do Sul.

E, por contraditório que possa parecer, esse enorme e evidente empenho no sentido de “civilizar” os nativos, de impor a causa euro-cristã como única alternativa ao aniquilamento, empregando grandes esforços em recursos humanos e financeiros é, *per si*, uma boa medida da importância dos povos indígenas para o projeto colonial, principalmente a partir do período compreendido entre as décadas de 1760 e 1770, quando houve uma sensível diminuição na quantidade de ouro extraído e, por consequência, uma significativa redução no recolhimento de impostos. A crise da mineração prenunciou o êxodo paulatino de portugueses e outros agentes coloniais e, assim, a depopulação da capitania de Goiás.

⁶ A expressão ‘Nova História Indígena’ foi criada e popularizada por um grupo de historiadores ligados ao Prof. Dr. John Manuel Monteiro (*in memoriam*), que conectou os aspectos antropológicos com o que convencionou-se chamar de “Nova História Indígena”. Seus referenciais teórico-metodológicos basearam-se em uma prática americanista, estabelecendo um paralelo com a etnografia e etnologia brasileiras. Essa perspectiva formou-se a partir da cooperação com a Antropologia, principalmente a partir da virada cultural de 1970. Isso de fato ocorre quando historiadores e antropólogos começam a se debruçar na presença dos povos indígenas na história do Brasil, possibilitando uma nova leitura da presença das populações tradicionais e da sua etno-história (SILVA FILHO, 2019, p.23-24).

Assim, como alternativa à desgastante guerra que se arrastava por décadas, o projeto colonial foi forçado a negociar com os guerreiros Kayapó, vendo neles os vassallos possíveis, mão-de-obra indispensável e estruturante para o desenvolvimento da jovem capitania que, no fim do ciclo do ouro, se reformava de comunidade mineradora para sociedade agropastoril. A dependência que o projeto colonial em Goiás viria a ter da “amizade” dos Kayapó do Sul é um dado concreto de que mesmo em uma relação evidentemente assimétrica, os indígenas subalternizados não eram simples figurantes no teatro de operações colonial, mas tomavam para si o protagonismo histórico em incontáveis episódios e, para além, pautaram a agenda militar das autoridades régias das capitanias de Goiás e São Paulo por quase dois séculos.

Neste primeiro capítulo investigamos fontes primárias e secundárias em busca do estabelecimento de uma cronologia do contato entre os Kayapó do Sul e os agentes coloniais, retrocedendo o recorte temporal proposto apenas para colocar em perspectiva a guerra justa em questão, sempre com um enfoque claro: a agência indígena durante o conflito, fartamente documentada, ainda que categoricamente ignorada durante séculos.

A maior parte da documentação colonial conhecida sobre os Kayapó do Sul foi produzida a partir de 1723, ano do registro inaugural do termo ‘Cayapó’ em apontamentos lavrados sobre o que hoje é o Meridiano goiano (MANO, 2020, p.04) pelo sertanista Antônio Pires de Campos, conhecido entre os indígenas como *Pai-Pirá*: “o gentio chamado Caiapó [...] é de aldeias, e povoam muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o mesmo que governador” (CAMPOS, 1862, p. 437).

A produção é intensificada de 1726 em diante, quando passam a ser frequentemente mencionados em notas oficiais devido ao aumento dos confrontos com os não-indígenas que então afluíam em quantidade para seu território em busca das riquezas e oportunidades dos novos descobertos: “Se devemos dar fé ao Conde dos Arcos, os primeiros povoadores de Goiás eram, em grande parte, fugitivos da justiça, extraviadores de ouro que vieram refugiar-se na espessura dos matos e no inculto dos sertões” (PALACIN, 1994, p. 33).

Assim, diante do crescente fluxo de mineradores, bandoleiros e soldados, os Kayapó⁷ do Sul naturalmente reagiram com violência à invasão de seus domínios, lançando mão de duros

⁷ Para TURNER (1992, p. 311), o termo ‘Kayapó’ tem origem Tupi e significa ‘como macaco’. Já para CHASTAN (1996, p. 40): caia + apó = fazer, preparar = que fazem queimadura. Marcel Mano afirma que o vocábulo não parece representar uma etnotaxonomia social, mas corresponde ao resultado histórico das interações sociais entre indígenas e não-indígenas, uma categorização geral relativa às conjunturas práticas, legais e simbólicas em que os contatos se deram (MANO, 2020, p. 3). “Muitos dos etnônimos indígenas foram atribuídos aos índios por não-índios ou por outros indígenas, a partir da relação que estavam travando, seja ela pacífica ou hostil, ou seja, foram nomes dados por terceiros, não pelo próprio grupo, o que gerou assim, uma diversidade de etnônimos. De fato, na etnologia, e muito mais na documentação histórica, os termos usados para se referir a grupos indígenas são feitos por um olhar ‘estrangeiro’ ” (MORI, 2015, p. 10). A grafia dos etnônimos brasileiros foi estabelecida na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1953, segundo esta, os substantivos e adjetivos são invariáveis e grafam-se, no caso dos primeiros, com inicial maiúscula: os Apinayé, os Borôro, a cerâmica Kadiwéu (HOUAISS, nota gramatical - verbete “etnônimo”, 2009). Por convenção internacional, em

ataques que frequentemente resultavam em mortes e incêndios, além do roubo de gado e de outros provimentos. Adiciona-se a isto a prática generalista de, ao longo de décadas, culpar os Kayapó do Sul por todos os ataques sofridos na região, mesmo que outros povos habitantes do território também os cometessem, com o intuito claro de justificar uma declaração oficial de guerra contra este povo (MORI, 2015, p. 25).

Esses registros oficiais, por sua própria origem e natureza – redigidos exclusivamente por e para agentes coloniais unicamente segundo interesses e desígnios da coroa portuguesa, são exemplos muito bem-acabados de secundarização da figura histórica indígena, de apagamento étnico e generalização sociocultural. Neles, o nativo não é autor de suas próprias ações, mas apenas reage instintiva e violentamente – fruto de seu barbarismo, ao exercício “civilizatório” colonialista. Na confrontação entre a documentação e a bibliografia historiográfica, é possível reconhecer como essa imagem fabricada para os nativos a partir dos medos e veleidades dos agentes coloniais servia para fundamentar e, assim, legalizar a violência contra os indígenas.

Deste modo, por “direito de conquista”, os colonizadores tomavam posse do território invadido, bem como de suas riquezas naturais. Cabe lembrar aqui que a relação do indígena com o território é, em geral, drasticamente distinta daquela mantida pelos agentes coloniais. Para os povos originários, o território em que se nasce, vive e morre expressa “o conjunto da vida e de diálogo com antepassados” (RIBEIRO, 2014, p. 91), não um recurso que deve ser explorado até o esgotamento.

Legitimado pelo “dever histórico” autoconcedido de “educar” os infieis, pela “obrigação” de levar aos povos a *verdade única* de uma doutrina cristã branca, masculina e europeia, o projeto colonial, emaranhado no próprio solipsismo, durante os séculos foi incapaz de compreender que a história do Brasil colônia se constituía de maneira essencial e profundamente mestiça. A colisão de interesses e racionalizações de indígenas e não-indígenas produziu impactos trocados e transformou tanto um, quanto outro. Porém, essa perspectiva historiográfica que negava a alteridade, produto do *espírito do tempo* de uma modernidade europeia incapaz de enxergar para além de si, naturalmente impossibilitou o desenvolvimento de uma história indígena concreta, descontaminada das conveniências predatórias de uma causa genocida (e também etnocida) e que levasse em conta a multiplicidade social, cultural e política das centenas de nações que, milenarmente, ocupavam (e ainda ocupam) o território invadido, conquistado e colonizado hoje conhecido como Brasil.

trabalhos científicos os etnônimos que não sejam de origem vernácula ou nos quais não haja elementos vernáculos não são alterados na forma plural, sendo a flexão indicada pelo artigo plural: os Tupi, os Nambiquara, os Caiuá, os Tapirapé, os Bântu, os Somáli, etc. (BECHARA, 1999, p. 129). Linguisticamente filiados ao tronco Macro-Jê, família Jê, sendo que a rede de línguas que compõem este tronco encontra-se “concentrada na parte oriental e central do planalto brasileiro” (URBAN, 1992, p. 90).

Uma reação possível a esse estado de coisas, mesmo que ainda ocorra em escala muito menor do que seria desejável, é a revisão da história indígena, sua reescrita a partir de uma reinterpretação historiográfica que considere não só a arbitrariedade de um processo falacioso e radicalmente parcial, mas que também avalie de fato o que têm a dizer seus protagonistas – os povos originários, por meio da pesquisa histórica da tradição oral indígena. Um cuidadoso e demorado reexame crítico da documentação colonial e da bibliografia relativa ao período revelam uma deliberada negação do indígena como agente histórico – recusando até mesmo sua humanidade. Ao mesmo tempo, expõe ao olhar historiográfico mais vigilante uma notável capacidade de ação decolonial dos nativos que, seja defendendo seu território com disposição para o derramamento de sangue, seja aceitando o contato e a coexistência “pacífica”, operavam sempre segundo suas próprias demandas, de acordo com suas próprias cosmogonias, mesmo em contextos de franca hostilidade e/ou violência. A revisão dessa leitura enviesada e totalizante parte também da utilização da antropologia como ferramenta historiográfica, o que fortalece uma “teoria nativa da história” que leva em conta as interpretações contidas nas respectivas cosmologias e tradições orais. “Nasce o perspectivismo histórico e através dele brotam, assim, rupturas ontológicas e epistemológicas”, já que a “história universal e progressiva é um discurso ideológico produzido por uma determinada história e cultura”, e o que se impõe como resultado é o entendimento de que “as percepções do tempo e visões da história são construções sociais e culturais” (MANO, 2009, p. 192-193).

A propósito, Marcel Mano observa que a relação dos povos do tronco Jê com a guerra, incluídos aí os Kayapó do Sul, excedia a simples defesa do território, mas congregava “diferentes avaliações simbólicas e incorporações políticas de suas alteridades” como instrumento de “abertura para o mundo exterior e incorporação dos bens de contato e espólios na produção do mundo interior” (MANO, 2020, p.1-2). Ou seja, na tessitura da estrutura social Kayapó (que previa posturas diferentes para cada tipo de “outro”: “brancos”, negros fugidos, nativos aldeados e demais naturais conhecidos desde eras pré-coloniais), aos não-indígenas eram conferidos papéis de coadjuvação que eles provavelmente nem suspeitavam desempenhar. A ignorância dos agentes coloniais, no entanto, não afasta o fato de que no modo Kayapó do Sul organizar o mundo, eram eles, os “brancos”, e seus apetrechos, os personagens secundários da história, apenas um meio pelo qual o guerreiro Kayapó conquistaria qualidades de bravura e destemor, granjeando assim o respeito entre seus iguais, além de poder oferecer à comunidade o butim resultante de sua valentia, as cobiçadas armas de fogo e ferramentas de metal ou mesmo plantas, alimentos e quaisquer outros objetos que lhes despertassem a curiosidade.

Isto é, os Kayapó adotavam distintas linhas de ação no trato com as diferentes alteridades que se lhes apresentavam, mesmo na guerra: o inimigo indígena não-Kayapó de um lado e o opositor não-indígena, de outro, “um modelo não fixo ou binário de identidade”

(MANO, 2020, p. 8). Relativamente ao não-indígena, apropriavam-se e incorporavam à sua rotina apenas os objetos dos oponentes, armas, utensílios, etc, mas nunca os próprios inimigos, as pessoas – já que não tinham o costume de fazer prisioneiros em batalha quando os opositores eram não-indígenas, ao contrário, tratavam de matar todos, sem fazer qualquer distinção ou concessão. A assimilação das habilidades criadoras, estéticas e operacionais do não-indígena se dava através da incorporação cotidiana de seus apetrechos, já as pessoas, os “brancos”, eram inimigos abomináveis que mereciam a destruição, mas a sua morte em combate dava a chance do guerreiro Kayapó provar o seu valor; para Mano (2020, p. 10), os indígenas “pareciam estar pondo em avaliação simultânea os homens e as coisas”. Aqui cabe mencionar a constatação de Turner, também considerada por Mano, de que os “Kayapó possuem ambas avaliações histórica e mítica de si mesmos, dos outros povos nativos, e de seu contato com brasileiros”. Essa avaliação mítica, manifestada no discurso e na prática indígenas, atua como uma possibilidade de negação ou mitigação dessa nova ordem colonial que se impõe (CHERNELA, 1988, p. 48). Assim, a cultura se revela capaz de modificar a experiência histórica ao apoderar-se dela, “uma luta pela autodeterminação de seus caminhos” (MANO, 2009, p. 209).

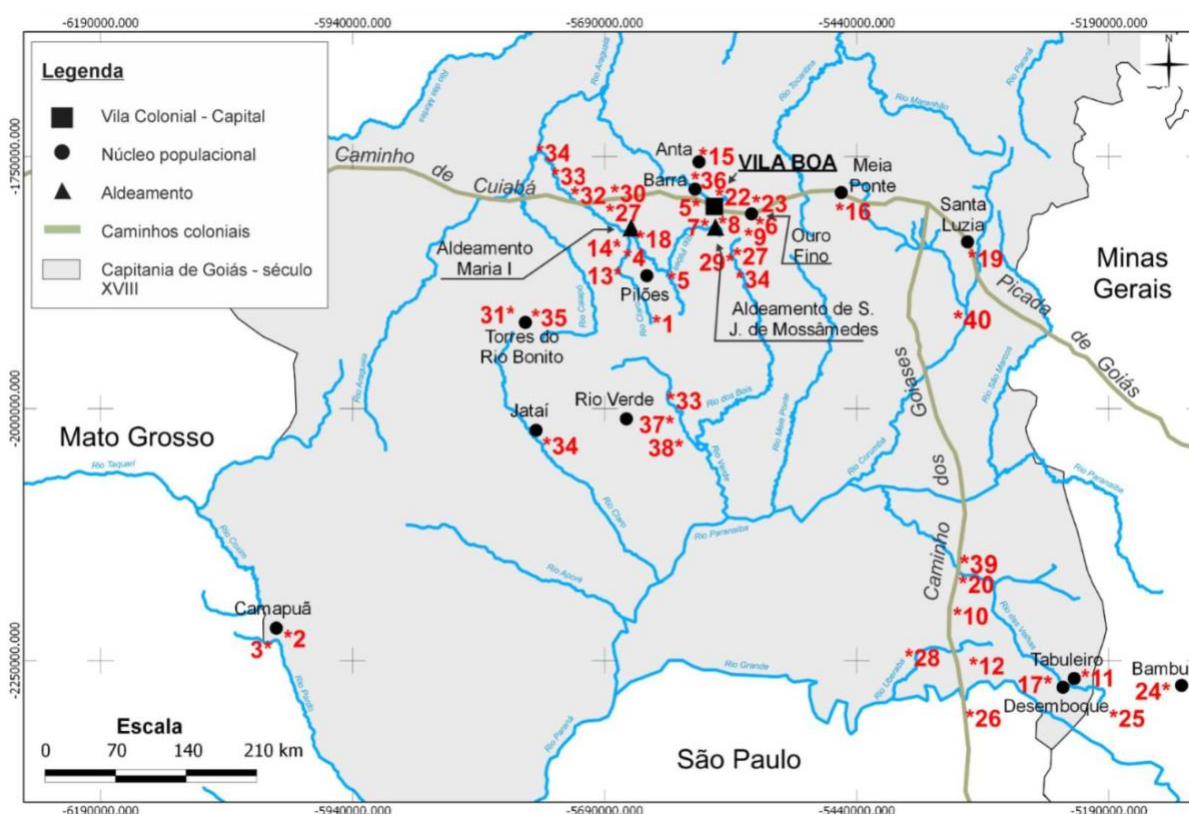


Figura 2 – Mapa da Localização dos ataques Kayapó do Sul. Fonte: Adaptação de PALACIN, Luis. GARCIA, Leonidas Franco; AMADO, Janaína. História de Goiás em documentos: I Colônia. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

Já em relação à guerra contra parentes não-Kayapó do Sul, caso houvesse alguma conexão linguística, depois de matar os homens os guerreiros poderiam aprisionar mulheres e

crianças com o objetivo de integrá-los à sua comunidade, para suprimir eventual falta ou simplesmente – um exercício de alteridade, matar a curiosidade sobre a cultura de outras nações, por meio do aprendizado e compartilhamento de músicas e danças, cerimônias, técnicas, de outras onomásticas, etc. Afinal, para o Kayapó do Sul “a guerra funcionou como uma dobradiça vai-e-vem”, tanto abrindo-se para o outro, como se fechando sobre si mesmo.

Essa categorização dicotômica dos seres humanos, seja como *kaben* (Heelas, 1979, p. 64) ou como *hi'pe* (Schwartzman, 1987, p. 93) – os dois termos congêneres da palavra *kuben* (que, no idioma Kayapó, significa homem branco), ainda hoje serve para distinguir o “outro” dos Kayapó do Sul contemporâneos, ou seja, serve para assinalar os indivíduos ou coletividades não-Panará. É através do contato com os *hi'pe* ou os *kaben*, que a identidade guerreira dos Panará é constituída. Assim, podemos inferir com boa margem de segurança que nas guerras setecentistas os Kayapó do Sul percebiam o combate contra os “brancos” não só como justa defesa do território invadido, mas como oportunidade para a conquista de bens materiais e/ou simbólicos, como armas de fogo, coragem, a intrepidez – o que só seria possível neste contexto específico de conflagração, desdobrado nos diversos rituais que manifestam a fabricação social do indivíduo Kayapó, a exemplo das cerimônias de escarificação e de perfuração de lábios e orelhas, o que significa dizer que “o ideal do guerreiro e bravo só se realiza na relação com os inimigos” (MANO, 2020, p. 10). A longa guerra contra os Kayapó revelou as “estruturas simbólicas e pragmáticas diferenciais de apropriação e incorporação de bens materiais e simbólicos” (MANO, 2020, p. 20). Prova inteira, maciça, não só de inegável agência, mas sobretudo de soberania cultural, de independência de pensamento, enfim, de protagonismo histórico.

Partindo destas premissas, conscientes da franca parcialidade dos registros históricos e, por isto, atentos às suas entrelinhas, passemos à análise da documentação e à revisão bibliográfica.

1.1) Ocupação

A região que hoje conhecemos como Goiás era explorada por

(...) bandeirantes escravagistas desde o fim do século XVI, principalmente a ponta sul que limitava com o baixo Mato Grosso, onde então demoravam-se os denominados bilreiros ou Caiapós. Entre outros, podemos citar os seguintes cabos que atingiram esse território, em pontos diversos, antes dos Anhangueras: Sebastião Marinho, que descobriu terrenos auríferos em região próxima à chamada serra dos Caiapós, em 1592 (...) (FRANCO, 1954, p. 366).

Ainda que o que se saiba sobre a história desta nação nas duas primeiras centúrias da ocupação europeia não vá muito além disso, é manifesto que em princípios do século XVII uma de suas aldeias “ficava em algum ponto do trajeto que vai da barranca do Tietê, na altura de Putribu-Pirapitingui, à área situada junto das cabeceiras do São Francisco, área que abrange hoje terras goianas e mineiras” (NEME, 1969, p. 124). Monteiro nos indica que, inicialmente, os sertanistas paulistas não faziam expedições de apresamento contra os Kayapó, mas, ao contrário, negociavam cativos de outros povos apresados pelos próprios indígenas (MONTEIRO, 1994, p. 64). Porém, segundo aponta Carvalho Franco em seu *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas*, já em março de 1607 uma expedição comandada pelo “notável” sertanista Belchior Dias Carneiro com destino aos sertões desconhecidos embrenhou-se no território dos “bilreiros⁸ ou caiapós (...) com o fito ostensivo do ‘descobrimento de ouro e prata e mais metais’”, e mesmo liderando uma tropa de “cinquenta homens brancos e muitos índios”, o explorador foi “assaltado por esses nativos e veio a falecer em pleno sertão”⁹ (FRANCO, 1954, p. 101-102). Esta teria sido a primeira menção aos Kayapó na documentação paulista em relação com sertanistas da capitania de São Paulo (NEME, 1969, p. 103) e já na estreia nos registros coloniais, é possível entrever a agência indígena, notar o protagonismo histórico negado.

Contudo, apesar do que nos faz supor o relato de Franco, Neme apoia-se na documentação para afirmar que, pelo menos até 1613, no geral os Kayapó eram “mansos e pacíficos em sua aldeia recebendo com amizade aos brancos que os visitavam” (NEME, 1969, p. 116):

Dados da documentação disponível permitem-nos confirmar que **os Caiapó eram tidos então na conta de amigos dos brancos e como tais mercedores da proteção das autoridades, da Câmara de São Paulo, de tôda a comunidade no seu conjunto**: eram índios comarcãos, como na época se dizia

⁸ A designação “Bilreiro” deriva da semelhança das bordunas dos Kayapó do sul com os bilros, ferramentas empregadas na fabricação de rendas. Os Kayapó do sul, ou Bilreiros, utilizaram estes tacapes até os séculos XVII e XVIII, quando passou “cada vez mais a predominar o primeiro designativo” (NEME, 1969, p. 105).

⁹ “No século XVIII, quando surge o próprio termo civilização, é que ocorre a mudança semântica do termo sertão, quando é associado não apenas às significações e sentidos gestados na costa ou no litoral (sua significação geográfico-física), mas tomado em contraponto à região das Minas de Ouro. Duas contraposições enriqueciam os significados do termo neste período: o sertão era o espaço ainda informe em relação à forte regionalização e controle estatal das áreas de Mineração; o sertão era o espaço rural, os gerais, o outro de uma sociedade urbana que se constituía nas Minas – seja como lugar de possível expansão da atividade mineradora, guardando riquezas a serem descobertas, seja como espaço da ameaça ao controle das Minas, pelos seus caminhos mal fiscalizados, escondendo e protegendo salteadores, contrabandistas, escravos fugitivos” (NORONHA, 2011, p. 291-292). “Marcado pela ausência da “civilização” o “sertão” suscitaria nos homens do século XVIII e XIX, sentimentos contraditórios, como a liberdade e/ou o tormento. Local de trocas, imposições e resistências culturais – poderia ser também, não apenas uma região, mas um símbolo” (MORI, 2015, p. 18); “A capital de Goiás, Vila Boa, e os principais núcleos populacionais que surgiriam em decorrência da mineração, contando com a presença do aparelho colonial português, poderiam ser considerados o centro da “civilização” da capitania, restando às demais regiões, a atribuição de sertão (...) Se no “sertão” há indígenas, quilombolas e mesmo vadios, ele não está desocupado. Assim, o conceito de sertão varia conforme o ponto de vista de quem dele discorre: ele não possuía o mesmo significado para os seus habitantes e para os não-índios” (MORI, 2015, p. 19).

a respeito aos que se achavam estabelecidos na periferia ou pouco além dos limites daquilo que consideravam a área de influência do corpo político-social do planalto paulistano (...) Tôdas as provas concorrem, portanto, para mostrar que nessa fase os Caiapó viviam em paz com os brancos e que êstes os procuravam amigavelmente a fim de resgatar escravos, fazer barganhas e possivelmente comprar mantimentos e obter o concurso de guias para andanças mais além. Confirma-se, ademais disso, que os Bilreiros estacionavam já por certo tempo num mesmo sítio, desde antes de 1607, pelo fato de ter havido trato com êles em ocasião ou ocasiões anteriores à desta jornada, possivelmente com a participação do próprio Belchior Carneiro (NEME, 1969, p. 112-115 – grifo nosso).

Em uma de suas incursões, o tropel de Belchior Carneiro, a meio-caminho da marcha para o mato fundo, teria procurado os Kayapó para reabastecimento, “seguindo depois empós de índios bravos, pois dêstes é que, sem necessidade de ‘resgate’ podiam arrebanhar grandes quantidades, ao preço apenas dos poucos gastos com alimento, pólvora e chumbo” (NEME, 1969, p. 117). Há uma vereança de 1608 que protesta contra o fato de que alguns paulistas “se apoderarão de índios que pelo caminho achavão aposentados como seja ao longuo deste rio auhemi”, afirmando a desvantagem pública de tais atos, “porquanto se êles vinhão de pazes a meter conosco, que mais rezão era ajudalos a vir que não fugealos nen agravalos porque se se tornarem a levamtar seria mt^a perda desta capt^ã” (ACTAS, 1613-1615, p. 223). Em 1610 o padre Jácome Monteiro deixou registro sobre os tais Bilreiros, que assim eram chamados:

(...) por trazerem nas mãos uns paus roliços a modo de bilros, com os quais guerreiam com tanta destreza, como com espingardas, e são tão certos no tiro que raramente erram e com tal forca despendem o pau que até os ossos moem com a pancada; usam mais em suas guerras de uns paus farpados, ao modo de arpão, e êstes trazem prêsos por grande cordéis, os quais arremessando-os aos contrários, os arpoam como peixes (MONTEIRO, 1610, t. VIII, p. 360).

Uma bandeira comandada pelo sertanista Garcia Rodrigues Velho¹⁰ partiu rumo aos sertões no segundo semestre de 1612, mas retornou já em novembro de 1613 (NEME, 1969, p. 120), bem antes do seria de se esperar de uma expedição como aquela, aparentemente trazendo cativos vários Kayapós do Sul apresados na traição, prática que seria contrária ao costume, tanto que motivou recriminação oficial do Procurador do Conselho da Câmara de São Paulo, ainda em novembro de 1613, que ordenava que:

(...) mādase noteficar a garcia roiz¹¹ que ora he vindo de novo do sertão viesse a esta camara a dar comta que fez ou que se fez dos bilreiros por serem

¹⁰ Garcia Rodrigues Velho: “paulista, irmão do também sertanista Francisco Rodrigues Velho, foi casado com Catarina Dias. Capitão da vila de São Paulo em 1609 e em 1612, fez uma entrada ao sertão dos caiapós, tendo regressado no ano seguinte. Em 1623 já era falecido, tendo deixado geração” (FRANCO, 1954, p. 436).

¹¹ *Rodrigues* e *Roiz* são variações do mesmo patronímico, ou seja, de um mesmo nome indicativo do ascendente direto masculino. Rodrigues deriva de Rodrigo, terminado em *iz* na Idade Média com significado de “filho de Rodrigo” (cf. José Pedro Machado, Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa). “Naidea Nunes encontra formas patronímicas duplas, nomeadamente Vaz/Vasques, **Rodriguez/Ruiz**, Eanes/Anes, Pires/Peres. A forma Vaz pode ser simplesmente a forma proclítica de Vasco que passa a apelido. A existência da forma

informados que os trazião repartidos estando eles de paz em a sua aldeia fazemdo mto gazalhado aos brâquos que la ião porque não hera rezão que os repartisse senão que fosse postos em sua aldeia e liberdade como forros que são e os ditos offisiais mãdarão que fosse noteficado o dito garsia roiz com pena de seis mil rs aparesese nesta camara vespora de nosa anra da conseisã para lhe ser pedida comta deles como cabessa ou capitão que foi da dita jornada e asi acordarão e asinarão eu simão borges escrivão o escrevi (ACMSP, 1615, vol. II, p. 343).

1.2) Diáspora

De acordo com o que deixou registrado em testamento o sertanista Pedro de Araújo¹², por não saber “o que Deus fará de mim neste sertão” (I.T., 1920, p. 196), uma bandeira de que fazia parte e que teria partido em 1615 na direção dos Bilreiros, não mais teria encontrado os Caiapó no caminho (NEME, 1969, p. 121). Assim, de acordo com a documentação – incluindo as atas da Câmara de São Paulo, em princípios do século XVII os Kayapó do Sul assentavam-se no sertão ao redor da sede da capitania de São Paulo e mais tarde, já no século XVIII, defenderiam como seus territórios do planalto central – grandes trechos de terras do sudoeste de Goiás, Minas Gerais, leste do Mato Grosso e leste/sudeste do Mato Grosso do Sul, domínios fronteiriços com os territórios das nações Payaguá, Xakriabá, Xavante, Avá-Canoeiro e Bororo (GIRALDIN, 1997, p. 57) – região chamada de Caiapônia¹³ pelo viajante Aires de Casal (1976, p. 151). Teria havido, então, uma grande migração “logo após o contacto que tiveram com a tropa de Garcia Rodrigues Velho em 1613, embora não se tornassem desde logo tão cruéis e belicosos como os depoimentos dariam depois a entender” (NEME, 1969, p. 125).

patronímica **Ruiz** parece resultar da agregação da desinência patronímica à forma proclítica Rui (tratada como se fosse uma forma plena) (...)” (NUNES, 2015, p. 9 – grifo nosso).

¹² Pedro de Araújo: “natural de Refoios de Ponte de Lima, em Portugal, foi casado com Ana de Alvarenga. Fez várias entradas ao sertão, adquirindo índios gualachos, carijós, temiminós e bioebas, localizando-os no seu sítio do Cabuçu. Em julho de 1615, sob o comando do seu cunhado Antônio Pedroso de Alvarenga, que ia como imediato do capitão-mor Lázaro da Costa, internou-se numa grande bandeira, vindo a falecer, no ano seguinte, quando no sertão então chamado de Paraúpava, que Pedro Taques, baseado em vários documentos coevos, coloca nas regiões do norte goiano. O inventário de Pedro de Araújo foi iniciado em São Paulo a 18 de maio de 1617” (FRANCO, 1954, p. 35).

¹³ “A Caiapônia deriva o nome da nação Caiapó, que de tempos imemoráveis ainda a ocupa. Tem ao norte o Distrito de Goiás; ao poente a Bororônia, da qual é separada pelo Rio Araguaia; ao meio-dia a Camapuânia, de que é dividida pelo Rio Pardo; ao nascente os Rios Paraná, Paranaíba, e Anicuns, que a separam, o primeiro da Província de S. Paulo, os outros do distrito do Rio das Velhas. A raia setentrional corre pelos montes, que se acham no mesmo paralelo da Lagoa dos Pasmados, situada junto ao rio do seu nome, na latitude de 17° e um terço, segundo as informações de Urbano do Couto e Francisco de Bulhões. Dão-lhe para mais de 80 léguas norte-sul, e 50 de largura média. É a menos conhecida, não havendo ainda nela estabelecimento algum de cristãos. Os caiapós, que a dominam (repartidos ainda, segundo dizem, em várias tribos), têm sido fatais por vezes aos comboios cuiabanos, e invadido a parte setentrional da Província de São Paulo, onde causaram a deserção de muitos estabelecimentos” (CASAL, 1976, p. 151).

Algumas décadas correriam até que os devassadores paulistas voltassem a confrontar-se com os Kayapó – de 1620 até 1670 as referências são raras. Uma delas é o testamento escrito pelo sertanista Bernardo Bicudo¹⁴ em 1649 (e inventariado em 1650) que, entre outras posses, declara “meia légua de terras de mattos maninhos em Capibari na estrada velha do sertão que vae para o sertão dos Bilreiros” (I.T., 1921, p. 181); já entre 1671 e 1676 há registros de que uma bandeira paulista fora completamente exterminada na região do Araguaia pelos Bilreiros, associados com outra nação indígena (NEME, 1969, p. 126).

De outro lado, os sertanistas regressaram ao território goiano com Francisco Lopes Benavides, em 1665; Bartolomeu Bueno de Siqueira, em 1670; Luís Castanho de Almeida, em 1671; Antônio Soares Pais e Manuel de Campos Bicudo, com seu filho Antônio Pires de Campos, o velho. Também Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera, e seu herdeiro de mesmo nome, o segundo Anhanguera, de 1673 para frente (FRANCO, 1954, p. 366).

Em 1716, vindo pelo Mato Grosso, Antônio Pires de Campos, o velho, campeava o sertão goiano à procura da Serra dos Martírios, sem sucesso (FRANCO, 1954, p. 366). Mais um dentre vários mitos surgidos em São Paulo, a Serra dos Martírios habitou os sonhos de riqueza e opulência de muitos homens desde as últimas décadas dos seiscentos. Um morro de ouro sumido no sertão vago, uma elevação geológica feita do metal precioso. “A busca da Serra dos Martírios influenciou sobretudo na descoberta do ouro em Cuiabá e foi a causa direta da achada desse metal no território de Goiás” (FRANCO, 1954, p. 366). A essa lenda de um eldorado no Planalto Central – que alimentava os delírios de sertanistas, rapinantes e aventureiros, somam-se dois outros motivos essenciais para o descobrimento de ouro nas terras dos Goyazes: a busca por um curso terrestre que substituísse a longa e custosa viagem fluvial até a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e a necessidade de descobrir novas minas para a ampliação da capitania de São Paulo.

Em 1722 o Alferes José Peixoto da Silva Braga narra um ataque da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, à qual pertencia, a uma aldeia Kayapó do Sul no rio Araguaia, com saques de cargas de milho e batata, além do apresamento de sete indígenas, os quais batiza como Quirixás (NEME, 1969, p. 127) – sua descrição, porém, coincide significativamente com a que o sertanista Antônio Pires de Campos, o filho, deixou registrada a respeito dos Kayapó. (Depois de retornar triunfante para São Paulo com os remanescentes de sua bandeira, pela descoberta de novas minas, Bartolomeu Bueno da Silva seria nomeado superintendente e guarda-mor das minas de Goiás).

¹⁴ Bernardo Bicudo: “bandeirante paulista que serviu na entrada do capitão-mor João Mendes Geraldo, em 1645, em diretriz do sul brasileiro. Provavelmente o mesmo que tomou parte na expedição de Francisco de Paiva, em 1649, nela tendo falecido no sertão” (I.T., 1921, p. 173-189; FRANCO, 1954, p. 66).

Pires de Campos, coadjuvante elementar desta pesquisa, em 1723 anota em sua *Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota*¹⁵ da viagem das minas de Cuiabá e seu recôncavo que, “fallando do Rio Grande (em que se mete o Thieté e perde seu nome), se dá em um rio chamado Pernahiba e por elle acima habita o gentio¹⁶ chamado Caiapó” (CAMPOS, 1862, p. 437). Em 1727 “um capitão Camelo, viajando de São Paulo a Cuiabá via fluvial, informará a respeito do Rio Pardo: ‘Por todo êsse grande rio costumam andar os Caiapós’”. Seguindo, o capitão adverte que a navegação no Rio Camapuã seria perigosa, mas que “o maior risco é o dos Caiapós”. Avançando na cronologia da documentação, em 1731 “um alferes de nome Moreira, sertanista que percorre durante dois anos o contôrno da serra da Canastra”, localizou uns “campos dos Caiapós” no curso de quem marchasse “da primeira cabeceira do São Francisco para a estrada de São Paulo e Goiás” (NEME, 1969, p. 104).

Assim, ocupando uma extensa área do que atualmente conhecemos como Brasil Central e de tal modo impedindo o transporte de ouro, pedras preciosas e alimentos no Caminho dos Goyazes para São Paulo, passagem aberta em 1722 pela bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera filho¹⁷, e João Leite da Silva Ortiz, os Kayapó do Sul passam então a ser percebidos como um grave problema pelas autoridades coloniais e, conseqüentemente, pela coroa portuguesa.

Vemos, portanto, que êsses indígenas encontravam-se desde a zona do Pardo e Camapuã, no Sudeste de Mato Grosso, até a área hoje do Triângulo Mineiro, bem para Leste; e para cima, até a altura quase da embocadura do Araguaia. A aceitar-se tôda essa amplíssima faixa como estância dos Caiapó - e não há motivo para não o fazermos - **estariamos em face de uma nação das mais pujantes e que apesar de intensamente combatida iria manter-se coesa e forte ainda por um longo período, todo êle marcado de adversidades** (NEME, 1969, p. 105 – grifo nosso).

Em troca de correspondência datada de 1730, entre o rei Dom João V e o então governador da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, o soberano português cita os ataques dos Kayapó do Sul “aos moradores, aos escravos destes e também às tropas, sem deixar sobreviventes”, o que só seria solucionado, de acordo com a visão Real, com uma empreitada

¹⁵ DERROTA: (...) 8. Roteiro; 9. Itinerário (terrestre). In: Dicionário Priberam Online de Português. Lisboa, 2023. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/derrota>>. Acesso em: 29/10/2023.

¹⁶ Gentio era a palavra usada para assinalar indígenas independentes, desvinculados de qualquer autoridade colonial (CUNHA, 2012, p. 50); “aqueles que não mantinham relações amistosas com os não-indígenas e nem residiam em aldeamentos” (MORI, 2015, p. 22 – nota de rodapé).

¹⁷ Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera filho: “paulista, filho de Bartolomeu Bueno da Silva, foi dos maiores sertanistas de São Paulo no século XVIII. Desde os 16 anos andava pelo sertão acompanhando seu pai e herdou-lhe a alcunha, sendo chamado ‘o segundo Anhanguera’” (FRANCO, 1954, p. 366).

que aparentemente não foi levada a cabo: o estabelecimento de um “prezidio de Soldados pagos, e húa tropa de sessenta homens de Cavallo na parte mais conveniente”¹⁸, para fazer frente ao

(...) gentio Cayapó que nas mesmas Cordilheiras tem os seus domicilios, e daly cursão as Campanhas, assim para a parte do Camapuan, como p.a o Caminho dos Goyazes, nestes poucos anos passados tem feito os ditos gentios muitos danos, e hostilidades, por q’ só dos Roceyros tem morto quarenta escravos, fora de algúas tropas que as Suas tyrantias fizeram acabar, sem darem quartel a pessoa algúa.¹⁹

De acordo com o célebre pintor e viajante Johann Moritz Rugendas, em seu *Viagem Pitoresca pelo Brasil*, estes presídios eram “simples postos, com alguns soldados, sob o comando de um suboficial”. Na maioria das vezes, não passavam de cabanas miseráveis, as armas de fogo em situação lastimável e a defesa baseada no gibão, camisa de couro que vai até os joelhos, recheada de lã para proteger o corpo das flechas. Em cada posto havia pelo menos um, às vezes dois ou mais gibões (RUGENDAS, 1979, p.186-8).

As autoridades portuguesas já haviam autorizado o combate aos Payaguá e o regimento de guerra previa que a tropa responsável deveria, depois de devastar “em primeiro lugar os Payaguases, e todos os seus confederados [...] continuar a guerra contra os [...] Bororó dos Morros”, e aos Kayapó estaria reservada a “guerra que se lhe há de fazer p.a o fim”²⁰, no momento de retorno da expedição que chegaria até Cuiabá. Esta teria sido o primeiro registro de uma defesa, por parte de um membro do governo português, da necessidade de fazer guerra contra os Kayapó do Sul (MORI, 2015 p. 32). Com a descoberta, ainda na década de 1730, de diamantes na região dos rios Claro, Pilões e do córrego Santo Antônio, Bartolomeu Bueno da Silva – então superintendente das minas, foi vistoriar a região. Partindo de Vila Boa, o superintendente acabou tendo “hum encontro com os gentios cayapós q’ o obrigarão a retirar-se precipitadamente, deixando dezerto os dous rios com o temor do gentio”²¹. Na região do Pilões, os Kayapó do Sul teriam transformado as novas minas em “um verdadeiro deserto”.

Em 1733, Pires de Campos é convocado para a guerra justa contra os Payaguá e Guaicuru, no Mato Grosso. Para tanto, recebeu do então governador da capitania de São Paulo,

¹⁸ Sobre os índios que infestão os caminhos do Cuyabá (08/08/1730). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Cartas Regias e Provisões – 1730-1738. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, Volume XXIV, 1898, p.28.

¹⁹ Sobre os índios que infestão os caminhos do Cuyabá (08/08/1730). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Cartas Regias e Provisões – 1730-1738. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, Volume XXIV, 1898, p.27-8

²⁰ Registo do regimento que se fez p.a a Tropa que vai dar Guerra ao gentio Payaguazes (30/08/1733). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, Volume XIII, 1895, p. 245-259.

²¹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 6 de fevereiro de 1734, do Conde de Sarzedas a Dom João V. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.115.

Conde de Sarzedas, a patente de coronel de regimento de infantaria. Seus irmãos e companheiros de campanha também receberam títulos militares: o caçula, Pedro Vaz de Campos, o de tenente-coronel; o frade Manuel de Campos Bicudo, o de capitão-capelão. No ano seguinte os Paiaguá e seus aliados foram derrotados, com centenas de mortos e perto de 300 indígenas capturados. Em 1735, nas vizinhanças de Vila Boa e no caminho das minas, os Kayapó do Sul atacavam uma fazenda, incendiando casas e matando escravos e cavalos.

A “solução” proposta pelos membros da Câmara de São Paulo foi a criação de “duas comp.az pagaz e hum comand.e com assento entre o Rio Meyaponte, e Guacarumbá [que] põem em socego as minas dos Guyaz e Cuyabá”.²² O rio mencionado como Guacarumbá deve ser o Rio Corumbá, afluente da margem direita do Rio Paranaíba, no atual estado de Goiás. Esta segunda proposta de combate aos Kayapó do sul, ou seja, a criação de duas companhias pagas e lideradas por um comandante (a primeira foi proposta pelo parecer do rei Dom João V sobre a necessidade de se criar um presídio e uma tropa) só seria efetivamente colocada em prática alguns anos mais tarde, no governo de Dom Luís Mascarenhas (MORI, 2015, p. 33).

1.3) Guerra

Afora as movimentações oficiais em favor da guerra, havia também os vários protestos por parte dos colonos e viajantes do Caminho, que pressionavam as autoridades por uma permissão oficial para que eles próprios pudessem tomar providências bélicas contra os ataques e pilhagens que os Kayapó cometiam na região. O governador da capitania de São Paulo, Conde de Sarzedas, em atenção aos moradores e mineiros, dá permissão para o revide, determinando ainda que “pessoa alguma lhe não ponha impedim.to antes lhe dem toda ajuda e favor”²³.

Em 1736, o então governador e capitão-general da capitania de Minas, Gomes Freire de Andrade, cumprindo ordens da Coroa, principiou a instalação da *Picada de Goiás*, “uma estrada que ligava as minas de Goiás a São João del-Rei e Vila Rica, objetivando retirar ‘o ouro goiano da influência de São Paulo e dos contrabandistas’” (vide mapa abaixo). Gomes Freire de Andrada, que governa até 1739, outorga diversas sesmarias ao longo da Picada aos aliados do governo da capitania e com isso “a Estrada do Anhanguera entraria em decadência relativa” (LOURENÇO, 2005, p. 108). Durante o período colonial havia três acessos que chegavam/atravessavam Goiás, sendo dois essencialmente terrestres (o Caminho dos Goyazes

²² Representação da Camara de S. Paulo sobre a necessidade de caminhos por terra para Cuyabá e Goyaz (14/07/1736). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Cartas Regias e Provisões – 1730-1738. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, Volume XXIV, 1898, p. 230-234.

²³ Reg.to de húa Port.a q’. se deu no Cam.o dos Guayazes p.a se conquistar o Gentio Cayapó (18/12/1736). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens – 1732-1748. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896, p. 120-121.

e a Picada de Goiás) e uma em grande parte constituída por um percurso fluvial, a rota das monções (MORI, 2015, p. 29).

A troca da “Estrada do Anhanguera” pela Picada de Goiás, para além de simples rearranjo logístico-operacional do projeto colonial, pode ser entendida também como uma reação portuguesa aos ataques indígenas. Admitida esta hipótese, somos confrontados com uma situação em que as autoridades coloniais, sem mais opções, apenas reagem às ações dos Kayapó, ou seja, são inegavelmente coadjuvantes em um contexto em que o ritmo dos acontecimentos, da própria história, é ditado pela vontade e iniciativa dos indígenas. Outra evidência considerável de agência, de protagonismo histórico. Este é um marco na guerra contra os Kayapó do Sul, uma vez que a partir deste evento, para além do significativo impacto na ocupação do território, os ânimos são acirrados e as hostilidades intensificadas.

Nos anos 1740, insegura com os crescentes ataques, a população de Goiás ainda demandava as autoridades coloniais por uma solução, que por sua vez repetiam os requerimentos para a Coroa, novamente solicitando autorização Real para combater os “bravos” ativamente, ainda que extraoficialmente o esforço de guerra já fosse tão sanguinário quanto notório, com violentas respostas por parte de grupos armados sem disfarces pelos colonos.

Mais uma vez é preciso sinalizar o protagonismo Kayapó. Seus movimentos, emancipados, soberanos, não eram simples respostas às afrontas que sofriam, mas também pautavam a militar colonial, sua tática guerreira era ativa e motivada, suas ações orientadas para a ruína física e material dos agentes coloniais, mas também para provocar-lhes estragos morais. Em certo período em que as lutas penderam a favor dos indígenas, temeu-se que eles tomariam a posse de Goiás (KARASCH, 1992, p. 401).

Em um bando datado de 7 de dezembro de 1740, o então governador da capitania de São Paulo, Dom Luís de Mascarenhas, após novos ataques dos Kayapó, sanciona a ordem do Conde de Sarzedas, permitindo a qualquer morador fazer guerra aos Kayapó do Sul e admitindo que as ofensivas pudessem inclusive ser feitas nos “alojam.tos daquelles inimigos”.²⁴ Porém, ao que tudo indica, as milícias formadas por colonos não tiveram êxito. Em 1741 Dom Luís Mascarenhas, mediante o envio de outro bando, comunica seu intento de estabelecer duas Companhias de Soldados, com os guerreiros carijós e com bastardos forros que “por não trabalharem, andão vadiando de q.’ procedem fazerem dezaforos”²⁵.

²⁴ Registro de um bando sobre se darem por captivos os Gentios que se apanharem (07/12/1740). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luis Mascarenhas – 1732-1748. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896, p. 153-154.

²⁵ Bando sobre os Bastardos e Carijós serem alistados p.a as Comp.as da Conquista do Gentio Cayapó (27/12/1741). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luis Mascarenhas – 1732-1748 – Volume XXII, São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, p. 165-166.

Assim, autoridades régias autorizaram ataques às aldeias e acampamentos dos indígenas. Karasch (1997, p. 33) fala em cerca de oito mil nativos escravizados apenas em 1741, e para a manutenção de tamanha empresa foi preciso mandar vir de Cuiabá o sertanista Angelo Preto,²⁶ “pessoa experimentada em semelhantes conquistas” e que comandava “gentio Bororó domestico”²⁷. Porém, como no ano seguinte o sertanista ainda não havia chegado a Vila Boa, foram criadas de fato as “duas Companhias de Soldados do Matto [...] regidas por dous Capitaens com seis alferes, três para cada Cia., homens de brio, resolução e valor, e os maes experimentados q’ for possível achar para semelhante empreza”²⁸.

No Regimento que normatizou as atribuições das duas Companhias de Soldados empregadas no combate aos Kayapó do Sul (de 06/01/1742), havia seis itens que versavam sobre os territórios que deveriam ser monitorados, os métodos de ataque, o destino do butim que eventualmente fosse tomado nas aldeias assaltadas, a ordem hierárquica da Companhia, até a respeito do deslocamento tático da soldadesca, “por exemplo, quanto ao repouso noturno, que não deveria acontecer mais de uma noite em um mesmo sítio”. Em caso de necessidade, o corpo de Ordenanças e Dragões de Vila Boa estaria de prontidão para dar socorro às Companhias de Soldado. Se os Kayapó do Sul se rendessem, “deveriam ser presos e levados para Vila Boa, cujo destino seria decidido por uma junta” (MORI, 2015, p. 36).

²⁶ Angelo Preto: “paulista, filho de Manuel Antunes Preto e de sua mulher Francisca Nobre Pereira, casou-se em 1711 em Itu com Ana Ribeiro e enviuvando, casou segunda vez, em 1714, com Isabel Delgado. Basílio de Magalhães confunde este sertanista com Angelo Prêto de Godói, pelo fato de ambos se servirem de índios bororos para suas empresas” (FRANCO, 1954, p. 316); Angelo Preto, com seus índios Bororo, foram os responsáveis pela abertura da estrada que ligava Vila Boa até Cuiabá (ALENCASTRE, 1979), o que resultou na diminuição da importância das monções, porquanto o caminho terrestre mostrava-se mais seguro para os viajantes, apesar da presença intimidadora dos Kayapó do sul (MORI, 2015, p. 34).

²⁷ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta ao dr. Intendente Sebastião Mendes de Carvalho, datada de Vila Boa, 8 de dezembro de 1741. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p. 131.

²⁸ Idem.

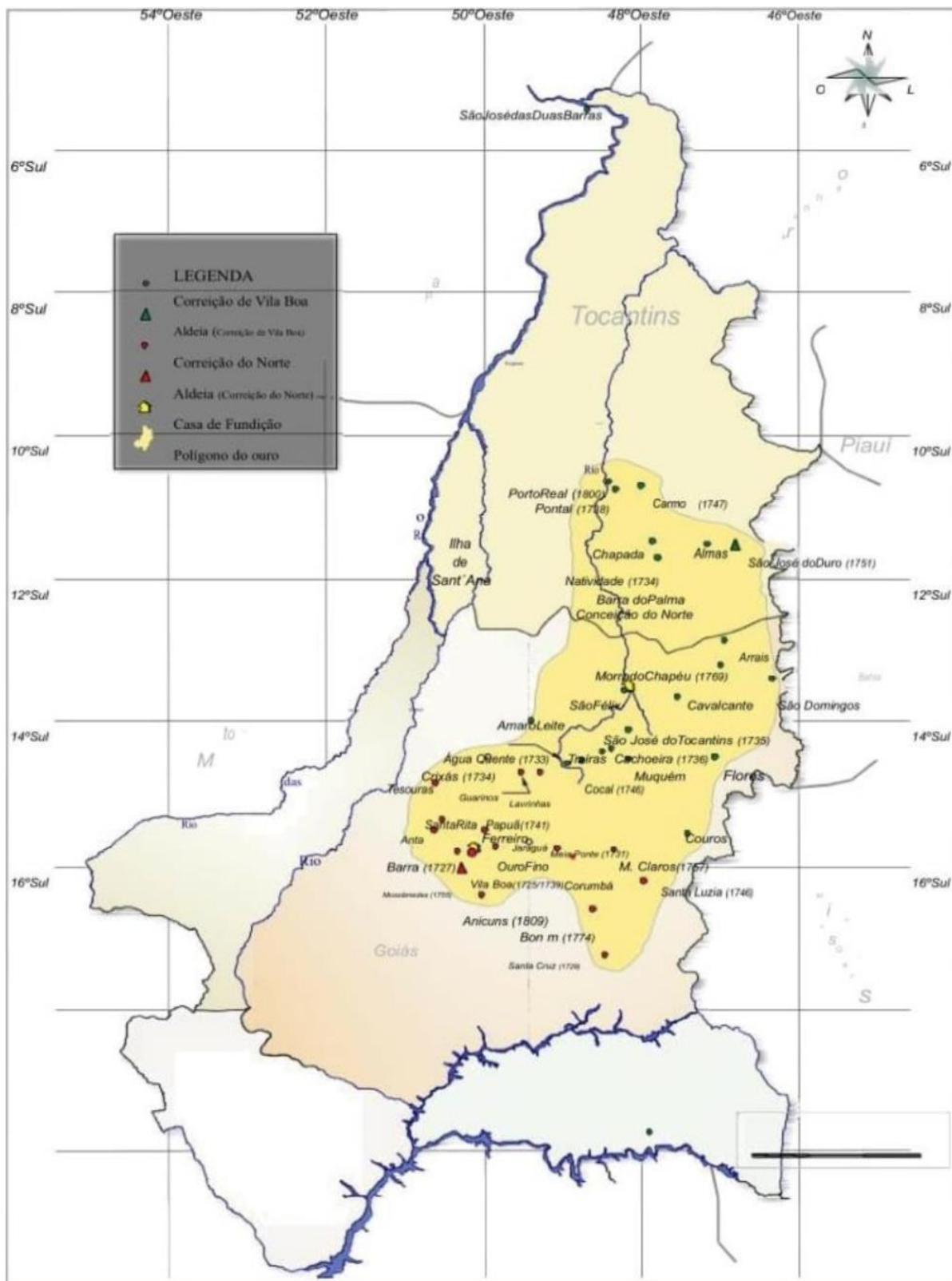


Figura 3 – Mapa das estradas que ligavam Vila Boa ao Rio de Janeiro (IPHAN, 2012, *apud* NAZARENO, 2018, p. 10)

As duas companhias, porém, acabaram fundidas em uma só pelo governador paulista Dom Luís Mascarenhas, que deixou registrado no citado regimento que, na hipótese de os Kayapó oferecerem oposição, o comando era o de lançar mão da

espada sem distinção ou diferença algúia de sexo, só não executarão a d.a pena de morte nos meninos ou meninas de des annos p.a baixo, porque estes os conduzirão a esta V.a para delles se tirar o quinto de S. Mag.e e os mais se repartirem por quem tocar.²⁹

Com Antônio de Lemos Faria no comando, a Companhia de Soldados assaltou “uma partida avançada de hum trosso de gentio de guerra, que vinha para o nosso Pais a effectuar as suas hostillidades, e o puzera em fuga ficando alguns mortos”.³⁰ A ofensiva teria atingido um “grupo Kayapó do Sul que estava em deslocamento para realizar alguma expedição guerreira” (MORI, 2015, p. 37). Como Angelo Preto não aparecia com “seus” Bororo, ainda em 1742 Dom Luís de Mascarenhas resolve convocar Antônio Pires de Campos – o filho, sertanista que também conquistara e então mantinha e comandava uma tropa de guerreiros Bororo descida dos arredores de Vila Real do Bom Senhor Jesus de Cuiabá para a capitania de São Paulo décadas antes, por volta de 1718, capturados por seu pai e homônimo. “Durante os primeiros contatos, os bandeirantes admiravam a eficiência dos Bororo na luta contra seus inimigos. As emboscadas, cercos, técnicas de batalha, e a eficiência dos guerreiros, tornavam a luta contra os Bororo tarefa árdua e longa.” (ZAGO, 2005, p. 94); “Eram os combatentes ideais para a guerra contra outros índios” (MORI, 2015, p 37). O acordo foi selado em 12 de outubro de 1742 e registrava que Pires de Campos e os guerreiros Bororo³¹ “deveriam explorar as áreas no entorno da Serra Dourada em direção ao sul e, em caso de ataque, rechaçar os Kayapó até suas aldeias, além de realizar expedições mensais de exploração, objetivando a descoberta de vestígios dos índios” (MORI, 2015, p. 38), destacando que a ele cumpria “situar-se por tempo de dois anos para a parte que senhorêa o dito gentio”³². Como pagamento, receberia uma arroba de ouro, rateada entre a população da capital Vila Boa. Com autorização régia, ainda em 1742 Pires de Campos passa à guerra positiva³³ e ataca uma aldeia Kayapó no rio Claro, matando

²⁹ Regimento de q.' hão de uzar os Cap.es de cavalos da Conquista do Cayapó no districto e circunvez.as de V.a Boa (06/01/1742). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luis Mascarenhas – 1732-1748. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896, p. 166-169.

³⁰ Cópia de uma carta do rei Dom João V, ao governador e capitão-general de São Paulo, Dom Luiz Mascarenhas datada de 26/03/1743, constante no “Ofício do sindicante, desembargador Manuel da Fonseca Brandão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado] [...]” (26/11/1763). AHU – Caixa: 19, Documento: 1191.

³¹ Os Bororo eram inimigos mortais de um povo que chamavam de "Kayamo" ou "Kayuma". Tais termos, declararam Von den Steinen e Ehrenreich, referem-se aos "Kayapó" - Von den Steinen, 1894:459; Ehrenreich, 1894:35 (TURNER, 1998, p. 313).

³² Anexo F. Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, Volume XIII, 1895, p. 229-263.

³³ Tanto a guerra defensiva, como a guerra ofensiva (ou positiva), são previstas na legislação das “guerras justas”, “categoria jurídica criada a partir das Cruzadas e das guerras com os sarracenos” (CUNHA, 1986, p. 154). Na modalidade chamada de guerra justa defensiva, não era permitido o ataque às aldeias do inimigo, mas era permitido o ataque a grupos de guerreiros como no caso da Companhia de Soldados do Mato comandada por Antônio de Lemos Faria. No caso da guerra justa ofensiva ou positiva, o rei ou o governador/capitão general deveria autorizá-la e era permitido atacar aldeias (MORI, 2015, p. 39). A guerra justa foi utilizada na colônia pela primeira vez em

dezesseis indígenas e tomando como cativos outros trinta e dois (GIRALDIN, 1997, p. 70). Em seguida, percorreu por volta de 150 léguas atacando aldeias Kayapó do território da Serra das Araras até o rio Paranaíba. Pelo feito, em 1744 recebeu uma sesmaria de três léguas de quadra, na região do rio das Velhas, onde aquartelou os Bororo em vários aldeamentos, fortificações distribuídas para a defesa do território, servindo também como bases para operações ofensivas.

Os privilégios concedidos pela coroa portuguesa, por meio de seus agentes, para quem disponibilizasse recursos de interesse para a causa colonial eram muito atraentes, de maneira que ao longo do tempo formou-se uma *fidalgua cabocla* entre aqueles aptos a colaborar. No artigo *A nobreza na capitania de Goiás na perspectiva dos domínios ultramarinos*, Pereira Moraes e Duarte Pereira, afirmam que “onde tudo ainda estava por se fazer, a concessão de cargos honoríficos foi, sem embargo, um elemento formador da sociedade”:

Com o passar do tempo e, respectivamente, com o crescente processo de requerimento de cartas patentes por parte da população de Goiás, observa-se notoriamente, como pano de fundo, que a concessão de privilégios e o estatuto de nobreza foram utilizados para dois objetivos fulcrais: **em primeiro lugar, para proteger as terras de ‘inimigos’, principalmente, dos indígenas** e, em segundo lugar, para incentivar a extração de ouro nas minas de Goiás e, assim, recrudescer o corpo mercantil de Goiás no final do século XVIII (MORAES; PEREIRA, 2014. p. 104-105 – grifo nosso).

O explorador Manuel de Barros assegura que os Kayapó eram “uma nação que nunca foi conquistada pelos sertanistas” e que “guerreiam com traição, não têm domicílio certo, nem plantas ou lavouras: são volantes e de curso, e se sustentam da imundície do mato” (NEME, 1969, p.134), informação que contradiz, como vimos, o relato do próprio Pires de Campos, que os reputa como indígenas “de aldêas”, que mantinham lavouras. Sobre as singularidades dos povos Jê, aos quais pertence a nação Kayapó do Sul, Carlos Fausto assinala que praticam uma elaborada economia bimodal, com longos períodos de deslocamento, itinerância, alternados com outros de reunião em grandes aldeias, organizadas internamente “por um conjunto de metades cerimoniais, por grupos etários e por segmentos residenciais”. Essa dinâmica não só seria propícia para a reunião e conservação de uma comunidade numerosa em um mesmo local, como a tornaria indispensável para seu desenvolvimento social, institucional (FAUSTO, 2010, p. 62).

Em certa medida, a documentação setecentista construiu uma imagem conflitante dos Kayapó do Sul, de nação estável e simultaneamente de povo guerreiro andante; Neme conjectura que esta fama de bando errante foi produto da grande “mobilização das suas facções guerreiras”, mas que grande parte de sua gente, mulheres, crianças e idosos, permanecia a maior

1562, contra os Caeté, que supostamente haviam devorado em um ritual antropofágico, o primeiro bispo do Brasil, o bispo Sardinha (MONTEIRO, 1994).

parte do tempo em suas aldeias. Assim, atendendo a demandas de conflitos com os não-índigenas ou mesmo com outros povos indígenas, estes guerreiros de fato eram capazes de avançar centenas de léguas em marcha de guerra³⁴, alcançando terras muito além de seus domínios. Segundo observação de Pedro Taques, o povo Kayapó

(...) infestava a estrada toda das minas de Goiazes em comprimento de mais de 200 léguas, desde o rio Uruçanga até Vila Boa. Impedida por estes bárbaros a dita estrada com total ruína do comércio e dos direitos reais, depois de terem conseguido em muitos assaltos muitas mortes com horror da humanidade (TAQUES, 1953, p. 178).

Terence Turner, porém, explica que a intensa mobilidade (seja por ensejos belicosos ou motivadas pelos rituais comunitários de caça e coleta) e a permanência sedentária nas aldeias eram, curiosamente, práticas simultâneas e que a oscilação entre uma e outra é característica fundamental da sociedade Kayapó:

A vida social kayapó se apresenta como uma alternância regular entre períodos de residência numa aldeia principal coletiva e grupos seminômades que se deslocam por períodos de um a vários meses para caça e coleta. Tais deslocamentos frequentemente envolvem toda a população da aldeia, mas também podem ser feitos, especialmente em grandes comunidades, por sociedades masculinas, casas dos homens ou categorias de idade isoladas. Os homens às vezes se deslocam com suas famílias, às vezes sem elas (...) É um erro associar as aldeias principais à horticultura e os deslocamentos à caça e coleta, como se fossem manifestações sociais de tipos distintos de atividades produtivas. Ao contrário, as aldeias principais e as expedições parecem representar modos complementares de organização social da mesma base de atividades de subsistência (...) As expedições eram parte obrigatória da maior parte dos rituais comunitários (...) A aldeia principal, enquanto unidade autossuficiente baseada tanto na agricultura como na caça e pesca extensivas (realizadas individualmente), constitui, por assim dizer, a "situação de base" ou condição inercial da sociedade kayapó. A mobilidade, ao contrário, requer um esforço específico, organizado e dirigido. Em outras palavras, os deslocamentos requerem e dão vazão ao exercício da liderança e à mobilização ativa da solidariedade coletiva, contrastando com o pano de fundo da vida na aldeia principal (TURNER, 1998, p. 322-324).

As cerimônias Kayapó de nomeação e de iniciação dos jovens, por exemplo, demandavam uma campanha de um ou dois meses para reunir um número suficiente de animais de caça e pesca, entre cágados, peixes e outros, para o festim promovido no encerramento do rito. A própria caçada, a chegada dos cágados e o banquete são elementos fundamentais do ritual, procedimentos constitutivos da ordem social, "o contraste entre a organização das expedições rituais e a das expedições comuns "seculares" é o mesmo existente entre a

³⁴ "Nesta extensa área de ocupação descrita para os Kayapó do Sul, é de se considerar a possibilidade de existência de outros grupos indígenas que entraram em contato com os não-índios ou com outros índios, promovendo ataques, saques e mortes. Por isso, incursões guerreiras que foram atribuídas na documentação do século XVIII e XIX aos Kayapó do Sul, poderiam ter sido praticadas por outros grupos indígenas. Nessa perspectiva, esses grupos seriam descritos nos documentos como Kayapó do Sul, o que ocasionou a generalização do termo 'guerras Kayapó do Sul'" (MORI, 2015, p. 25).

organização da atividade ritual e a da vida comunitária ‘secular’ na aldeia principal” (TURNER, 1998, p. 325).

Em 1745, Dom Luís Mascarenhas, preocupado com os “repetidos insultos, continuas mortes, estragos e roubos q.’ Gentio bárbaro de nação Cayapó, e os mais q.’ infestão o caminho de povoado emthé as minas de Goyaz [...] commetterão”³⁵ (MORI, 2015, p. 24), como o ataque ao sítio do Lanhoso³⁶, recebe novo respaldo da metrópole lusa, declara guerra justa contra os Kayapó e ajusta contrato com o sertanista Antonio Pires de Campos para a construção de aldeamentos militares ao longo do Caminho dos Goyazes, como o de Rio das Pedras, erguido em 1748 e guarnecido por guerreiros Bororo e Paresí que serviriam como soldados leais à Coroa portuguesa pelos próximos trinta anos. Decidiu-se, ainda, pela criação de dois destacamentos de soldados pagos, comandados pelo capitão de Dragões³⁷ Antônio de Sá Pereira. Em 1750 é edificado mais um aldeamento, agora por ordem do primeiro governo da capitania de Goiás, desmembrada da capitania de São Paulo em 1749, batizado de Santa Ana do Rio das Velhas e comandado pelo padre jesuíta José de Castilho. A instituição de tais aldeamentos foi a mais longa tática de guerra no combate aos Kayapó do Sul (MORI, 2015, p. 1).

Aqui, acreditamos que um parêntesis explicativo sobre a natureza do conceito de guerra justa se faz necessário. A legislação da guerra justa origina-se do direito de guerra medieval e foi instrumentalizada por Portugal no século XIV, com influências do pensamento de São Tomás de Aquino, autorizando a Coroa e a Igreja a declarar guerra aos pagãos. Em tese, a guerra justa só poderia ser declarada como reação a uma agressão; deveria ser travada com boas intenções, não podendo ser motivada por cobiça, ódio ou vingança; podendo ser declarada apenas por autoridade competente, política ou religiosa (ZERON, 1998, p. 365). O elemento definidor da ética-moral da guerra justa residia na diferenciação entre fiéis e infiéis e, depois da conquista do Novo Mundo, foi importada para um espaço e um contexto sócio-cultural que era distinto do Velho Mundo, principalmente no que diz respeito à categoria em que os índios estavam inseridos: eles não eram infiéis como os mouros, mas pagãos (FREITAS, 2014). Comparando com a guerra praticada contra o infiel, a guerra justa em solo americano não

³⁵ Registo de hum Bando sobre a guerra q’ se pertende fazer ao gentio Cayapó (17/02/1745). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luis Mascarenhas – 1732-1748. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896, p. 185-7.

³⁶ A denominação deste sítio deve-se ao seu primeiro proprietário, Antônio de Araújo Lanhoso, provedor da Fazenda Real e um rico dono de escravos que recebeu uma sesmaria em área estratégica, ao longo do Caminho dos Goias. Foi construído por volta de 1728, em território da atual cidade de Uberaba (MG), às margens de um córrego homônimo. Assim como o sítio do Camapuã, deve ter sido idealizado, para servir de pouso para as tropas que se deslocavam para as minas de Goiás e local de abastecimento dos víveres necessários para a longa viagem até Vila Boa. Posteriormente, no local foi edificado um dos aldeamentos indígenas localizados no Sertão da Farinha Podre (MORI, 2015, p. 39).

³⁷ Soldado que se deslocava a cavalo, mas combatia a pé. Até meados do século XVIII a Companhia de Dragões era constituída de unidades de infantaria montada. Depois, contudo, veio a ser de fato uma tropa de cavalaria.

deveria visar o aniquilamento do indígena, mas sua submissão, uma vez que foi na condição jurídica de escravo legítimo que ele se integrou à sociedade colonial (FREITAS, 2014); As guerras justas eram deflagradas quando o inimigo (no caso, os indígenas) rejeitasse a conversão ou atrapalhasse a expansão do catolicismo, praticasse agressões contra portugueses e demais agentes coloniais ou, então, se quebrasse algum acordo; aos sobreviventes das guerras justas, incidia ainda a autorização para a escravização legal (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 122).

Após esta pequena digressão explicativa, retomamos o fio da meada. Até então, o poder colonial já organizara quatro tentativas de conter os ataques Kayapó ao longo do Caminho:

- a permissão para que qualquer colono atacasse os índios, até mesmo em suas aldeias;
- a criação da Companhia de Soldados do Mato;
- o assalto direto a uma aldeia Kayapó, pelo sertanista Pires de Campos e seus Bororo;
- a instituição de aldeamentos ao longo do Caminho e dos dois destacamentos de Dragões, entre os Rios Grande e Paranaíba.

Ao colocar esses enfrentamentos em perspectiva histórica, Giraldin percebe que entre 1753 e 1766 há um “um processo de ação/reação”, o que deduz como “uma guerra de vingança”, por parte dos Kayapó, outra claríssima manifestação de seu protagonismo, de evidente agência histórica:

Há a indicação de ataques dos “brancos” em 1753 e, em 1755, os Cayapó atacaram o arraial das Antas matando perto de 40 pessoas. Em 1756 os “brancos” atacaram e capturaram 6 mulheres e 25 crianças. Em 1757 os Cayapó voltaram a atacar o arraial das Antas e mataram mais de 19 negros, número quase perto das 31 pessoas perdidas no ataque “branco” anterior. Os “brancos” voltaram a atacar em 1763, registrando-se um contra-ataque Cayapó em 1764. Neste mesmo ano os “brancos” revidaram com um assalto a uma aldeia. Em 1766 o arraial de Santa Luzia foi sitiado pelos Cayapó (GIRALDIN, 1994, p. 87).

Em dois dos primeiros mapas conhecidos da capitania de Goiás, um do português Ângelo dos Santos Cardoso, de 1750 (imagem 2) e outro do italiano Francisco Tosi Colombina, de 1751 (imagem 3), a região então conhecida como Sertão da Farinha Podre é identificada como “Sertão do Gentio Cayapó” (MORI, 2015, p.13) – “área de fronteira” (VENANCIO, 2001, p. 184), torrão importante para as bandeiras que rumavam para o interior da colônia, território da capitania de São Paulo até 1748 (quando esta foi anexada à capitania do Rio de Janeiro, até 1765), depois pertencente à capitania de Goiás até 1816 e que corresponde atualmente ao triângulo mineiro.

Em meados do século XVIII, a estrutura urbana da capitania de Goiás contava com apenas uma vila – Vila Boa, mas já acumulava cerca de cinquenta arraiais e quatro aldeamentos, o que formava três grandes territórios distinguíveis: a área da própria Vila Boa, bordeada ao Sul pela região de Meia Ponte e Santa Cruz; a comarca do Rio Maranhão, limitada a oeste por Crixás; e ao norte, os arraiais de Natividade, Pontal e Conceição, entre outros. Assim, é imperativo notar também que a “presença intimidadora dos Kayapó do Sul, cujos ataques amedrontavam a sociedade colonial”, era manipulada conscientemente pelas autoridades coloniais para inibir a traficância de ouro, uma vez que “poucas pessoas se aventurariam por terras ignotas, o que poderia significar a diminuição do contrabando” (MORI, 2015, p. 22).

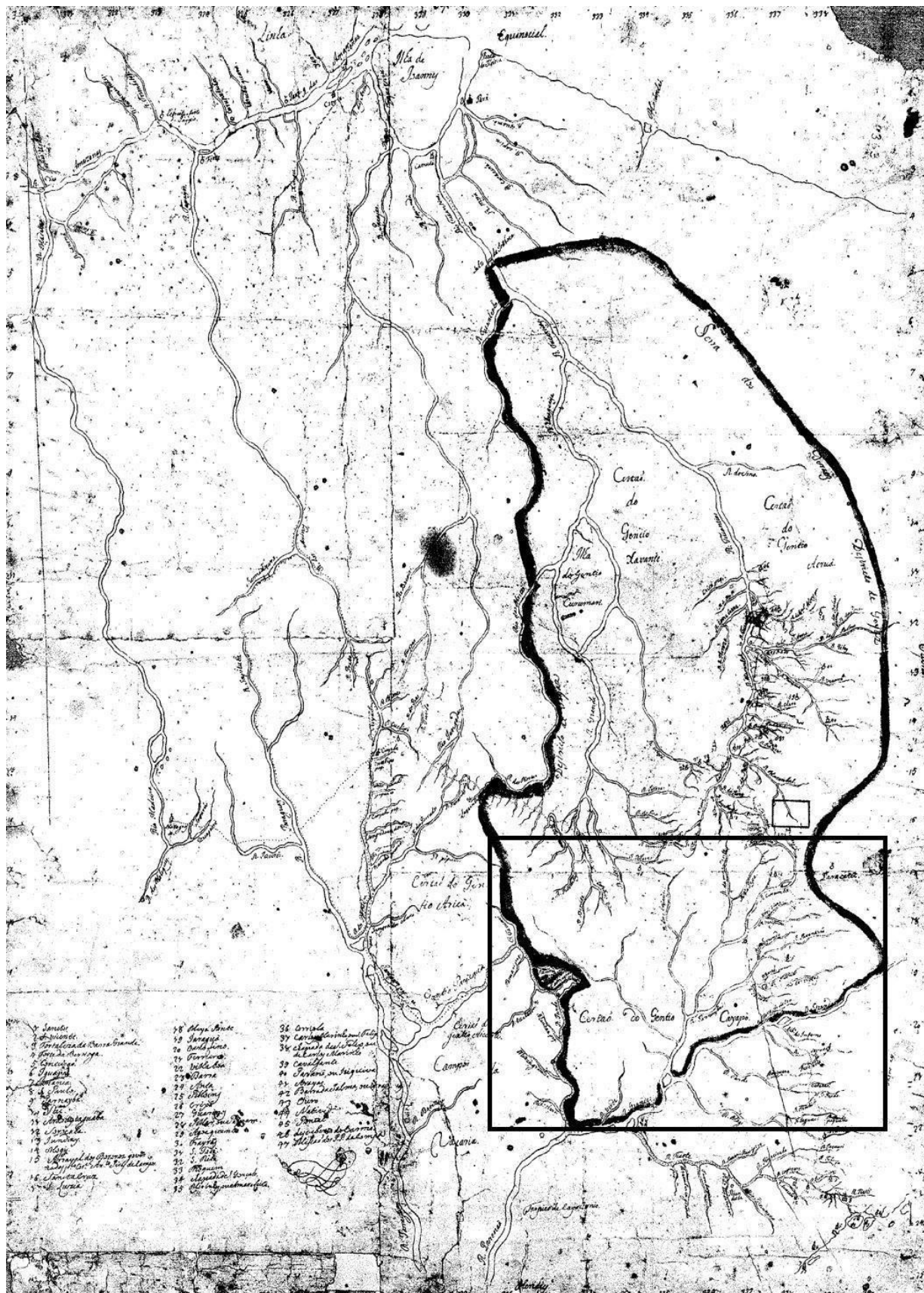


Figura 4 – Mapa que destaca o “Sertão do Gentio Cayapó”; “O prim.ro mais ajustado, que lá apareceu até [...]” de autoria de Ângelo dos Santos Cardoso. Fonte: ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500- 1822). Vols. I e II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960, p. 659.

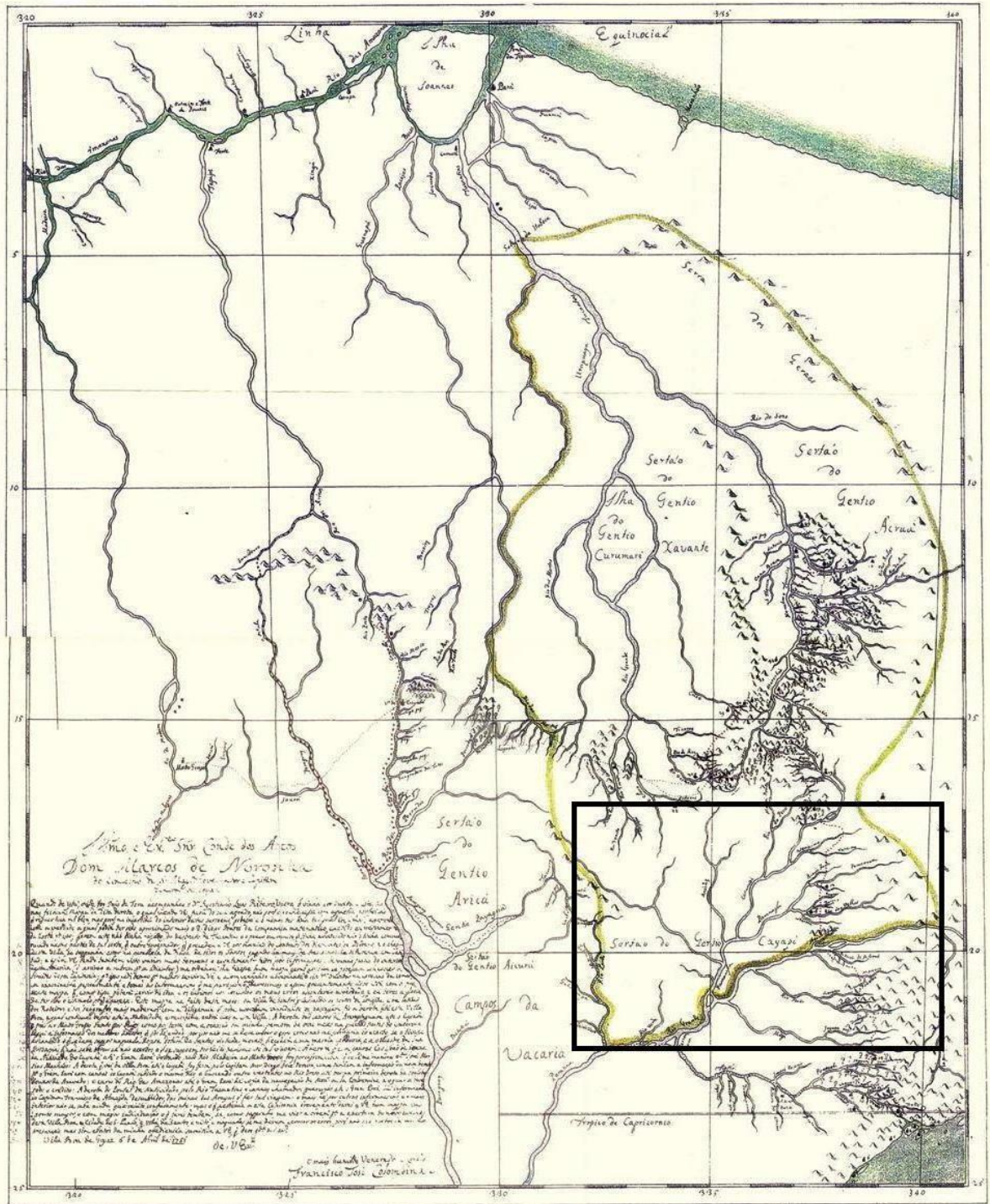


Figura 5 – “Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás” de autoria de Francisco Tosi Colombina. Fonte: BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens. Brasília, Ed. Verano. São Paulo, Takano, p. 135, 2002. (Em destaque o “Sertão do Gentio Cayapó”).

Em 1751 a presença dos Kayapó ao longo do Caminho dos Goyazes é atestada pelo conde de Azambuja, que dava garantias de que “todo o Rio Pardo é distrito do gentio Caiapó, o qual tem feito muitos insultos”, e que em um sítio do Camapuã³⁸ havia “camaradas brancos, e bastantes pretos, expostos aos ataques do Caiapó, e sem missa, nem quem os confesse em caso de perigo, ao mesmo tempo que a distância é tão grande para qualquer dos povoados”³⁹. Em relato do Cônego Luís Antônio da Silva e Sousa⁴⁰, o clérigo anota que em 1773 uma caravana encontra “em terras araguaianas, ‘domiciliares dos Caiapó’ (...) arranchementos de 400 camas e mais” (NEME, 1969, p. 109).

Porém, em 1780, depois de mais de 5 meses de campanha no sertão, uma bandeira liderada por José Luiz Pereira e pelo Bororo Ignácio Pires, volta para Vila Boa com um embaixador Kayapó chamado Romexi, mensageiro do maioral Angraí-oxá (KARASCH, 1982, p.104), e então alguns grupos deste povo decidem aceitar o aldeamento há tantos anos oferecido pelos agentes coloniais. Os Kayapó foram, então, conduzidos até Vila Boa, onde foram recebidos com formalidades pelo governador Luís da Cunha Menezes. Os indígenas foram vestidos e uma missa foi celebrada em sua homenagem. Receberam de Cunha Menezes, há pouco dedicado ao extermínio Kayapó, garantia de proteção, caso acolhessem a oferta de vassalagem ao rei de Portugal.

Meses depois, cerca de duzentos Kayapó desceram para ser aldeados em Maria I, construído conforme a decisão dos indígenas, que escolheram inclusive o local das edificações, próximo ao Rio dos Índios. Ainda que tenham admitido o aldeamento, cedendo a certas regras de conduta que atendiam apenas à conveniência do projeto colonial, os nativos foram hábeis em criar dispositivos que possibilitavam algum poder de barganha, certa autonomia prática. Em

³⁸ Criada por volta do ano de 1720, a Fazenda de Camapuã (cujo território original pertence atualmente ao Mato Grosso do Sul) foi explorada pelos irmãos Leme, os quais foram executados e seus bens confiscados pela Coroa portuguesa (KOK, 2004), e “nunca se tornou um centro dinâmico”, apesar de ser um importante ponto para a varação entre rios, de cargas e canoas, pois a travessia era morosa, motivada pelos “carros de boi [que] eram poucos e os animais, mal alimentados, eram lerdíssimos”. Na propriedade eram cultivados mantimentos e “criavam-se capados e galinhas, fabricavam-se, para uso local, panos toscos, redes, louças” (SOUZA, 1997, p.65). Havia casas para hospedagem e uma capela dedicada a Santo Antônio (KOK, 2004). Localizada em um ponto estratégico no sertão – não havia outra propriedade com estas características até Cuiabá – Camapuã era importante para os monçoeiros como pouso para descanso, local em que era possível a prática da religião em um templo católico e como ponto de abastecimento dos víveres necessários para o término da longa viagem até as minas cuiabanas. Distante de núcleos populacionais, Camapuã teve que tornar-se autossuficiente, produzindo objetos úteis para a vida no sertão e para as viagens empreendidas até Cuiabá. Construída em região que tradicionalmente era ocupada pelos Kayapó do Sul, o contato e o conflito logo se tornaram evidentes (MORI, 2015, p. 29-30).

³⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Relação da Viagem, que fez o Conde da Azambuja da cidade de S. Paulo para a Villa do Cuyabá no anno de 1751. *in*: Revista trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, volume 7, 1845, p. 482-483.

⁴⁰ Luís Antônio da Silva e Sousa: religioso, funcionário público, político, professor, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cavaleiro da Ordem de Cristo, poeta, orador, colaborador do periódico "Matutina Meiapontense" (COUTINHO; SOUSA, 2001); escreveu um grande número de memórias e monografias sobre catequese dos indígenas, navegação de rios, colonização, comércio, agricultura, indústria, exploração de minas, estatística, história de Goiás (BLAKE, 1883).

1813, porém, Maria I foi extinto e os indígenas transferidos para o aldeamento de São José de Mossâmedes, onde ficaram, entre ajustamentos e fugas, até os primeiros anos da década de 1830, quando passaram a dispersar-se, principalmente depois da morte de Damiana da Cunha. Em 1832, São José de Mossâmedes também foi fechado.

Damiana da Cunha, personagem interessantíssima de nossa história colonial, estava entre os Kayapó do Sul descidos em 1780 para ser aldeados em Maria I. Na época, ela era a neta recém-nascida do cacique Angraí-Oxá que, apadrinhada pelo então governador Luís da Cunha Meneses e acolhida em sua casa, receberia o nome cristão de Damiana da Cunha. A despeito do costume e da tradição, Damiana, mulher indígena, forjou-se líder de autoridade dobrada, entre as autoridades coloniais e, ao mesmo tempo, entre os Kayapó, famosa como intérprete (*língua*) e reconhecida como “a mais famosa sertanista do século XIX” (KARASCH, 2008, p. 401). Damiana cresceu entre dois mundos, aprendeu o idioma e os códigos culturais dos agentes coloniais, mesmo reconhecendo-se indígena. Aproveitou-se de sua posição de fronteira, assumindo poder de ação nas negociações com os indígenas insubmissos, dos quais dependia o destino da capitania.

As proezas de Damiana da Cunha, apontadas por Saint Hilaire e Johann Baptist Emanuel Pohl, mas também registradas em documentos e correspondências oficiais, são alguns dos mais vigorosos exemplos da capacidade de agência indígena, de protagonismo histórico Kayapó em Goiás. O seu falecimento em 1832, como dito acima, desatou o último e frágil vínculo que mantinha os poucos Kayapó do Sul no aldeamento São José de Mossâmedes, que seguiram seus parentes, desocuparam por completo o lugar e voltaram aos sertões. Esta evasão, no entanto, vinha sendo levada a cabo desde os primeiros anos de aldeamento, principiando pela simples recusa de habitar as moradias construídas pelos “brancos”, passando pelas fugas e rebeliões, pela extinção de Maria I, até culminar no esvaziamento total de São José de Mossâmedes.

Em 1782, havia no aldeamento 555 índios; em meados de 1783, um grupo de guerreiros Kayapó do sul esteve em Maria I e prometeu deslocar um novo contingente de índios, o que foi feito. No entanto, os guerreiros Kayapó do sul optaram por se abrigarem nas matas do entorno do aldeamento. Para o governador Tristão da Cunha Menezes, tal atitude tomada pelos homens Kayapó do sul foi motivada pelo seu temperamento e remorso de seus crimes, que os fazia viver constantemente receosos dos não-índios. Talvez, para os índios aldeados, os guerreiros estabelecidos no entorno do aldeamento era sinal de segurança, indicando que havia desconfianças de ambas as partes (dos Kayapó do sul e dos não-índios) sobre a “paz” estabelecida (MORI, 2015, p. 126).

Essa “paz armada”, tão frágil quanto seria de se supor, era ameaçada por grupos insatisfeitos com a trégua, guerreiros Kayapó espalhados por extensos territórios e ainda dispostos ao embate, conforme evidenciam registros como o do naturalista Francisco José de Lacerda e Almeida que escreve em 1788, ainda sobre o território banhado pelo Camapuã: “Esta Fazenda é infestada pelo Gentic Cayapó, nação robusta (...) tão numerosa, que só por si faz um

grande império, pois principiando ao Norte do Cuyabá , chega a Camapuam, ao Norte de S. Paulo, ao Norte e Leste de Villa Boa de Goyaz” (LACERDA; ALMEIDA, 1841, p. 75).

Mesmo quase cinquenta anos depois do fim do aldeamento Maria I, “no fim da década de 1880, grupos de Kayapó do Sul praticavam ataques contra os não-índios, matando pessoas e animais” (MORI, 2015, p. 94). Portanto, ao contrário do que faz supor a historiografia, o povo Kayapó não foi “pacificado”, pelo contrário, manteve-se em estado de beligerância, cometendo perenemente ataques ao projeto colonial e reafirmando sua exigência sobre o território ocupado, portanto protagonista evidente de sua fortuna, agente incontestado de suas próprias ações.

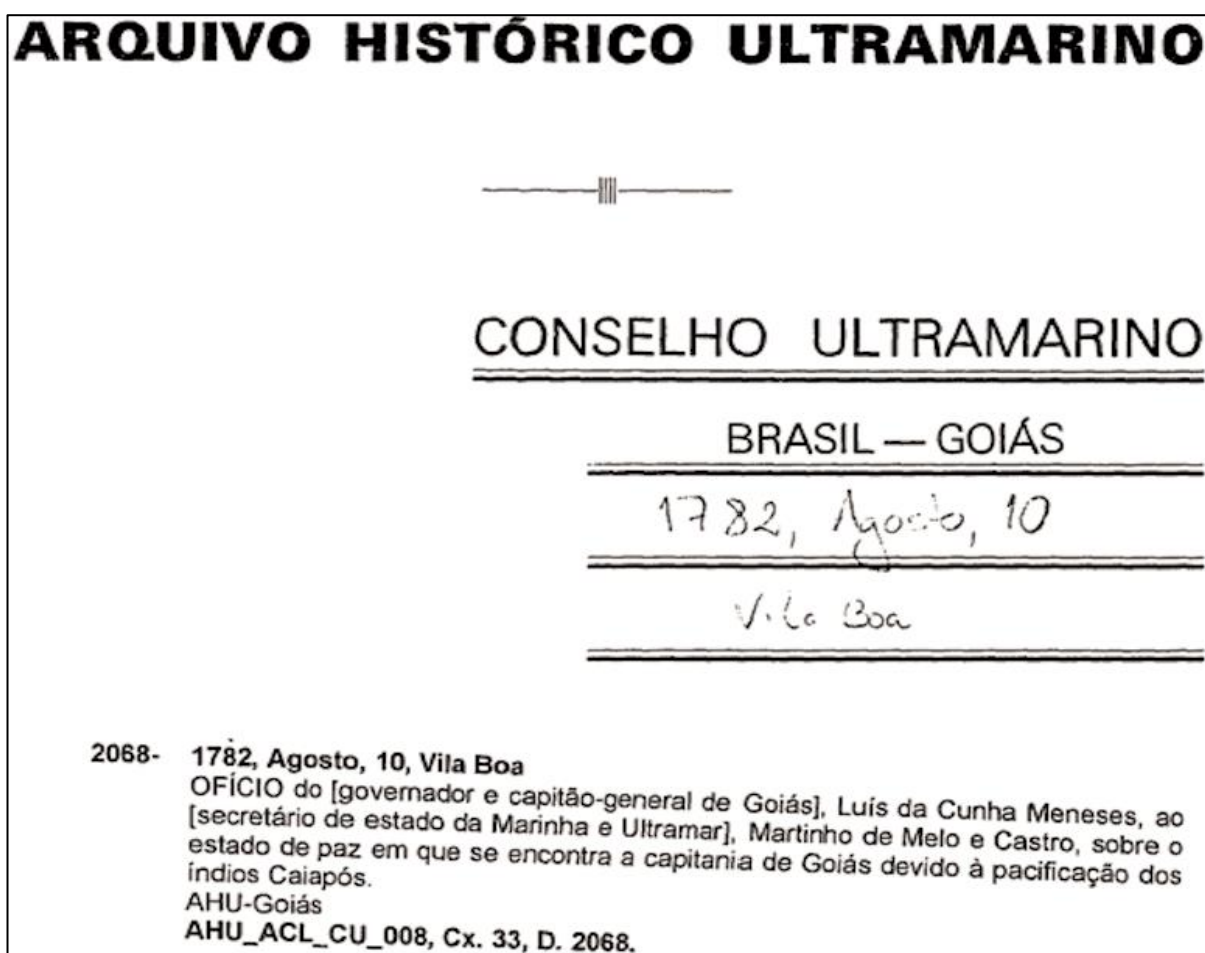


Figura 6 – OFÍCIO do governador e capitão general de Goiás, Luis da Cunha Meneses ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o estado de paz em que se encontra a capitania de Goiás devido à pacificação dos índios Caiapós. AHU-Goiás – AHU_ACL_CU_008,Cx. 33, D2068. Agosto de 1782.

Aqui vale sublinhar que, como vimos, a percepção colonial sobre os Kayapó do Sul sofreu transformações ao longo do tempo: em um primeiro momento são vistos como figuras amistosas, até como aliados eventuais; em seguida, após a quebra desta relação pela violência de grupos paulistas, abandonam seu território tradicional e passam a ser percebidos apenas por sua ausência; em uma terceira quadra, já instalados em outra região de seu próprio território ancestral – o sul de Goiás, impõem-se como titulares daquela terra e começam a ser percebidos como um problema crescente; finalmente, produto da amplíssima, cruel e duradoura colisão de seus interesses com os da causa colonial, passam a ser percebidos como inimigos abomináveis. Assim, apesar de triste, nos parece absolutamente compreensível que ao *Jus Gentium*⁴¹ europeu (que consagrava às nações do continente poder de vida e morte sobre não-europeus d’além-mar), as reações se baseariam na violência, na migração para o mato fundo e na pseudo-assimilação, ambas reações que podem ser entendidas como decisões autônomas, soberanas e, portanto, atos de protagonismo histórico, ações que se contrapunham ao projeto colonizador.

De tal modo, acreditamos restar demonstrado que ao longo de todo o período histórico abordado neste trabalho, a agência indígena Kayapó é historiograficamente comprovável, tanto na literalidade da documentação colonial, quanto em suas entrelinhas. O que não poderia ser de outra forma, uma vez que indígenas Kayapó são evidentemente tão humanos, dotados das faculdades e falhas comuns a todos os *homo sapiens*, quanto qualquer agente colonial, por mais europeu ou *europeizado* que fosse. Portanto, o protagonismo Kayapó manifestou-se no desenvolvimento da sua consciência histórica, da sua perspectiva ontológica, na constituição de seu devir. Assim, eram eles, os Kayapó do Sul, quem buscavam “colonizar os colonizadores” (TURNER, 1993, p. 48), colocando “em cena a historicidade de suas estruturas” (MANO, 2009, p. 212).

A elaboração desta cronologia do contato encerra-se, portanto, no estranhamento de como construções ideológicas como a do projeto colonial luso-cristão têm o poder de mascarar o que seria insofismável; e que sua desconstrução, um processo gradual e trabalhoso, leva à constatação lamentável de que a recusa da humanidade dos indígenas permanece entranhada ainda hoje em nossa sociedade, mais de cinco séculos depois da invasão portuguesa, ainda que camuflada, implícita, mesmo entre os círculos letrados. O que nos leva a reafirmar a necessidade de revisão de parte da história dos povos originários que habitavam o território que hoje conhecemos como República Federativa do Brasil.

⁴¹ O *jus gentium*, ou *Ius gentium*, em latim: direito dos povos ou direito das gentes, compreendia os regramentos do direito romano que deveriam ser aplicados aos estrangeiros, mas sua aplicação entre os séculos XVI e XX conferia primazia às nações cristãs da Europa em relação ao resto do mundo (SCHIMITT, Carl. O Nomos Da Terra No Jus Publicum Europaeum. Ed. Puc-Rio 2005, p. 68).

(...) a história da colonização dos povos indígenas no Brasil, e, porque não dizer, de quase toda a América Latina, deve ser urgentemente revista e reconstruída. Grande parte dos relatos historiográficos que possuímos no Brasil e no mundo acerca da história do contato entre o europeu e os indígenas brasileiros, com raras exceções, contam apenas as versões ocidentais e dificilmente são encontradas narrativas historiográficas elaboradas a partir dos próprios indígenas, relacionadas ao que representou para eles esse contato (NAZARENO, 2017, p. 3).

A disseminação da ideia de reconstrução da história indígena é um efeito prático da luta organizada dos povos indígenas, é claro, mas tem no que Nelson Maldonado-Torres chamou de giro decolonial⁴², uma valiosa contribuição teórica, na positivação de culturas marginais diante do padrão eurocêntrico, sem classificações hierárquicas. Do movimento feminista às lutas antirracistas e anticoloniais, as “distinções” conversam a partir de suas múltiplas negatividades, sem obrigação de cruzar o “centro” da hegemonia (DUSSEL, 2005, p. 63). A urgente construção da história indígena passa por aqui (COUTINHO; NASCIMENTO; NAZARENO, 2021, p. 142).

A seguir, no segundo capítulo, desviamos o foco da investigação para a construção da figura histórica do bandeirante paulista. Este agente colonial, sertanista explorador, em um primeiro momento disposto a longas jornadas na selva hostil para lucrar com o apresamento e escravização de indígenas, logo foi seduzido pelo ouro abundante e passou a dedicar-se ao extermínio puro e simples da nação Kayapó, no intuito de “desinfestar” os sertões e liberar os caminhos oficiais para o escoamento da mineração.

⁴² MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto, en El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), p.127-168. Siglo del Hombre, Bogotá, 2007.

CAPÍTULO II - BANDEIRISMO E MITOLOGIA PAULISTA

*Essa espuma sobre a praia
É um dente de ocidente
É um dente, um osso, um dente
Vomitado pelo mar*

*Vem em ondas poluídas
Vem em nome da moral
Vem na crista dessa onda
A cultura ocidental*

Alceu Valença⁴³

O presente capítulo propõe um exame crítico da construção histórica do bandeirismo, uma das grandes marcas da identidade paulista e, por ressonância político-ideológica, também da goiana; busca também o cruzamento da cronografia bandeirante com a história da terra dos Goyazes, recorte espacial dominante desta pesquisa. No capítulo anterior abordamos parte dessa história, mas partindo da perspectiva do contato entre indígenas do povo Kayapó do Sul e sertanistas, primeiramente em domínios paulistas e só posteriormente em terras goianas.

Para a presente investigação, fazemos uso mais uma vez da revisão de fontes primárias e secundárias, destacando o uso recorrente do *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil - Séculos XVI - XVII - XVIII*, de Francisco de Assis Carvalho Franco, que reúne “uma galeria de cerca de três mil nomes (...) dos quais seguramente oitenta por cento paulistas”(FRANCO, 1954, p. 4), em edição lançada pela *Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo*. Outro autor deveras consultado foi Alfredo Ellis Júnior⁴⁴ (não confundir com Myrian Ellis, cujo trabalho também é citado neste estudo), com as obras *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano – Pesquisas nos documentos seiscentistas publicados pelos governos estadual e municipal* (1924) e *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano* (título que substituiu o original *Raça de Gigantes*⁴⁵ na segunda edição, de 1936) –

⁴³ Faixa de autoria do cantor pernambucano Alceu Valença (música e letra), originalmente gravada no álbum *Molhado de Suor*, lançado em 1974.

⁴⁴ Historiador filiado ao Partido Republicano Paulista (PRP), deputado estadual de 1925 a 1930 e de 1934 a 1937. Foi membro do Grupo Verde-amarelo (de tendência fascista, foi rebatizado em 1927 como Escola da Anta, ou Grupo Anta, oriundo da corrente conservadora do movimento modernista) e colaborador da revista *Novíssima* – reputada por Oswald de Andrade como “Fascismo literário” (*Revista de Antropofagia*, 1929, p. 10). Combateu na Revolução de 1932 e em 1939 tornou-se professor de História da Civilização Brasileira da USP. Era árduo defensor da cafeicultura, posicionando-se a favor da produção agrícola e da conservação dos processos políticos e econômicos. Defendia a ideia de que no bandeirismo explicava o pioneirismo paulista.

⁴⁵ Em *Raça de Gigantes* (ou *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano*), Alfredo Ellis Junior faz a defesa eugênica de uma suposta “sub-raça” paulista, gerada nos séculos XVI e XVII, pelo cruzamento

tomos que indicam o estímulo motivador do resgate “histórico” da figura do bandeirante paulista, do qual o autor foi representante brioso.

Antes de passar ao exame propriamente dito, concorrendo para a clareza da abordagem, julgamos adequado definir o que a pesquisa entende por bandeirismo ou bandeirantismo. O bandeirismo consiste em uma série de campanhas expansionistas terrestres para o interior do Brasil, iniciada ainda no século XVI e que entrou em decadência na segunda metade dos setecentos. Partindo da província de São Paulo, sertanistas reuniam homens e investiam seus recursos em armas, víveres e demais equipamentos necessários para jornadas de vários meses, às vezes anos, pelos sertões, inicialmente em busca do apresamento de indígenas para a escravização e, em um segundo momento, para a prospecção e mineração de metais preciosos. Com o tempo, estas campanhas acabaram por “empurrar” a fronteira espanhola, ampliando o domínio português na América.

Depois de vencer “o vulto phantastico da Serra do Mar, que (...) dominava de longe os horizontes qual a figura tetrica e imponente de Adamastor impondo o terror e a estacada aos mais valentes”, os primeiros conquistadores portugueses teriam chegado ao planalto piratiningano, assenhorado-se do território e ali estabelecido bases para, posteriormente, povoar o ermo do Brasil, fazendo recuar à custa de muita obstinação e bravura a linha divisória acordada com os castelhanos no Tratado de Tordesilhas “até aos confins, que, hoje orgulhosa, ingrata e ignorantemente contempla o brasileiro no mappa de sua patria immensa” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 5). Este heroísmo de tonalidades épicas do bandeirismo paulista, do qual seria tributária a conformação social e geopolítica da nação brasileira (como demonstrado neste breve, porém instrutivo, exemplo que nos empresta Ellis Junior), aparentemente foi uma construção menos histórica que ideológica, que abeirou-se das balizas do folclore, da mitologia, levada a cabo quase dois séculos depois do apogeu do bandeirantismo.

Resgatado como emblema, “pois ao mesmo tempo em que denunciava as qualidades de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o novo processo de integração territorial que dera sentido à vida nacional” (ABUD, 1985, p. 139)”, a imagem *histórica* do bandeirante popularizada no século XX foi imaginada a partir do final do século XIX, período em que as insígnias de autoridade e reconhecimento afastavam-se dos legados de nobreza de

entre o índio e o europeu (ELLIS JUNIOR, 1936, p. 74). “Para comprovar sua tese da mestiçagem eugênica ocorrida em São Paulo, cercou-se de dados obtidos dos estudos genealógicos de Pedro Taques de Almeida Paes Leme e de Frei Gaspar da Madre de Deus, produzidos no século XVIII, bem como da consulta a outras fontes históricas – muitas delas recém-descobertas e publicadas durante o governo de Washington Luís (...) O afinco com que se dedicou a análise documental daria ares científicos ao seu discurso regionalista que exaltava o tipo racial paulista, associando-o à figura do sertanejo repleto de energias físicas e disposição para os grandes empreendimentos. Tal imagem, a partir do início dos anos 1920, viria a substituir à do preguiçoso e apático Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, que representaria os resultados perniciosos da miscigenação racial sobre o homem rural paulista.” (ZEM EL-DINE, 2014, p. 02).

uma aristocracia guerreira bandeirante, em direção ao prestígio da prosperidade conquistada, fruto do rompimento com a memória colonial do novo *ethos* republicano. Nesse sentido, a obra de Affonso de Taunay – para quem os paulistas eram “espécimes superiores no tocante à energia e ao ânimo empreendedor” (TAUNAY, 1921, p. 223), é uma das principais ferramentas de “glorificação dos ancestrais e **com o objetivo de dar estatuto científico a uma tradição inventada**” (OLIVEIRA JÚNIOR, 1994, p. 91-92 – grifo nosso), fundando um orgulho “familiar” que é derivado “do europeu, ou seja, do homem branco, o que demonstra mais uma vez, a imbricação entre questão racial e mitologia bandeirante, ainda presente no que pode ser definida como última etapa de construção dessa mitologia” (SOUZA, 2007, p. 164). Entre o fim do século XIX e a alvorada do século XX, São Paulo despontava como núcleo econômico do país, a despeito de ainda desempenhar um papel modesto no horizonte político nacional, o que era motivo de mágoas e melindres por parte da elite paulista que, inclusive, chega a cogitar “a ideia de federação e até de separatismo” (OLIVEIRA, 1998, p. 207).

Foi nesse período, entre 1890 e 1930, que a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo da pujança paulista baseada em qualidades individuais de coragem, determinação e ao mesmo tempo em atributos nacionais, já que fora a ação destes homens que dera sentido à integração territorial do País (OLIVEIRA, 1998, p. 208).

Esse construto, do arquétipo do bandeirante herói, paladino do avanço civilizatório cristão sobre o paganismo íncola, era por demais conveniente aos interesses da aristocracia cafeeira, interessada em tecer um passado de distinção para si; serviu também, na esteira da Revolução Constitucionalista de 1932, para inflamar um tal “caráter específico da paulistanidade a partir do caráter especificamente paulista do bandeirante” (SOUZA, 2007, p.152). Mesmo Getúlio Vargas alimentou essa retórica, a exemplo de seu discurso intitulado *A nova feição bandeirante do espírito paulista*, proferido no banquete do teatro municipal em 1938 – ano seguinte à instauração da ditadura estado-novista: “Na hora das grandes provações, parece ressurgir no seio do vosso povo o espírito das velhas bandeiras e dos seus chefes indômitos, afeiçoado e diferenciado pelo quadro novo de civilização que ides criando.” (VARGAS, 1938, p. 213). A intenção de nacionalizar a metáfora bandeirante, transformando uma lenda local em orgulho pátrio, seria um expediente governista para superar o descontentamento dos paulistas que se ressentiam da concentração de poder político nas mãos de Vargas, mas também serviria como justificção histórica e política para a *Marcha para o Oeste*⁴⁶.

⁴⁶ “A Marcha para o Oeste foi o lema cunhado pelo Estado Novo para se referir às medidas que preconizavam, visando ocupar e colonizar o interior do País, ou seja, a região do Planalto Central. Não se pode dizer, contudo, que a Marcha tenha consistido num programa de governo, no sentido de ter reunido um conjunto articulado de

Em uma articulação artificiosa, a agência bandeirante é agregada à própria genealogia do progresso econômico paulista, o que se manifesta socialmente no costume da elite econômica de contratar linhagistas para investigar, até a comprovação, uma ascendência sertanista ilustre; e mesmo na expansão da malha ferroviária do estado nos anos 1920, cujos trajetos foram elaborados seguindo “nas suas linhas gerais, os roteiros de penetração do passado” (MESQUITA FILHO, 1922, p. 375). Neste contexto, a figura “histórica” do bandeirante é tratada “como o lídimo representante das mais puras raízes sociais brasileiras (...) pai fundador da raça e da civilização brasileira” (SEVCENKO, 1992, p. 138), sendo o paulista “o agente de construção da nacionalidade, e o bandeirante como o seu protótipo histórico, cuja herança atávica deve a qualquer custo sobreviver aos riscos da contemporaneidade” (SOUZA, 2007, p. 155).

Mas em meio a esta fabulação institucionalizada do passado, houve quem se atrapalhasse entre elogio e censura, como no curioso exemplo de Roquete Pinto, “protagonista no debate teórico travado no âmbito do movimento eugenista que se constituiu no Brasil” (KERN, 2017, p. 1). Sensibilizado tanto pela valentia e abnegação dos bandeirantes, quanto pasmado pelo seu desprendimento moral, congratula repreendendo aquele “punhado de homens, perdidos na terra hostil; ambição, firmeza, coragem, fé, no coração de qual douradas por muito heroísmo (...) E disso tudo, saiu brilho bastante para deixar à sombra os crimes contra a espécie que naquelas empresas se passaram” (PINTO, 1919, p. 11). Antes, ainda, em princípios do século XIX, Manuel Aires de Casal, já havia acusado os delitos sertanistas: “Os paulistas de hoje passam por uma boa gente; mas seus avoengos não o foram certamente” (CASAL, 1976, p. 105).

Os discursos a partir dos quais foi elaborada a mitologia bandeirante não foram, portanto, apenas aqueles que a descreveram em sua positividade, com tal construção passando por embates entre os discursos que a defendiam ou a criticavam e sendo constituída por eles. (...) Foi principalmente a partir de Capistrano de Abreu que teve início a revisão da imagem do bandeirante, bem como do papel por ele desempenhado, associado pelo autor à violência e à escravidão indígena, enquanto Nestor Duarte critica as conseqüências do bandeirismo de outra perspectiva: ele teria contribuído para acentuar o que o autor define como a enfeudalização da sociedade brasileira, ao estabelecer exércitos não oficiais e ao contrapor a iniciativa privada à ordem pública. (SOUZA, 2007, p. 166).

Estabelecidos esses pressupostos historiográficos, seguimos. Como mencionado anteriormente, os primeiros colonos lusos, depois de vencer a Serra do Mar, se estabeleceram no planalto piratiningano, construindo ao longo dos anos uma relação próxima com alguns

medidas e de políticas. A sua eficácia maior parece ter sido ideológica [...]. O lema da marcha reforçava o objetivo maior de reconstrução nacional do Estado Novo” (AZEVEDO, 1989, p. 93)

povos da região, “a resgatar-lhes escravos e prisioneiros de guerra”, convertendo “aos poucos, aquele escambo em tráfico de escravatura” (ELLIS, 1975, p. 148). Esta relação, porém, dependia de um perene estado de alerta, de uma firme retranca contra-ataques de guerreiros de povos como “(...) guayanazes, carijós, tupinaens e tupiniquins, que, constantemente, às portas da juvenil Piratininga, lhe talavam os arredores, impedindo a expansão de seus moradores diminutos”. Assim, segue o autor,

(...) tomaram os paulistas resolutamente a offensiva, internando-se nos sertões em dezenas de expedições, á cata do inimigo vermelho, que, impotente ante o impeto das quadrilhas de assalto bandeirantes, se embrenhavam em logares mais ermos, procurando a salvação na distancia que os separava da recém-nascida villa de Anchieta⁴⁷ (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 11).

Este povoado de portugueses com "dez ou doze casas, uma de pedra, com seus telhados, e uma torre para defesa contra os índios" (TAUNAY, 1953, *apud* ELLIS, 1975, p. 148), antecede a fundação da Vila de São Vicente, consumada pelo donatário Martim Afonso de Sousa somente em 22 de janeiro de 1532. A elevação oficial à condição de Vila é o marco de origem da criação da Capitania de São Vicente, formalmente constituída pouco mais de dois anos depois por meio de um foral⁴⁸ datado de 6 de outubro de 1534 e da Carta de Doação firmada em 20 de janeiro de 1535 (AZEVEDO MARQUES, 1879, p. 160; DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1895, v. 47, p. 18). “A capitania de S. Vicente (...) era ao sul a sentinella avançada da gente portugueza, na lucta que iria travar para a colonisação do continente” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 04). São Vicente era, portanto, submetida ao governo central, instalado na Bahia, ou à administração da Repartição Sul, constituída no Rio de Janeiro, “quando, por razões políticas estabelecia-se a dualidade administrativa da Colônia, como sucedeu, por exemplo, em 1572, ou em 1608” (FLEIUSS, 1922, p. 962-963).

A Vila de São Vicente, a sudoeste da ilha do mesmo nome, Engaguassú, como a chamavam os indígenas, cerca de duas léguas ao sul da atual cidade de Santos, ergueu-se, inicialmente, às margens da praia de Itararé, de onde avançaria, posteriormente, mais para o interior, devido às invasões do mar (ELLIS, 1975, p. 148).

⁴⁷ A primeira missão jesuítica foi enviada pelo Rei D. João III ao Brasil em 1549 – nove anos após a sua fundação oficial, com a responsabilidade de estruturar a educação escolar indígena (NAZARENO, 2019, p. 302). Em 1554, 13 jesuítas, entre os quais José de Anchieta, enviados pelo padre Manuel da Nóbrega, fundaram no planalto piratiningano um colégio que daria origem à Vila de São Paulo. No dia 25 de janeiro foi celebrada uma missa e, por ser o dia da conversão do apóstolo São Paulo, o colégio recebeu seu nome. Na verdade, o Colégio de São Paulo era uma construção rústica que servia também como moradia dos padres.

⁴⁸ Foral: carta soberana que, regulando a administração de uma localidade, lhe dava certas regalias; Antigo regulamento de repartições públicas. Dicionário Priberam Online de Português. Lisboa, 2023. <<https://dicionario.priberam.org/foral>>. Acesso em 08/01/2023.

Enquanto expedições embrenhadas na faixa litorânea meridional dedicavam-se ao apresamento de indígenas, outras viajavam até o Paraguai, levando ferro e outros artigos para trocar por nativos escravizados. Ambas as campanhas eram iniciativas essencialmente mercantis e tinham o intuito de vender os indígenas escravizados na Vila de São Vicente, em outras capitanias ou, em alguns casos, até mesmo enviá-los para a Europa. Em 1562 João Ramalho⁴⁹ leva uma tropa ao sertão do Parahyba e em 1574 a capitania organiza uma investida ordenada pelo governador Salema, com o envio “de uma pequena bandeira de auxilio ao primeiro acto, da destruição da nação tamoya, emprehendida pela gente do Rio de Janeiro” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 11).

Já em 1585, nova campanha paulista demandava os sertões, desta vez encabeçada por Jeronymo Leitão, então capitão mór da Capitania de S. Vicente. Avançando para 1590, temos que “o capitão Sebastião Marinho, á frente de uma pequena bandeira, attingiu as nascentes do Tocantins, em Goyaz, descobrindo, segundo consta, metaes preciosos” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 12). Quatro anos depois, o então capitão mór de S. Vicente, Jorge Correia (sucessor de Jeronymo Leitão) comanda uma tropa contra os Carijós e Tupinaens, ao sul de São Paulo. No ano seguinte o capitão Manuel Soeiro dirige outra coorte bandeirante para dar combate aos carijós.

Mas foi em 1596 que teria saído de São Paulo a bandeira mais significativa do período, comandada pelo capitão mór João Pereira de Sousa Botafogo⁵⁰ contra o povo Tamoio ou Tupinambá (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 11-13) e que também, especula-se, teria “(...) como fito a pesquisa da serra de Sabaraboçú, que demorava em sertão ainda incógnito” (FRANCO, 1954, p. 72). Simultaneamente “partia a gente de Martim de Sá, que ia contra os Tamoyos, orientada conforme o roteiro, que Knivet nos legou” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 13). No retorno da bandeira a São Paulo, um destacamento às ordens do capitão Domingos Rodrigues (Alfredo Ellis Júnior acredita tratar-se de Domingos Rodrigues Velho, filho de Garcia Rodrigues e Isabel Velho) adentra terras goianas pelo norte, capturando indígenas do povo “Guayazes” no “sertão de Parahupava”, que somente duas décadas depois seria palmilhado pela bandeira de Antônio

⁴⁹ João Ramalho: “pai do sertanista Vitério Ramalho, combatente dos Tamoios no Cabo-Frio em 1575, morto 20 anos depois pelos tupiniquins, em São Paulo” (FRANCO, 1954, p. 325).

⁵⁰ “Segundo narra Pedro Taques, Botafogo pertencia a uma família de nobres portugueses que vinham sendo inexoravelmente perseguidos pelo governo. Com o intuito de evitar essa perseguição, João Pereira de Sousa emigrara para a colônia, vindo estabelecer-se no Rio de Janeiro, onde se distinguiu notavelmente na luta contra os tamoios aliados aos franceses. De uma feita, aprisionou em Cabo-Frio ao comandante Toussaint Gurgel, tendo em recompensa deste feito uma sesmaria na enseada de Francisco Velho, em 1590, origem dessa marinha passar a ser conhecida pela denominação de Botafogo (...) em julho de 1597, em campanha no vale do rio Paraíba, João Pereira de Sousa Botafogo foi preso por ordem régia, ficando a tropa dividida em duas companhias, uma comandada pelo mineiro Domingos Rodrigues e a outra pelo imediato de Botafogo, o capitão Francisco Pereira. Não ficaram conhecidos ao certo os motivos desta prisão do chefe sertanista, que era, além disso, o capitão mór da capitania (...) teve de ir ao Reino se defender e regressou a São Vicente em 1605, tendo ali falecido, segundo afirma o cônego Macedo Leme, esclarecendo Varnhagem que ele foi assassinado nessa vila” (FRANCO, 1954, p. 71).

Pedroso de Alvarenga⁵¹. Tudo de acordo com o inventario de Martim Rodrigues Tenorio de Aguiar, em que consta o ajuizamento de uma indígena escravizada (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 16), qualificada pelo próprio como “negra por nome ‘Guayá’, digo da nação Guoayá, que diz ser escrava da entrada de Domingos Rodrigues de Parahupava” (INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS, v. II, 1612, p. 06).

Ora, o território goyano do Tocantins e de seu afluente Araguaya era precisamente o ‘habitat’, da nação, ‘guayá’, da qual tirou o nome o Estado da nossa Confederação; além de que Pedro Taques, na ‘Nobiliarchia’, ao falar de Antonio Pedroso de Alvarenga e sua bandeira de 1616, afirma ser nessa circumscrição territorial o sertão de ‘Parahupava’, habitado por indios de tribu dos ‘guayazes’ (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 16).

Por meio do inventário de Francisco da Gama⁵², provido nas brenhas do mato fundo pelo capitão Domingos Rodrigues⁵³ durante os cerca de quatro anos de errância desta bandeira, sabemos que formaram comboio ao *Parahupava*, marchando ao lado de Botafogo, o capitão Domingos Rodrigues, Antônio Pereira, Mathias Gomes, Pero Velho de Barros, Antônio de Andrade, Antônio Zouro (del Toro), Tristão de Oliveira, Braz Gonçalves, Francisco da Gamma e Ascenço Ribeiro, “atingindo remotíssimas regiões do planalto central brasileiro, virgem de qualquer penetração européa.” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 18). Já no ano de 1600, Manuel Preto⁵⁴, “futuro herói dos Guayrá”, dirige uma tropa ao sul do Brasil e bate-se contra guerreiros Guarany, já no Uruguai. Ainda neste ano outro tropel, liderado por André de Lião, embrenha-se nas capoeiras em busca de Sabarábuçu (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 20).

Sabarábuçu foi mais uma de tantas lendas sobre eldorados ocultos pelos sertões. Desde o século XVI circulava a história de uma serra reluzente recheada de prata. Com a chegada das bandeiras a uma serra que cintilava (não por causa de prata, mas pela abundância de outros minérios), acreditou-se que haviam encontrado o Sabarábuçu. Ainda que não tenham

⁵¹ Antônio Pedroso de Alvarenga: “paulista, filho de Antônio Rodrigues de Alvarenga, fidalgo português e de sua mulher Ana Ribeiro. Adolescente ainda, tomaria parte na bandeira de Nicolau Barreto ao Guairá, em 1602. Faleceu em São Paulo em 1643, sem deixar geração” (FRANCO. 1954, p.25).

⁵² Francisco da Gama: “paulista, filho de outro de igual nome que exerceu cargos na câmara de São Paulo de 1589 a 1615, Gama tomou parte na bandeira de João Pereira de Souza Botafogo em 1596, ao Sapucaí, na chamada guerra da Parnaíba, tendo depois continuado na leva de Domingos Rodrigues que foi até o sertão goiano do Paraúpava. Foi casado com Jerônima Fernandes, tendo falecido no sertão referido, sendo ali inventariado a 11 de fevereiro de 1600” (FRANCO. 1954, p. 172).

⁵³ Domingos Rodrigues: “português, fundidor de ferro vindo do reino com d. Francisco de Souza, em 1591, e trazido da bahia por João Pereira de Souza Botafogo a fim de participar da entrada que saindo de São Paulo em 1596, sob a capa de ir combater gentio bravo, tinha de fato em mira a descoberta de Sabarábuçu. Pela prisão do cabo no sertão, Domingos Rodrigues resolveu fazer rota para o sertão do Paraúpava e depois dali, por trilhas seculares, dos tupiniquins, foi ter à Bahia, através do vale do rio de São Francisco (...) foi juiz ordinário em São Paulo, em 1601, e depois nomeado fundidor-mor do Brasil, em 1607” (FRANCO. 1954, p. 337).

⁵⁴ Manuel Preto: “paulista, filho de Antônio Preto, que veio na armada de Diogo Flores de Valdés, em 1582, foi casado com Águeda Rodrigues filha do português Gonçalo Madeira e de sua mulher Clara Parente” (FRANCO. 1954, p. 318).

descoberto a prata almejada, foi encontrado ouro ao redor da serra, no curso d'água chamado de Rio das Mortes. A boa nova motivou grande afluência migratória para a região e em 1702 a descoberta seria oficializada por Borba Gato. No mesmo ano foi fundado o arraial de Sabará, promovido em 1711 a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição, que se tornaria prestigiado ponto comercial, importante também por causa da rota comercial entre as Minas e a Bahia. A vila era fronteira com as capitanias de Goiás, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro. Em 1714 seria instituída a comarca de Sabará e a vila passaria a se chamar Vila Real de Sabará.

Em 1602, o sertanista Nicolau Barreto⁵⁵ comandou uma outra expedição “que demandou descobertas metalíferas”, mas que, adverte o autor, “deve ser encerrada no cyclo do indio, por que só trouxe de preciosidades, desillusões, juntamente com um bom numero de servos tememinós” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 06), em cifra estimada em três mil pessoas. Barreto teria reunido para a campanha quase todos os homens ativos de São Paulo, de maneira que o cotidiano administrativo da vila foi praticamente paralisado, o que se pode ser percebido no pequeno número de vereações datadas de janeiro de 1604, (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 31). Ainda segundo Júnior, afora significativa tropa de guerreiros de arco e três centenas de mamelucos e europeus, acompanharam Barreto todas as figuras importantes do bandeirismo da primeira metade do século XVII.

Seu trajeto, porém, é objeto de dissensão. De acordo com Ellis, ao contrário do que afirma Orville Derby – que a bandeira teria tomado rumo norte, para as Minas Gerais e, cruzando o rio das Velhas pelo vale do São Francisco, culminara nos arrabaldes do território goiano –, a coorte de Nicolau Barreto teria rumado para sudoeste e a prova estaria precisamente em seu resultado mais vultoso, o apresamento de milhares de indivíduos do povo Tememinó⁵⁶, que “tinham as suas moradas muito distante das Geraes” e cujo raio de ação nunca foi o território mineiro nem o goiano (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 23-24). Taunay concorda e, em

⁵⁵ Nicolau Barreto: “filho de Álvaro Barreto e que foi casado com Lucrécia Moreira, filha do capitão-mor Jorge Moreira. Com provisão de d. Francisco de Souza, governador-geral do Brasil, como se constata duma carta da câmara de São Paulo de 18 de julho de 1603, organizou uma bandeira composta de cerca de trezentos brancos e mamelucos, além dum corpo indígena e, sob a capa de descobrir ouro e prata, desceu o rio Tietê e por essa via internou-se na região do baixo Paraná. Aí andou apresando índios cristianizados como refere uma carta do padre Julho Mansilha, para o Geral da Companhia de Jesus, escrita na Bahia em 2 de outubro de 1629, num total mais ou menos de três mil almas, tendo gasto dois anos nessa diligência e duma carta da câmara de São Paulo, datada de 13 de janeiro de 1606, ao donatário da capitania, sabe-se que ela originou muitas devassas e incriminou muitos sertanistas, sessenta e cinco dos quais tiveram de foragir-se da vila, para não serem presos (...) A sua bandeira que aprisionou principalmente índios temiminós, estava de volta a São Paulo em meados de 1604” (FRANCO, 1954, p. 53).

⁵⁶ Na década de 1550, o povo Tememinó estabeleceu uma aliança com os portugueses. Naquele período o projeto colonizador enfrentava dificuldades com as seguidas escaramuças com os povos nativos no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Ilhéus, Porto Seguro, Bahia e São Vicente, e também pelos frequentes assédios de franceses, ingleses e holandeses. Deslocados em quatro navios para o Espírito Santo, fundaram a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição, no atual município de Vitória. Assumiram um papel preponderante na colonização desta capitania, seja na luta contra outras nações indígenas ou na defesa do território contra os franceses. Em âmbito nacional, a participação decisiva dos Temiminó na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro tornou célebre o cacique Arariboia, reverenciado como herói (BOURGUIGNON, 2016, p.137-138).

artigo publicado em 20 de agosto de 1923 no Correio Paulistano, também acusa o erro do geógrafo estadunidense. À bandeira de Barreto, somaram-se outras segundo seu modelo, “até que, em 1628, Manoel Preto e Raposo Tavares⁵⁷ militarizaram esses empreendimentos, dando verdadeira organização belica às bandeiras, de maneira a serem os seus resultados mais completos” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 06-07 – grifo nosso).

Essa militarização da empresa bandeirante não é outra coisa, senão, uma *reação* colonial aos entraves impostos pelos indígenas insubordináveis, que se valiam de seus predicados guerreiros para impor oposição violenta aos planos portugueses. E como uma reação naturalmente só se dá como réplica a uma ação, podemos inferir com convicção que a iniciativa indígena, por vezes, orientou a dinâmica colonial. Logo, simplesmente não faz sentido reputar os indígenas como agentes passivos, simples coadjuvantes da marcha histórica guiada pelo projeto colonial, se eram eles que frequentemente assumiam o controle das ações, que desviavam o rumo dessa tal marcha histórica europeia de acordo com as suas próprias conveniências. Ou seja, aqui temos mais uma prova concreta do protagonismo indígena, da capacidade dos povos originários de, mesmo em situação hostil, agir conforme os interesses de sua comunidade e em defesa de seu modo de vida ancestral.

Porém, a ferocidade dos primeiros contatos com os paulistas impôs o terror no sul de Goiás e levou a um estado de guerra continuada com vários povos, como os Kayapó do Sul (KARASCH, 1992, p. 398). No ano de 1607 saiu em campanha a bandeira de Belchior Dias Carneiro “em demanda ao sertão dos ‘bilreiros’”⁵⁸, como já referido no primeiro capítulo desta dissertação. Como também já registrado, Carneiro teve êxito em seu intento e retornou com vários cativos da nação Kayapó (Bilreiro), falecendo em 1608 e sendo sucedido por Antônio Raposo – o velho⁵⁹. Ainda em 1608, Martim Rodrigues Tenorio de Aguiar⁶⁰ parte em caravana “com evidentes signaes de se destinar aos bilreiros, em seguimento das pegadas da gente de Belchior Carneiro conforme rezam os textos documentaes”, sendo sua malta provavelmente desbaratada pela “tribu do Tocantins” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 36-37). Em 1612, Garcia Rodrigues Velho – neto dos colonizadores Garcia Rodrigues e Izabel Velho, liderou mais uma

⁵⁷ Raposo Tavares: “português, nascido em 1598, filho de Fernão Vieira Tavares, que foi capitão-mor governador da capitania de São Vicente em 1622 e de sua mulher Francisca Pinheiro da Costa Bravo (...) segundo Afonso de E. Taunay, Antônio Raposo Tavares foi a alma de toda a empresa da destruição das reduções jesuíticas espanholas” (FRANCO, 1954, p. 405).

⁵⁸ De acordo com Ellis Júnior, a bandeira era formada pelo Capitão Belchior Carneiro (cabo da tropa), Antonio Raposo – o velho (imediato), João Moreira, Manuel Ribeiro Boito, Paschoal Delgado, Manuel Rodrigues, Matheus Luiz Grou, Luiz Eanes Grou, Mathias Gomes, Manuel Requeixo, Estevam Raposo – o moço, Domingos, Miguel Gonçalves, Jeronymo Gonçalves, Lourenço Cabreira (ELLIS, 1924, p. 33).

⁵⁹ Tendo assumido o comando da expedição após a morte de Belchior Dias Carneiro, Antônio Raposo conseguiu retornar ao povoado em 1608.

⁶⁰ Martim Rodrigues Tenorio de Aguiar: “natural da Espanha, residiu em São Paulo, no lugar então denominado Ibirapoêra (...) fez parte da bandeira de Nicolau Barreto ao Guairá, em 1602 (FRANCO. 1954, p. 15).

marcha sobre os Bilreiros, delongando-se na incumbência até novembro de 1613. Em 1615, sob a vara de Antônio Pedroso de Alvarenga – veterano da bandeira de Barreto, parte uma nova investida ao planalto central⁶¹, “atingindo o curso do Tocantins e seus afluentes, em Goyaz, onde o Norte era chamado sertão de ‘Parahupava’” (TAQUES *apud* ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 42), cerca de 300 léguas sertão adentro, tendo retornado apenas em meados de 1618.

As expedições são interrompidas em 1625, resultado da ocupação da cidade de Salvador - Bahia, pelos flamengos e a consequente mobilização de recursos humanos, armas e aprovisionamentos para a defesa da capitania contra os invasores holandeses. Tal situação permanece até 1627, quando Fradique de Toledo Osorio - Marques de Vilanueva de Valdueza, reconquista a cidade, havendo dali em diante o restauro da prática bandeirista. Datada de 1665, há a lacônica notícia de uma bandeira adentrada no ermo goiano, chefiada pelo capitão mór Francisco Lopes Buenavides. O período iniciado junto ao decênio de 1670 é descrito como o apogeu do bandeirismo de apresamento indígena, e em 1671 deita marcha sobre os ermos goianos Luiz Castanho de Almeida⁶², sendo morto pelos nativos. Destino semelhante teve Antônio Soares Paes⁶³, em rota exploratória na terra dos Goyazes, ainda no mesmo ano. Enquanto isso,

(...) de S. Paulo sáhem duas bandeiras para o sertão: A de Manuel de Campos Bicudo, com seu filho **Antonio Pires de Campos, que chegou, em Matto Grosso, a desvendar o lendário Pactolo dos Martyrios, attingindo Goyaz, e a dos dous Anhanguéras**, que nesses mesmos sertões erraram, durante largo tempo (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 196 – grifo nosso).

⁶¹ “Elevado foi o número dos que acompanharam a expedição do capitão Antonio Pedroso e graças aos inventários dos bandeirantes Francisco de Almeida e Pedro de Araujo, falecidos no sertão (*Invent. e testis.*, vol. V, 149 e 173), organizamos a seguinte nominata; Capitão Antonio Pedroso de Alvarenga (chefe), Pero Domingues (cremos ser o primeiro deste nome), Francisco Roiz da Guerra, Francisco de Baldim, Diogo Barbosa do Rego, Francisco Dias Pinto, Gonçalo Gil, Vicente Alvares, Pedro Alvares, Francisco Preto, Ascenso Luiz Grou, Francisco Duarte, Miguel Gonçalves Corrêa, Alonso de Gaia, Chrisostomo Alvarez, Manuel da Fonseca, João Fernandes, Raphael Dias, Domingos Marques Requeixo, Melchior de tal, Lourenço Rabelo, Pero de Araujo e Francisco de Almeida (estes dous últimos falecidos no sertão e cunhados do capitão)” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 43).

⁶² Em seu *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* – largamente usado nesta pesquisa, Francisco de Assis Carvalho Franco reputa o paulista Luiz Castanho de Almeida como “grande sertanista caçador de índios”. Esse tipo de expressão, muito comum na bibliografia e na documentação do período colonial, revela um tanto do *ethos* predatório da modernidade, que ainda hoje encontra abrigo mesmo no meio acadêmico, lastimavelmente. “Luiz Castanho de Almeida foi Filho do português Antônio Castanho da Silva e de sua mulher Catarina de Almeida, foi grande sertanista *caçador de índios*, tendo sido casado em São Paulo, a 8 de agosto de 1639, com sua prima Isabel de Lara, da qual deixou geração. Fez uma entrada em 1645 aos guaianás, tendo como cabo a João Mendes Geraldo, e outra que chefiou, em 1671, na região de Goiás, tendo sido morto num levante de seus índios administrador, no ribeirão denominado Guanicuns” (FRANCO. 1954, p. 22).

⁶³ Antônio Soares Paes: “paulista, filho de João Pais e de sua mulher Susana Rodrigues, foi casado com Ana da Cunha, filha de João Gago da Cunha. Como capitão-mor de uma entrada, penetrou em 1671 por sertões de Goiás, onde ainda reencontrou o restante da bandeira destruída de Luiz Castanho de Almeida. Prosseguiu ele no entanto para o âmago daquelas terras, onde veio a falecer, sendo o seu inventário aberto em São Paulo, em 1675” (FRANCO, 1954, p. 275).

Desde o século XVI o comércio de indígenas escravizados havia sido constante, mas a segunda metade dos seiscentos registrou a decadência destas “bandeiras primitivas do Século XVII” (BERTRAN, 2000, p. 24), tanto pela amplitude do raio de ação paulista, quanto pelo desenvolvimento da busca e exploração de ouro e demais minérios preciosos que, no apagar das luzes do século XVII, refulgiria no descobrimento das Minas Gerais. Esta não foi senão “uma fase preliminar e mesmo de importância menor das atividades bandeirantes” (MONTEIRO, 1994, p. 8), considerando que “os paulistas não exerceram o papel de intermediários no comércio de cativos, sendo antes tanto fornecedores como consumidores da mão-de-obra que este sistema integrado produzia” (MONTEIRO, 1994, p. 98). Outro ponto a ser considerado é a fatura de animais de carga, cavalares e muares, na segunda metade do Século XVII, que

(...) permite aos paulistas abandonarem os antigos trajetos pelos rios navegáveis e traçarem itinerários terrestres muito mais objetivos e flexíveis. Assim com Lourenço Castanho, que pode ter formado rancharia na serra que tem seu nome, na fronteira setentrional entre Minas e Goiás, e que parece servir de base para esse novo ciclo de penetrações (BERTRAN, 2000, p. 59).

Ainda nos anos 1670, Fernão Dias leva sua bandeira às *Geraes*, escoltado pelos mais reconhecidos sertanistas de então, a exemplo de Mathias Cardoso e Borba Gato; simultaneamente, porém tomando a direção norte, Sebastião Paes de Barros (filho de Pedro Vaz de Barros, capitão-mor governador da capitania de São Vicente entre 1603 e 1605) comandava outra bandeira com destino ao vale do Tocantins, mas sua empresa foi destruída pelos Kayapó, segundo Taunay, no norte goiano. Em 1675, Manuel de Campos Bicudo⁶⁴ mete-se pelo norte de Matto Grosso; Taunay anota que, no ano seguinte, Bartolomeu Bueno de Siqueira⁶⁵ explora um torrão do norte goiano. Até então a vila de São Vicente havia sido a principal povoação da Capitania, mas a partir de 22 de março de 1681, por providência do Marquês de Cascais, “em reconhecimento ao zelo e à fidelidade dos habitantes do planalto, os privilégios auferidos por

⁶⁴ Manuel de Campos Bicudo: “paulista, filho de Filipe de Campos Banderburgo e de sua mulher Margarida Bicudo. (...) Das suas expedições sabemos que cerca de 1671, com seu filho Antônio Pires de Campos e sempre à caça do indígena, vislumbrou as minas do celebrado Martírios, atingindo o território de Goiás. Em 1675 ganhava ele o norte do Mato-Grosso, chefiando temerária algara contra os selvícolas (...) casou-se duas vezes, a primeira com luzia Lemes de Barros, única de que deixou geração. Faleceu em São Paulo, em 1722, sendo sepultado na capela dos Terceiros de São Francisco” (FRANCO, 1954, p. 68).

⁶⁵ Bartolomeu Bueno de Siqueira: “paulista, nascido em 1653, filho de Lourenço de Siqueira Mendonça e de sua mulher Maria Bueno, foi casado com Maria de Camargo, filha de Fernão de Camargo e sua mulher Joana Lopes. Exerceu em São Paulo os cargos de almotacel, em 1684, e de vereador em 1692. Bandeirante como seus ancestrais, já em 1670 o vemos no sertão, à caça de índios, afirmando alguns que atingiu as regiões goianas. (...) rumou pelos sertões, buscando o rio das Velhas e faleceu em local ignorado, nesse mesmo ano de 1695. (...) De seu casamento com Maria de Camargo, não consta ter deixado geração” (FRANCO, 1954, p. 384-385).

aquela vila litorânea transferiram-se para São Paulo de Piratininga, já com foros de vila e pelourinho desde 1560”⁶⁶.

É digno de nota que, desde os primeiros contatos, a resistência indígena se manteve de modo firme e constante, que suas ações e reações eram calculadas pelos agentes coloniais em um contexto de permanente sobreaviso, muitas vezes de pânico aberto por parte dos colonos, situação que não pode admitir a leitura simplista e enviesada que atribuiu apenas aos não-indígenas o controle das ações, ainda que estes tenham sido hábeis em disfarçar este estado de coisas, em defesa de uma superioridade racial falsificada.

De acordo com Ellis Júnior, data de 1689 o último registro documental do bandeirismo seiscentista, a respeito do tropel levado ao nordeste por Mathias Cardoso, “o destemido bandeirante que acompanhou ao sertão das esmeraldas Fernão Dias e dirigiu a expedição de d. Rodrigo”, sublinhando que a partir deste período “os documentos archivaes paulistas tornavam-se muito mais laconicos sobre coisas de bandeirismo, á medida que o século attingia o occaso” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 214-215). As expedições paulistas tendiam, assim, para as sondagens minerais que ocupariam seus esforços praticamente durante todo o século seguinte.

Nessa época, era, entretanto, o planalto central goyano a zona preferida pelos devassadores das selvas, que não demandavam a esteira deixada no oceano verde da matta virgem das geraes pela grande bandeira de Fernão Dias (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 202).

Ao norte as nossas fronteiras, que, pelas clausulas tordezillianas, deveriam passar a léste do curso do Tocantins, foram recuadas até aos sopés andinos, pelos bandeirantes Domingos Rodrigues, Pedroso de Alvarenga, Sebastião Pedroso de Barros, **Bartholomeu Bueno o Anhanguera, e outros, que entraram por Goyaz;** e pelos descobridores do ouro matto-grossense, que iniciaram a povoação das bacias do alto Paraguai e alto Madeira. Paulistas eram os seguidores dos Paschoal Moreira Cabral, Fernão Dias Falcão, Miguel Sutil, irmãos Paes de Barros, **Antonio Pires de Campos** e tantos outros, que no século XVIII, arrancaram á “cellula mater” paulistana a seiva, a energia e a vida para as espalhar pelos soccavões auríferos, que desvendaram no longínquo horizonte cuyabano (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 8 – grifo nosso).

Em 1709, efetivado o resgate das Capitánias de Pero Lopes de Sousa⁶⁷, o território paulista seria vinculado à Capitania de Santo Amaro e à região recém-descoberta das minas, e

⁶⁶ Provisão de Mem de Sá, de 5 de abril. 4. Marques, "Apontamentos ...", p. 154. Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1661-1709, vol. III, p. 390, 391. Registo da provisão que passou o senhor Marquez de Cascaes a esta Villa, datada de 27 de abril de 1683.

⁶⁷ “As duas Capitánias sulinas de Pero Lopes de Sousa, Santo Amaro e Santana (do rio São Vicente ao Juqueriquerê, 10 léguas de costa; da barra de Paranaguá a Laguna, 40 léguas) vizinhas à de Martim Afonso, foram resgatadas por el-Rei D. João V ao último donatário, o segundo Marquês de Cascais e sétimo Conde de Monsanto, D. Luis Álvares de Castro Ataíde de Noronha e Sousa, por 40.000 cruzados, a 22 de outubro de 1709, tendo sido lavrada a respectiva escritura a 19 de setembro de 1711 (*D. I.*, vol. 47, p. 82, Carta régia a Francisco de Távora sobre a compra da Capitania de São Vicente ao Marquês de Cascaes, de 6 de setembro de 1712). Revertiam, assim, para a Coroa, as 50 léguas doadas a Pero Lopes de Sousa, cuja posse motivou grande discórdia entre os seus descendentes e os de Martim Afonso, seu irmão” (ELLIS, 1975, p. 151).

unificados seriam rebatizados primeiramente como Capitania de São Paulo e Minas de Ouro e, a partir de 1720⁶⁸, simplesmente como Capitania de São Paulo. Na origem desta determinação estava a Guerra dos Emboabas, conflito iniciado em 1707 entre os paulistas “descobridores” e povoadores das Minas Gerais e os adventícios vindos de capitânicas como as do Rio, da Bahia, de Pernambuco, etc., bem como de Portugal (apelidados pelos paulistas de “emboabas – palavra de origem Tupi que significa “aves de pés emplumados”), que convergiam em abundância para as minas, seduzidos pela possibilidade de enriquecimento rápido por meio da descoberta de ouro:

Profundos foram os rancores originados na alma paulista, por esta protecção aos seus rivaes (...) de um lado, pelejavam os paulistas, valentes descendentes dos rudes bandeirantes seiscentistas, e de outro a infrene multidão de forasteiros, protegidos pelos dragões portugueses, que a governança colonial não deixava de emprestar aos seus patricios reinões, para atemorizar os indomitos bandeirantes paulistas (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 228).

Do baque sofrido pelos paulistas na guerra dos Emboabas; da aclamação do “vingador” Amador Bueno da Veiga para “cabo mayor e defensor da pátria”; da intensificação da mineração aurífera e, portanto, da ocupação do interior, resultou, entre outros efeitos, a elevação da vila de São Paulo à categoria de cidade, em 1711. “Interessava à coroa portuguesa apaziguar o ânimo dos descobridores do ouro, para que se acomodassem com os forasteiros, continuassem a desvendar tesouros no sertão e não perturbassem a arrecadação tributária dos quintos e mais taxas” (ELLIS, 1975, p. 187). De maneira que o primeiro Governador e Capitão-general da Capitania de São Paulo foi “o nobre brigadeiro da côrte de D. João V” (LUIS, 1938, p.41), Rodrigo César de Menezes. A área compreendida pela capitania havia sido sensivelmente ampliada em consequência das expedições de apresamento e estabelecimento de rotas de comércio de indígenas escravizados, bem como pela prospecção e descoberta de ouro nos sertões de Cataguazes. A profusão destes descobertos, também ocorridos em Cuiabá (1718) e em Goiás (1725), foi determinante para a inauguração de um novo processo de conquista e colonização do interior, “que lhes presentearam ouro às arrobas” (ELLIS, 1975, p. 238) e que, assim, desviava a estrutura econômica brasileira do nordeste para o sudeste.

Há poucos registros de uma campanha de exploração mineral que teria sido liderada pelo “vingador” Amador Bueno da Veiga, cuja partida teria acontecido em 1713 e que “dous longos annos permaneceu ella fóra do povoado, nos sertões oeste de Minas e talvez nos goyanos” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 241). Originalmente o território da capitania principiava no litoral e se alargava até a fronteira entre os domínios portugueses e as colônias castelhanas, conforme

⁶⁸ “A falta de assistência dos governadores à área paulista levou a Coroa a dividir em duas, por meio de uma resolução régia de 1720, a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, em atendimento às representações das câmaras das vilas da capitania, “para que fosse servido” o Rei separa-la das minas gerais” (ELLIS, 1975, p. 157-158).

registrado no Tratado de Tordesilhas⁶⁹, documento estabelecido com “a mediação de Alexandre VI, o papa hespanhól Rodrigo Borgia”, acordo que determinava que cabiam a Castella “todo o Amazonas, quasi todo o Pará, todo o Matto Grosso, quasi a totalidade de Goyaz, dois terços de S. Paulo, parte de Minas, todo o Paraná, Sta. Catharina e Rio Grande do Sul” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 01). Porém, já no século XVIII Portugal excedeu a delimitação pela força militar, abrangendo o que viriam a ser os territórios de Mato Grosso e Goiás”.

Anunciado o ouro em Cuiabá, em 1718, e, em 1725 em Goiás, haveria de ampliar-se, rumo a oeste, com o povoamento dessas novas regiões mineradoras. Pouco tempo depois, com limites indefinidos sertão adentro, Goiás e Mato Grosso aumentavam a extensão da Capitania de São Paulo que, para o sul, já abrangia o amplo território correspondente aos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até as inseguras fronteiras da Colônia do Sacramento (ELLIS, 1975, p. 160).

A bandeira de Bartholomeu Bueno da Silva, o Anhanguera moço, cuja arrancada data de 1722, teria sido um “dos últimos esforços sérios de descobrimentos de novas jazidas auríferas”. Esta campanha teria sido inspirada por memórias remotas do sertanista, de quando “vira o ouro abundar, entre os índios guayazes” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p.241-242), durante uma campanha liderada por seu pai – o velho Anhanguera, quando ele próprio era ainda um menino. A entrada dá notícia em 1725, ainda internada nas brenhas do mato fundo, de que não havia encontrado as desejadas minas e solicita reforços para a empresa seguir na busca. E assim praticamente se cala a documentação histórica sobre o bandeirismo. Ou, pelo menos, renuncia ao cuidado descritivo pormenorizado de que tanto se valeu a historiografia, reduzindo-se à letra seca e abreviada do registro administrativo. Assim, a notícia de 1725 sobre a campanha infrutífera do Anhanguera moço é, segundo consta,

(...) a ultima referencia encontrada nos documentos publicados a respeito do bandeirismo. Muitas entradas mais, dos setecentos, são conhecidas, mas dellas os documentos examinados não nos dão noticias, só se referindo vagamente a viagens ás minas, por caminhos já certos e estabelecidos (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 242).

O fato é que a aurora do novo século e suas descobertas auríferas precipitaram o declínio do bandeirismo como ele era conhecido até então. São Paulo passara a enviar às minas a concentração de seus esforços, primeiro às Geraes; depois, esquivando-se dos odiados emboabas, “ao desbravamento dos mysterios do sub-sólo goyano e matto-grossense, (...) que

⁶⁹ “Esse tratado é, de acordo com Luiz Felipe Seixas Corrêa (1994), ‘o instrumento que consagra formalmente a vocação dominadora do Ocidente sobre o mundo’ (p. 26), tendo como um de seus resultados o Brasil. E isto será importante porque, explica esse diplomata brasileiro, Tordesilhas se constituirá na matriz da História do Brasil e nos ajudará a entender como se construiu o país e como se caracteriza sua colonização entre os séculos XVI e XVIII, por ser o tratado mais importante da história diplomática brasileira até o de Madri, de 1750” (STIVAL, 2015, p. 93 – grifo nosso).

desviaram para si a corrente emigratoria que de São Paulo partia em busca da opulência” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 245). Porém, para muito além dos sonhos dourados de riqueza, a centúria que se apresentava guardava para São Paulo o defeito da decadência, tragando a “glória” pretérita do bandeirismo no cotidiano inerte de pequenas propriedades rurais isoladas, em uma capitania despovoada pela busca cega pelo ouro das minas, conjuntura que “nem ao menos serviu para dourar os braços carcomidos e enferrujados das velhas casas paulistanas”, somente lustrados e novamente expostos com orgulho décadas depois graças ao “braço hercúleo e infatigável do caboclo paulista, mameluco fixado, empunhando o machado e a foice e do escravo africano” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 248-249), que cultivaram descomunais lavouras cafeeiras, mas cujos louros e lucros foram colhidos somente e como sempre pela aristocracia.

Na altura de 1737, durante uma visita às minas de Goiás, vem a óbito D. Luiz de Távora, quarto Conde de Sarzedas e Governador e Capitão-general da Capitania de São Paulo desde 1732, sendo sucedido interinamente por Gomes Freire de Andrada, futuro Conde de Bobadela – responsável também pelos governos das Minas Gerais e do Rio de Janeiro. A partir de 1738, por razões militares e político-administrativas, a Ilha de Santa Catarina e o “continente” do Rio de São Pedro também foram destacados da Capitania de São Paulo, sendo incorporados ao Rio de Janeiro. Nomeado governador e capitão-general da Capitania de São Paulo em 1739, D. Luiz de Mascarenhas entra em conflito político com o Gomes de Andrade, que reage à sensível diminuição da extensão de seus domínios tramando a separação de Goiás e Mato Grosso de São Paulo, subordinando-as diretamente ao Rio de Janeiro, sob sua jurisdição: “Era, de preferência, na cidade de São Sebastião e não na de Salvador que o ouro das Gerais, de Goiás e de Mato Grosso tendia a se concentrar” (ELLIS, 1975, p. 164).

Datada de maio de 1748, uma provisão régia vinda da metrópole sancionava o prestígio político de Gomes de Andrada junto à Coroa portuguesa, em detrimento de D. Luiz de Mascarenhas, dando não só inteiro ganho de causa ao futuro Conde de Bobadela, como revogando o governo autônomo da capitania de São Paulo, incorporada ao território que Andrada já controlava. Nesta época a Capitania de São Paulo estava circunscrita às comarcas de São Paulo e Paranaguá e submetida ao governo da praça de Santos, tornada domínio da capitania do Rio de Janeiro. O termo “Capitania” continuaria a ser usado em referência a São Paulo, mas apenas por costume, não mais significando uma realidade político-administrativa (ELLIS, 1975, p. 163).

Em 1749 – paralelamente ao início do processo de retomada, por parte da Coroa portuguesa, dos territórios herdados pelos descendentes de Martim Afonso de Sousa⁷⁰ –, sob

⁷⁰ Durante o século XVIII, por aquisição, abandono ou confisco, reverteriam progressivamente à Coroa portuguesa, além das Capitânicas de Santo Amaro, São Vicente e Santana, as demais capitânicas hereditárias remanescentes do Brasil. “Aos meados do século, no reinado de D. José, a tendência altamente centralizadora e de reforço do poder

alegação da importância de seus descobertos auríferos e diamantíferos, Goiás e Mato Grosso tiveram seus *status* elevados e tornaram-se duas novas Capitânicas, com governo próprio – como já referido no primeiro capítulo. A esta altura, o território goiano já era razoavelmente habitado, mas seus colonos ainda conviviam com os frequentes ataques de povos indígenas da região, com destaque para os violentos assaltos dos Kayapó do Sul. Em uma tentativa de sanar, entre outros, este problema, o Capitão-General recomendou ao Rei “a ereção, em Goiás, de duas vilas; a remoção da Casa de Fundação paulistana para Meia Ponte, a proibição do acesso às minas do sertão do Brasil, a não ser por São Paulo, e a do curso, como numerário do ouro em pó (TAUNAY, 1921, p. 177).

A ascensão de Goiás e de Mato Grosso à categoria de capitania derivou também de estratégias políticas da administração portuguesa para promover o reconhecimento, espanhol do *uti possidetis*⁷¹, e assim validar um grande território no “novo mundo” em favor de Portugal (ELLIS, 1975, p. 161). Os contornos da Capitania de Goiás passavam pelas margens do rio Grande, ao sul, e suas fronteiras a leste davam-se com Pernambuco e Maranhão. Em 1750 o Tratado de Madri, “baseado no *uti possidetis* de facto, ou seja, na ocupação efetiva do território, o que legitima, de certa forma, a presença das bandeiras no interior da América” (STIVAL, 2015, p. 18), corrobora juridicamente o reconhecimento, por parte da Espanha, da triplicação do território da América portuguesa, tornada realidade por obra dos paulistas.

Em 1763 a capital do Vice-reino é transferida da cidade de Salvador para São Sebastião do Rio de Janeiro e seu o Capitão-general promovido a Vice-rei, mas a essa altura Gomes de Andrada já havia falecido, humilhado pela derrota militar e consequente perda da Colônia do Sacramento⁷². Assume então os cargos de Vice-Rei e Governador da capitania do Rio de Janeiro Antônio Álvares da Cunha, o Conde da Cunha, que manteria a dependência política de São

real do seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, liquidou de vez com o regime das Donatarias no Brasil (...) Decorrência de todas as modificações administrativas do setecentismo que extinguiram as Capitânicas hereditárias e, em 1774, o Estado do Maranhão (Grão-Pará e Maranhão), foi a divisão territorial do Brasil, ao término do período, em Capitânicas gerais: Grão-Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia de Todos os Santos, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo e Capitânicas subalternas: São José do Rio Negro, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Espírito Santo, Santa Catarina, São Pedro do Rio Grande do Sul (ELLIS, 1975, p. 165-166); Assim, “a figura do capitão-general substituiu a do donatário e a do seu preposto” (ELLIS, 1975, p. 187).

⁷¹ *Uti Possidetis* (Latim): Fórmula diplomática que estabelece o direito de um país a um território, direito esse fundado na ocupação efetiva e prolongada e independentemente de qualquer outro título.

⁷² Celebrado em 1750, o Tratado de Madri deliberava a perda da Colônia do Sacramento pelos portugueses, mas os reparava com as terras dos Sete Povos das Missões. Na sequência, a Coroa portuguesa elaborou um documento sobre os abusos cometidos pelos Jesuítas e fez guerra à Companhia de Jesus e seus guerreiros indígenas na região. Em 1761 deu-se a anulação do Tratado de Madri, então aos espanhóis voltava a posse dos Sete Povos e aos portugueses a Colônia do Sacramento. Porém, o Conde de Oeiras, então ministro português e futuro Marquês de Pombal, recusou-se a devolver Sete Povos, alegando que sua posse era direito dos indígenas e dos jesuítas, estes conquistados pelas forças lusas. O comissário espanhol D. Pedro de Cevallos não admitiu a provocação, deu combate e conquistou a Colônia do Sacramento para a Coroa espanhola (RIBEIRO, 2020, p. 78-86). Gomes Freire teria sido informado da derrota em dezembro de 1762, tendo falecido em 1º de janeiro de 1763.

Paulo até 1765, quando, atendendo à solicitação dos oficiais da Câmara durante a administração pombalina, el-Rei D. José lhe restitui o status de capitania⁷³, nomeando como Capitão-General D. Luiz Antônio de Sousa Botelho e Mourão, Morgado de Mateus (chefe do 2º regimento dos Braganças ao longo da guerra peninsular [1762-1763], antes de chegar ao Brasil), que recebeu o comando de uma administração desprovida de oficiais, sem rendimentos e/ou recursos financeiros, com poucas tropas e “huns Povos repugnantes a vida militar, a ponto de deixarem as habitações; e meterem se pelos matos” (D.I ., v. 72, 1952, p. 175); com algumas poucas lavras “em que faisção algum ouro” (D.I ., v. 72, 1952, p. 89) e algum comércio de animais, tecidos e outros badulaques.

Lamentam-se, assim, os paulistas, saudosos de outros tempos em que a glória local refletia a abundância coruscante do ouro goiano que era conduzido às arrobas para São Paulo, mas esperançosos pelo retorno do passado prestigioso a partir de sua restituição como capitania:

(...) se Goiazes e Cuiabá têm hoje generaes parece que com maior razão o deve haver nesta capitania a qual em outro tempo foram sujeitas todas aquellas minas e não se deve negar á cabeça honra que se concede aos membros e finalmente é justo pelo que toca a nós porque poucas minas se apontarão de que os paulistas não fossem os descobridores (Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1763, p. 470-471).

Em 2 de julho de 1766 o comércio externo da capitania foi readmitido por el-Rei, permitindo assim a chegada ao porto de Santos de navios vindos do Reino (D. I., v. 23, 1952, p. 383), na intenção de fomentar a produção paulista. O Morgado de Mateus governaria até junho de 1775 (é sucedido por Martim Lopes Lobo de Saldanha), período no qual implementou um ambicioso projeto de expansão, com a fundação de vilas e freguesias, além de entrar em alterações com as administrações das Minas Gerais, de Mato Grosso e até do Paraguai pela posse e anexação de territórios. Patrocinou, inclusive, a construção da fortaleza do Iagatemí na fronteira com o Paraguai, “para impedir as pressões castelhanas e assegurar aos portugueses o controle do médio Paraná e das áreas criatórias de leste” (ELLIS, 1975, p. 168). De maneira que, restaurada a capitania, seu governo ocupou-se de torná-la um bastião de defesa contra as ambições espanholas na ponta sul do País.

Compoem-se a Povoação desta Capitania de huma Cidade e dezoito Villas, nove Aldeas de índios, trinta e Oito freguezias, ou Parochias, em que **ha treze mil trezentos setenta e tres fogos**, mulheres⁷⁴ e trinta mil seiscentos vinte e dous homens (...) **o Calculo dos fogos e das pessoas he feito segundo as listas q' se mandarão formar**

⁷³ D. I., vol. 47, p. 144, Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Conde da Cunha sobre o miserável estado a que se achava a ex-Capitania de São Paulo e o restabelecimento do seu governo; datada de 4 de fevereiro de 1765.

⁷⁴ As reticencias são do original.

pelos Capitães mores no anno proximo passado de 1765 (D. I., v. 73, 1952, p. 60 – grifo nosso).

Considerando somente a cidade de São Paulo, são registradas 392 armas de fogo, sendo 649 homens e 867 mulheres; levado em conta o território de suas freguesias, ou seja, as 12 léguas ao redor, a capital da capitania computava 899 fogos, sendo 1748 homens, 2900 mulheres; já o censo dos indígenas aldeados assinala “mil duzentos e cinquenta homens e mil quatrocentos e oitenta e quatro mulheres” (D. I., v. 73, 1952, p. 61). Dentre estes, os portugueses desterrados manifestavam permanentemente desejo de voltar à metrópole. Assim, ‘contaminava’ a colônia, “um grande número de vadios e peralvilhos das centenas que, despovoando o Reino (...) poucos encontravam um rumo, permanecendo sempre na condição de elementos flutuantes (ELLIS, 1975, p.178). A respeito deste ‘contágio’, sopesa o próprio Morgado de Mateus “se hé conveniente que para cá passem tantos filhos do Reyno”, concluindo que:

Ao menos me parece que deve haver com elles hum prudente, e verdadeiro exame livre de affectados pretextos, a respeito dos motivos que os derige a transportarem-se a estas terras, e virem remetidos a quem responda por elles, (...) porque soltos, e vadios nestes Estados despovoão o Reyno, poucos cazão, e se estabelecem, passão a vida pobres, e cuidão que são mais prejudiciaes que proveitosos; só aquelles que vem remetidos á pessoas que os Governem, e lhes dem a mão hé que fazem seu negocio ; os outros que não tem este assilo, excepto algum a que favorece hum extraordinário arrojão da fortuna, todos os mais ficão perdidos (D. I., v. 23, 1952, p. 392).

Porém, como já aludido anteriormente, na 18^a centúria da era comum o “tão lamentável laconismo paulista, já observado no século XVII, em transcrever nos documentos os seus feitos, se transforma em quasi absoluto mutismo, no século dos setecentos” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 237), restando nos arquivos apenas apontamentos sobre a administração pública, provisões da governança. Mesmo os inventários, que, principalmente quando redigidos desde dentro das entranhas dos sertões (de ordinário em condições extremadas), tornaram-se “fontes magnificas de revelação de ignotas bandeiras” (ELLIS JÚNIOR, 1924, p. 237), mirraram até a extinção.

A respeito da envergadura econômica dos senhores de escravos paulistas, medida pela quantidade de negros escravizados que “possuíam”, a lotação de suas senzalas se traduziria em riqueza apenas “na razão direta do que produzissem. Sustentados pelos donos, representavam empate de capital e era incerto o lucro das suas atividades, a não ser na mineração e na fabricação do açúcar” (ELLIS, 1975, p. 179). Aliás, o renascimento da capitania operou-se nas derradeiras décadas do século XVIII a partir do fomento promovido por Bernardo José de Lorena⁷⁵ ao cultivo da cana e, conseqüentemente, à venda do açúcar. Até fins do século XVIII

⁷⁵ O governo de Bernardo José de Lorena se desenvolveu no contexto da Crise do Antigo Sistema Colonial, pautado, no caso de Portugal, pela política da Coroa em tentar aproveitar ao máximo as potencialidades da sua colônia. São Paulo, embora fosse uma capitania secundária, também não escapou das transformações do período

a área compreendida pela Capitania de São Paulo confinava a oeste, com Goiás, pelos rios Grande, Paraná e Pardo.

Em relatório datado de 1797, Bernardo José de Lorena narra ao seu sucessor no governo a evolução da agricultura, que haveria tido “hum progresso mt.o grande, de sorte q' se pode dizer q' se acabou a preguiça de q' geralmente era acuzada a Capitania de São Paulo” (ELLIS, 1975, p. 181). Além da cana-de-açúcar, havia culturas de arroz, algodão, anil e café. Manufaturava-se também a farinha de mandioca, a goma e a coirama⁷⁶. Em fins do século XVIII, o tráfego de navios mercantis no porto de Santos ainda oscilava entre a navegação de cabotagem e as jornadas que singravam o atlântico “em direitura do Reino”. Antes de deixar o governo, Bernardo José de Lorena garantiu que anualmente a capitania enchesse uma dúzia de naus com mercadorias produzidas em seu território. Entretanto, São Paulo mantinha-se como uma economia menor ainda na aurora do século XIX, baseada na venda de muares, cavalos e de gado. O desenvolvimento chegaria depois, resultado do sucesso econômico primeiro da manufatura do açúcar e, em seguida, da indústria do café.

A ascensão do Brasil a Reino unido a Portugal e Algarves, em dezembro de 1815, não determinou a promoção oficial das Capitânicas a Províncias. A legislação de então manifesta uso indistinto, às vezes simultaneamente em um mesmo documento, de ambos os vocábulos, Capitania e Província.

Somente em 1821, após a instalação, nas Capitânicas brasileiras, das Juntas governativas e a adesão ao sistema constitucional português, é que aquelas unidades administrativas passaram a ser definitivamente designadas como Províncias. A primeira capitania erigida a província, propriamente dita, foi a do Pará, a primeira a aderir à causa constitucional portuguesa (ELLIS, 1975, p. 183).⁷⁷

O termo províncias, segundo indicação de Ellis (1975, p. 183), tem origem oficial na preparação, em 1821, da Constituição Política da Monarquia Portuguesa (carta política que

e as ações levadas a cabo pelos administradores régios nos permitem vislumbrar o teor das ideias e interesses postos em jogo. Quarto governador pós-restauração da capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena empreendeu várias obras de infra-estrutura na Cidade de São Paulo, edificou o caminho de acesso do planalto paulista ao litoral e ao porto de Santos, incrementou a agricultura destinada à exportação, arquitetou a vinda de embarcações para a Capitania e desta para Portugal, dentro outros feitos. Sua governança, em linhas gerais se adequou ao que podemos chamar de Novo Padrão de Colonização (CAPEL, 2015, p. 5).

⁷⁶ Coirama (ou courama): 1 - Couros crus ou curtidos; 2 - Porção de couros; 3 - [Brasil] Vestuário de couro para vaqueiros. Dicionário Priberam Online de Português. Lisboa, 2023. <<https://dicionario.priberam.org/coirama>> Acesso em 28-01-2023>).

⁷⁷ Refere-se ao movimento tumultuário de 1º de janeiro de 1821 e à instalação da Junta Governamental. E à sessão da Assembléa Constituinte em Lisboa, de 27 de março daquele ano, em que Manoel Fernandes Tomás propõe que a Capitania do Pará ficasse sendo Província de Portugal e não mais Capitania do Brasil, em sinal de reconhecimento à sua fidelidade às cortes portuguesas (MORAES. 1871, p. 17).

“depois de seduzir o Brasil com o liberalismo, pretendeu submetê-lo” (ELLIS, 1975, p.186)), que pontifica:

Na América o reino do Brasil que se compõe das províncias do Pará e Rio Negro, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Sergipe, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e das Ilhas de Fernando de Noronha, Trindade e das mais que são adjacentes àquele Reino (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA MONARQUIA PORTUGUESA, 1822, p. 5).

A Constituição de 1824, consentida por D. Pedro ao império em formação sancionou o termo, conservado até a proclamação da República, em 1889: “O seu território é dividido em províncias na forma em que atualmente se acha” (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL, 2012, p. 65). Assim, São Paulo é oficialmente tornada província na integração à norma constitucional fundada no Brasil “em decorrência das transformações políticas na Europa, a partir da instalação, a 23 de janeiro de 1821, na cidade de São Paulo, da Junta do Governo provisório eleita pela tropa e pelo povo” (ELLIS, 1975, p. 185).

Ao longo deste capítulo vimos que a empresa bandeirante não foi um fenômeno estanque, mas sofreu transformações ao longo dos séculos. Do bandeirismo de apresamento e escravização indígena, a prática evoluiu para o bandeirantismo de mineração, ainda que o tratamento dispensado aos povos nativos tenha seguido o mesmo padrão de dominação e violência, com o intuito único de exploração predatória dos recursos humanos, minerais, da flora, fauna, água, solo e todo o ambiente em que viviam os animais e povos nativos. Porém, como pudemos verificar, a construção da figura “histórica” do bandeirante, originada a partir do final do século XIX e adotada por Getúlio Vargas principalmente após a instauração do Estado Novo, em 1937, desconsiderou a manifesta postura perniciososa destas iniciativas em nome de falsas premissas de heroísmo e galhardia, que aparentemente responderam ao desejo do estabelecimento de um passado ilustre para a então nova elite paulista que, fundada no êxito das lavouras de cana-de-açúcar e da cafeicultura, arvorava-se leme da economia nacional do novo século.

No próximo capítulo seguiremos, a partir de outra angulação, na busca por referências, indícios e vestígios dos eventos tratados nesta pesquisa. Consideramos de grande importância que a sequência deste exame seja feita por meio da escuta de descendentes contemporâneos dos protagonistas desta história. Através dos depoimentos dos indígenas, investigamos como (e se) a tradição oral manteve viva a memória ancestral dessa série de acontecimentos ocorridos cerca de dois séculos e meio atrás.

CÁPITULO III – A POTÊNCIA HISTÓRICA DA PALAVRA FALADA

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente”.

Tierno Bokar⁷⁸

Depois de uma atenta revisão bibliográfica e documental, na qual estão baseadas as duas partes iniciais desta pesquisa, no terceiro capítulo voltamos nossa atenção para o que têm a dizer os indígenas, um esforço de compreensão do processo histórico da guerra justa desde o ponto de vista dos povos originários. Aqui cabe uma observação quanto à metodologia de investigação histórica por meio do exame da tradição oral, expediente criticado por muitos historiadores. O estabelecimento de padrões a partir da recorrência consolidada de um tema na longa duração, reproduzido através de gerações apenas por meio do discurso falado, uma espécie de permanência histórica, pode nos dar pistas que as fontes bibliográfica e documental não são capazes de fornecer.

Em um estudo de premissa decolonial, é papel do pesquisador adaptar a metodologia, descolonizá-la a partir de seus pressupostos: “la linealidad temporal de la secuencia de producción de conocimiento, la distribución topológica del conocimiento teórico y del mundo, y la autonomía práctica del conocimiento” (HABER, 2011, p. 17). Assim, a consulta feita aos indígenas sobre o objeto de pesquisa do presente trabalho é uma escolha metodológica em que acreditamos em termos historiográficos, consideradas as suas especificidades e limitações, assim como levamos em conta também as particularidades e restrições das pesquisas bibliográfica e documental.

Inicialmente nossa intenção era consultar, utilizando o método da conversação e da proximidade, a tradição oral tanto do povo Kayapó do Sul (Panará), quanto da nação Boe (Bororo), em entrevistas semiestruturadas com alunos pertencentes a estas etnias do Núcleo

⁷⁸ Mestre tradicionalista africano, reconhecido por seu pensamento de tolerância religiosa e amor universal, Tierno Bokar Saalif Tall nasceu no Mali, em 1875. Viveu e trabalhou na cidade de Bandiagara, pequena comuna urbana na região de Mopti, tendo falecido em 1940. Epígrafe retirada do texto *A Tradição Viva*, de Amadou Hampâté-Ba (ver nota de rodapé número 95).

Takinahakỹ de Formação Superior Indígena⁷⁹, da Universidade Federal de Goiás. Porém, após o contato formal com a coordenação do Núcleo e durante a monitoria de dois temas contextuais⁸⁰ ministrados pelo professor Dr. Elias Nazareno (o que proporcionou uma rica e intensa experiência de convívio diário com indígenas de vários povos durante duas semanas), constatamos que os únicos indivíduos Kayapó matriculados no Núcleo eram Mebengokre – como se autodenominam os Kayapó do Norte, atualmente habitantes de aldeias distribuídas ao longo de afluentes do rio Xingu, no sul do Pará.

Esta pesquisa, porém, como vimos anteriormente, trata da guerra justa contra os Kayapó do Sul, autodenominados Panará, povo do tronco linguístico Macro-Jê – assim como os Mebêngôkre (Kayapó do Norte) –, porém categoricamente diverso deste e que hoje em dia vive na Terra Indígena Panará, ao norte de Mato Grosso/sul do Pará. A autodenominação Panará é (quase) a mesma que se atribuíam tanto os Kayapó aldeados no começo do século XIX em São José de Mossâmedes (*Panariá*), quanto os localizados no Triângulo Mineiro em princípios do século XX.

Em 1911, Alexandre de Souza Barbosa – morador de Uberaba, trabalhava como agrimensor na região do extremo oeste do sertão da Farinha Podre, atual triângulo mineiro, medindo as terras de propriedades ali sediadas, quando encontrou um grupo de indígenas na altura da afluição dos rios Paranaíba e Grande. A partir deste encontro, Barbosa compilou um amplo vocabulário do idioma falado por eles e incluiu em seu manuscrito intitulado simplesmente Cayapó e Panará, lançado em 1918 e remetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde ficou esquecido por décadas, até a pesquisa de mestrado de Odair Giralдин, que o redescobre (GIRALDIN, 1997, p. 19).

A conformidade linguística das distintas amostras coletadas no passado com o idioma falado presentemente pelos Kren-akarôre⁸¹ confirma esta tese (RODRIGUES, 1994, p. 16) – as

⁷⁹ O Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena (NTFSI-UFG) mantém um curso de licenciatura em Educação Intercultural (nas áreas da cultura, da linguagem e da natureza) com cerca de 300 alunos indígenas do Território Etnoeducacional da Região Araguaia-Tocantins, do Parque Indígena do Xingu e da Terra Indígena Xakriabá, oriundos de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Minas Gerais, em sua maior parte professores, pertencentes a 31 povos: Akwẽ-Xerente, Apànjêhkra/Canela, Apyãwa/Tapirapé, A'uwẽ Uptabi/Xavante, Bero biòwa mahãdu/Javaé, Boe/Bororo, Canela do Araguaia, Crêh cateh cati ji/Krĩkati, Guajajara, Ikpeng, Iny/Karajá, Ixỹbiòwa/Xambioá, Kajkwakhrattxi/Tapayuna, Kalapalo, Kamayurá, Kawaiwete/Kayabi, Khĩsêjtê, Krahô, Krêka/Xakriabá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Mêmörtümre/Canela, Metyktire/Kayapó, Panhĩ/Apinajé, Pyhcop cati ji/Gavião, Tapuia, Trumai, Wauja, Yawalapiti, Yudja/Juruna. Aos concluintes do curso de Educação Intercultural, é conferido o título de Licenciado na habilitação escolhida. O processo seletivo é específico e exclusivo para indígenas, com oferta de 40 vagas anuais.

⁸⁰ Os temas contextuais ministrados no NTFSI, foram: *Tempo, espaço e interculturalidades*, presencial, ministrado entre os dias 24/07 e 28/07/2023, com comonitoria de Renata Rosa, Tamara Manrique e Thalia da Costa; e *Povos indígenas e mercado de trabalho*, presencial, ministrado entre os dias 31/07 e 04/08/2023, com comonitoria de Tamara Manrique e Thalia da Costa.

⁸¹ “Índios gigantes”, variação da alcunha kayapó kran iakarare, que em português significa “cabeça cortada redonda”, alusão ao corte de cabelo habitual dos Panará (Panará - Povos Indígenas no Brasil. PIB Socioambiental, 2021. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Panará>> Acesso em: 19/10/2023).

referidas amostras foram coletadas por Pohl e Saint-Hilaire, no aldeamento de São José de Mossâmedes, no início do século XIX; por Dr. Kupfer, cientista alemão que em 1857 esteve em uma aldeia Kayapó na região da vila de Santana do Paranaíba (atual município de Paranaíba-MS); por Joaquim Lemos da Silva, morador da vila de Santana do Paranaíba, ainda na segunda metade dos oitocentos; por Nehring, boticário, também germânico, radicado em Piracicaba, entre 1880 e a aurora do século XX; e por Alexandre Barbosa, o agrimensor de Uberaba, que em 1911 coletou “o vocabulário mais completo sobre a língua cayapó” (GIRALDIN, 1997, p. 35), com cerca de 700 palavras, mais algumas expressões utilizadas em ocasiões de caça e pesca – vide nota de rodapé número 85). Uma lista comparativa destes termos pode ser observada nas figuras 7, 7.1 e 7.2, abaixo.

Essa distinção foi feita, como de costume, à revelia da vontade indígena, proposta originalmente pelo etnólogo alemão Paul Ehrenreich, (1892, p. 28-38), ainda no século XIX, que dividiu os Jê em ocidentais, centrais e orientais. Entre os ocidentais abarcou os Suyá; entre os centrais, os Kayapó e os Xavante e, entre os orientais, os Botocudo. Decompôs também os Kayapó em três subgrupos: do Sul, do Norte e ocidentais. Entre os do Sul, incluiu os Kaingang e os Kayapó meridionais. Portanto (como apontado na nota de rodapé número 7), a denominação Kayapó não representa uma etnotaxonomia social, mas um epíteto inventado por agentes coloniais a partir de um termo da língua geral, derivado do idioma Tupi: caia + apó = fazer, preparar = que fazem queimadura (CHASTAN, 1996, p. 40). Já para TURNER (1992, p. 311), o termo ‘Kayapó’ significa ‘como macaco’.

Nimuendajú (1952) e Robert Lowie (1946) são os primeiros a afirmar que os Kayapó foram totalmente exterminados. Darcy Ribeiro também assegurava, nos anos 1960, que os Kaiapó haviam desaparecido sem deixar rastros, a não ser o nome dado ao rio Caiapó e a serra no sul de Goiás (GIRALDIN, 1997, p. 30). Uma das últimas notícias antes de terem sido considerados extintos data de 1888, quando o Correio Oficial de Goyaz⁸² anunciou um ataque a propriedades em Rio Verde. Em 1913, porém, engenheiros da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo que exploravam o Rio Grande e seus afluentes, relataram um encontro com cerca de 30 Kayapó do Sul no sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro, (PEREIRA; FACCIO, 2018, p. 27). De acordo com Odair Giralдин, esse evento ocorreu em 1910 e teria, inclusive, registro fotográfico: “Apenas a foto de um garoto ficou como testemunho do encontro” (GIRALDIN, 1997, p. 29).

⁸² O primeiro jornal produzido em Goiás, A Matutina Meiapontense, circulou entre 1830 e 1834 no atual município de Pirenópolis. Com sua extinção, a Assembleia Provincial adquiriu os equipamentos, inaugurou a Typographia Provincial e fundou o Correio Oficial de Goyaz, segundo periódico da imprensa goiana (BORGES; MENEZES, 2020, p. 5-6).

TERMOS DE PARENTESCO					
Port.	S.-Hilaire Pohl	Kupfer	Nehring	Lemos Barbosa	Panará
avô		uté		tapúpiã	topiépié
avó		topopié		tatúpiã	twapié
					wétung
mãe	unisi	kuinzi	tia	tíkã	wungsi
					nàpié
Port.	S.-Hilaire Pohl	Kupfer	Nehring	Lemos Barbosa	Panará
pai	usum	hokió	uxum	uçúm	wésum
					sumpié
filho		ipó		ipán	pã
neto				támpiã	tàmpiè
marido				pínpiã	impimpié
esposa				intié	insipié
cunhado				kiántú	kyentàmpié
sogra				kokrípiã	kripiè
genro				pôkiã	punkya
sobrinho				pakré	pakre
tia		bitó		citón	intõ
tio		bitó		cutón,	intõ
				citón,	
				xitón	

Figura 7 – Lista comparativa de termos da língua Kayapó do Sul coletados em diferentes circunstâncias temporais e geográficas ao longo de décadas, nos séculos XIX e XX, com vocábulos do idioma falado atualmente pelos Panará. Este é o principal argumento para a defesa de que este povo é descendente legítimo daquele, ou seja, Kayapó do Sul e Panará são a mesma nação em momentos históricos distintos. Lista retirada do livro *Kayapó e Panará - Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central* (GIRALDIN, 1997, p. 36-39), versão editorada para publicação da dissertação de mestrado de Odair Giralдин, em que é reproduzida a lista completa, com mais de setecentas palavras e expressões, nos anexos do referido texto.

PARTES DO CORPO HUMANO

Port. S.-Hilaire Pohl Kupfer Nehring Lemos Barbosa Panará

cabeça	icrian	icrian	ikiá		paquiã	kián	hi'kyà
cabelo	iquim	inki	iking	paquim		kin	hi'ki
cãs						kiánpô	kiápo
orelha	chicré	chuceré	zicré	zukré	pacré	çukré	sikre
braço	ipa					ipá	hi'pá
cotovelo						pakuçú	pakusú
pescoço						impút	imputi
nuca						impút	imputi

Port. S.-Hilaire Pohl Kupfer Nehring Lemos Barbosa Panará

perna	ite	ité	zatakrita			ité	hi'te
canela						ité	itá
dente	chua		ischoa	pachuá		suá	sua
coxa	icria					inkré	hi'krè
mão	chicria			zukiã	pantôte	cykiá	sikya
olhos	intó			intó	pantó	intó	into
caolho						intónó	intono
nariz	chacare		pacré	zâkrâ		çâkré	sakre
boca	chape		sacoa	zapé		çakuá	sakwa
lábio					pacôcy	çakuá	sakoá
língua			zutô		pââtó	çuntót	sutóti
queixo						çakiát	sakiáti
rosto						intó	intó
peito	chucoto		zucoté			çukôt	sonkôti
coração						inkôkrê	ikokré
estômago						impá	impá
umbigo					pantôte	çuntót	sukowti
pés	ipaa					ipá	hi'pa
calcanhar						pakiát	pakiáti
pênis			impú		impú	impú	inpu
escroto					incré	inkré	inkré
vulva			inzé		iche	icê	isé

Figuras 7.1 – Lista comparativa de termos da língua Kayapó do Sul com o atual idioma Panará.

OUTROS

Port.	S.-Hilaire Pohl	Kupfer	Nehring	Lemos	Barbosa	Panará
homem	impuará	puará	impú	ipé	impúará	impùara
mulher	intiera	intiará	inká	insipiá	intierá	inkyara
água	inco	pinkó	inkó		inkô	ingkô
bruto					çampánón	san-pa-no
carne	jóbo	potina- schain	hi		in, cin	sì, yì:n
comer		lempania			tikukrén	kukrè cikukrén, tikrén
facas		kaascha		coacha	káaçôa	kàyasà
casas	uncua	kikré			kukré	kokre, inkuá

Port.	S.-Hilaire Pohl	Kupfer	Nehring	Lemos	Barbosa	Panará
rio	pupti	pupti			pakré	pakre
frio		kiuli	kihui		ikíh, kir	kiu
morrer		itu			iútú	intù
dor					titunçá	sonsá
peixe	tépo	tepo		tápe	tép	tepi
chuva		inta	intá		intá	inta
gostoso					nacicí	na-si-si
arma		atona		atóma	atóme	atò
pau	poré	imromu			pêr	pèri
terra	cúpa	cupa			kypa	kupa
cachorro		ropu	hióp		ióp	yôpu
veado	impó	inpoti	impó	impô	impó	impó
cutia					ikiánnacê	kyenasã
milho		muschu			môcê	môsu
amendoim					çâtí	sã'ti
anta	icrite		kiúte	idschutá	hiute	kiút kyùti

Figura 7.2 – Lista comparativa de termos da língua Kayapó do Sul com o atual idioma Panará.

No século XX não há registros oficiais dos Kayapó do Sul em território goiano, mas os Panará foram contatados no começo dos anos 1970, próximo ao rio Peixoto de Azevedo, norte do Mato Grosso. Com cerca de 700 pessoas, em dois anos de convivência com o não-indígena, morreram quase todos, sendo transferidos para o Parque Nacional do Xingu apenas 79 indivíduos restantes (SCHWARTZMAN, 1987, p. 264-265). Em 1994, todavia, Giralдин, em sua dissertação de mestrado (editada como livro em 1997 – versão usada neste estudo), levanta uma hipótese que contesta seu desaparecimento. Baseando-se em pesquisas do antropólogo Richard H. Heelas (o primeiro a conectar os Kayapó aos Panará) e do etnólogo Schwartzman (1992), que apontaram coincidências étnicas como a semelhança das técnicas de fabricação de flechas e cestos, o uso do amendoim na alimentação, etc., demonstrou que estes são pósteros daqueles, ou seja, são o mesmo povo em momentos históricos distintos, conjectura posteriormente confirmada pela tese de doutoramento de Eduardo Vasconcelos (VASCONCELOS, 2013, p. 237).

Se nos novecentos os Kayapó do Sul desapareceram dos registros oficiais, seus feitos foram virtualmente lembrados pela literatura. No livro *Os Pioneiros*, de Basileu Toledo França (lançado em 1979); e no romance em dois volumes *Serra do Cafezal* (1996), de autoria da escritora jataiense Maria Eloá de Souza Lima, em que há a descrição de um ataque indígena a uma fazenda próxima ao Rio Doce, sudoeste goiano, que teria resultado nas mortes de algumas crianças, de uma mulher e dos cachorros da propriedade. Esse assalto, ocorrido em 1872, teria provocado a ira de moradores da região que, orientados por um indígena “manso”, afundaram-se na mata e retaliaram com violência, destruindo uma aldeia e matando todos os que nela se encontravam, inclusive os meninos e meninas. Segundo consta, não há consenso sobre qual povo teria atacado a fazenda, se os Kayapó do Sul – hipótese mais crível, dado o *modus operandi* descrito na narrativa, sem o rapto de mulheres e crianças (não há na documentação, registro de raptos, reféns ou cativos feitos pelos Kayapó do Sul entre os não-índigenas. O costume era o extermínio completo ou, pelo menos, sua tentativa [MANO, 2020, p. 9]), ou se os Boe, que ocupavam a região aproveitando-se do enfraquecimento dos Kayapó do Sul, após dois séculos de conflito com os agentes coloniais. Esse episódio é ainda hoje lembrado na cidade de Jataí, na festa da nossa senhora da Abadia, ação de graças pela interseção da santa que teria evitado o retorno dos indígenas (FRANCO; CHAVEIRO, 2023, p. 31-33).

Assim, impossibilitados de consultar a tradição oral Panará sobre a memória da guerra justa contra os Kayapó do Sul, contingenciados pelos limites impostos pela realidade da pesquisa e do pesquisador, circunscrevemos a coleta de entrevistas a membros do povo Boe, moradores da terra indígena Tereza Cristina, aldeia Arareao, município de Santo Antônio do

Leverger, no Vale do Rio Cuiabá, sul de Mato Grosso; e também da região sudeste do estado, em aldeia situada nos arredores do município de Rondonópolis.

A oralidade, o ato de contar histórias individual ou coletivamente, para além de sua evidente dimensão lúdica, é o expediente primeiro da perpetuação de feições culturais singulares, da identidade mesma de um povo. É também motor de abrangência e convenção necessárias para a coesão social entre os membros de uma comunidade. Na cultura indígena, a tradição oral integra memórias de épocas distintas ao presente, concorrendo para que histórias, usos, costumes e práticas não sejam esquecidos, obliterados, de maneira que seus membros, em diferentes épocas, possam se reconhecer, mas também sejam capazes de se revelar. Nesta pesquisa, entendemos as narrativas da tradição oral indígena como um ato secular de resistência epistêmica e ontológica (NAZARENO, 2017, p. 4) diante da ameaça interminável de anulação da alteridade e de planificação das identidades.

De tal modo, a simples conservação de seu modo de viver, de sua própria ética e cosmologia depois de séculos de toda sorte de violações brutais é inequivocamente uma demonstração de protagonismo, de agência, de manifesto assenhramento de sua própria história. O que nos lembra de que junto com a colonialidade, se instala a decolonialidade e que o “termo protagonismo é necessário para contrapor aos discursos que chamamos de narrativas do esquecimento” (NASCIMENTO, 2019, p. 32-36). Assim, os relatos orais de caráter imemorial são de importância incalculável para a manutenção do pertencimento sócio-cultural.

Bakaru é a história do Povo Boe, onde se encontra todas as referências para educar e se educar como Boe, pessoa verdadeira, como os ancestrais, portanto, onde se encontram os ritos, os mitos, os cantos, as regras sociais que devem seguir neste mundo dos vivos e dos mortos para que tudo se mantenha em movimento conforme o cosmo que os concebem. **O Bakaru não é um livro escrito, é um documento coletivo inscrito na corporalidade bororo desde tempos imemoriais que se reafirmam em cada prática social cotidiana** e em cada ritual funeral é reescrito nos corpos dos vivos para salvaguardar ambos os mundos que se mantêm em conexão cosmológica permanentemente (CAMPOS; GRANDO, 2018, p. 186).

É preciso notar, porém, que apesar de seu evidente aspecto ancestral, a tradição oral não pode ser assumida como algo estanque, fixo, deve ser percebida como produto de um incessante movimento de intercâmbios e da constituição e deslinde das afinidades e oposições resultantes desta fricção, enfim, das identidades constituídas. Como nos recorda Vansina no texto em que trata de metodologia e pré-história da África, “as tradições desconcertam o historiador contemporâneo (...) pelo simples fato de bastar à compreensão a repetição dos mesmos dados em diversas mensagens” (VANSINA, 2010, p. 140), porém, essa repetição, ao contrário do que seria de se supor, não implica em uma unicidade monolítica.

Em *Cosmologia africana dos bantu-kongo: princípios de vida e vivência*, Kimbwandende Kia Bunseki Fu-Kiau⁸³, do Zaire, nos adverte que um texto oral não se revela de pronto, “deve ser escutado, decorado, **digerido internamente, como um poema**, e cuidadosamente examinado para que se possam apreender seus muitos significados” (FU-KIAU *apud* VANSINA, 210, p. 140 – grifo nosso). Principalmente no caso da escuta que se pretende genuína de um outro epistemologicamente afastado de um receptor não-indígena, como no caso dos Boe-Bororo, “de outro modo, as ações esbarrarão na falta de entendimento de outras ontologias, da pluriversidade. Uma atitude política, intercultural crítica e decolonial torna-se imprescindível na busca do pluriversal” (HERBETTA; NAZARENO, 2020, p. 77). A tradição oral, portanto, parte de uma relação íntima entre linguagem, cultura e identidade. É um manifesto identitário e cultural, um ato político. Assim, é lícito observar que:

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia (...), quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (PORTELLI, 1996, p. 59-60).

De maneira que, inteirados e advertidos acerca das características da pesquisa histórica via tradição oral, mediante a realização de entrevistas semiestruturadas, recorreremos ao pensamento de Silvia Rivera Cusicanqui, socióloga boliviana que propõe um cruzamento entre ética e epistemologia nas ciências sociais, ressaltando a dimensão epistemológica da história oral. Para ela, a pesquisa das tradições orais é um espaço de reflexão sobre a ordem colonial, mas, para além, é uma crítica da compreensão ocidental do que é a história, que estabelece o 'histórico' a partir do surgimento da escrita, validando assim a missão colonial “civilizadora” (CUSICANQUI, 1987, p. 57). Essa hegemonia teórica anula qualquer possibilidade de autonomia histórica dos povos indígenas, na medida em que os reduz à condição de figurantes passivos, no máximo reativos às ações do agente colonial, estas sim históricas. Portanto, ainda de acordo com Cusicanqui, a única saída é elaborar e instituir a nossa própria ciência, travando um diálogo intelectual cada vez mais intenso entre nós mesmos e nossos vizinhos, estreitando laços com as correntes teóricas africanas e asiáticas, opondo-se os projetos hegemônicos do norte com “la renovada fuerza de nuestras convicciones ancestrales” (CUSICANQUI, 2010, p. 73).

As entrevistas foram registradas na sede do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, com a gravação somente de áudio, e obedeceram rigorosamente a todos os procedimentos éticos e burocráticos exigidos nestes casos. Sua coleta foi precedida por uma

⁸³ Dr. Kimbwandende Kia Bunseki FuKiau foi um *Nganga* (curandeiro), mestre iniciado nos mais elevados sistemas de aprendizado nas tradições ancestrais *Bakongo*, grande pesquisador das áreas da antropologia cultural, educação, biblioteconomia e desenvolvimento comunitário, autor de diversos livros e artigos.

minuciosa apresentação da pesquisa, seguida por detalhado esclarecimento de nossas intenções e interesses aos órgãos competentes – a saber: o Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena – NTFSI-UFG; e o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás – CEP-UFG –, e, é claro, aos próprios entrevistados, que antes de cada conversa leram e assinaram de livre e espontânea vontade os respectivos Registros de Consentimento Livre e Esclarecido – RCLE.

Quando houve a invasão portuguesa ao Brasil, os Boe dominavam territórios do que hoje é parte do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e de Goiás. É possível que tenham se estabelecido nesta região desde a metade do século XIII, mas os registros aparentemente começam em 1648, quando o sertanista Antônio Raposo partiu de São Paulo com uma bandeira para o Mato Grosso, onde várias aldeias foram cristianizadas por jesuítas vindos do Paraguai. Entre elas estavam algumas dos coxiponeses. Entre 1717 e 1718, Antônio Pires de Campos, o pai, subiu o rio Cuiabá, travou contato com os Boe novamente e exterminou uma aldeia próxima ao Rio Coxipó. Já em 1719, guerreiros Boe-Bororo teriam vencido a tropa de Pascoal Moreira Cabral (1654-1724), como observa Antônio Jukureakireu abaixo.

De acordo com a tradição, os Boe viviam em aldeias grandes, com moradias organizadas em círculo, às vezes no centro, distribuídas em um território de cerca de 350.000 quilômetros quadrados, abrangendo terras ao leste e à sudeste de Cuiabá; o vale do rio São Lourenço e a bacia platina, território do alto Araguaia e também do rio das Mortes; ocupavam ainda uma grande região do Estado de Goiás (COBALCCHINI; ALBISETTI *apud* VIERTLER, 1990, p. 135). Seu arranjo social é dual matrilinear, com cerimônias xamânicas de culto solar e lunar. Em seu livro "Primitive Society", o antropólogo Robert H. Lowie resgatou um antigo termo anglo-saxão, *sib*, que definiria um grupo de parentesco unilateral, conexo ao pai ou à mãe. Os vocábulos "matrilinear" e "patrilinear" passaram então a comutar as expressões de acepção política "matriarcal" e "patriarcal". Deste modo, um *sib* matrilinear é aquele agrupamento unilateral, relacionado à mãe; a progênie se vincula em linha materna, ainda que possa existir influência masculina (RAMOS, 1945, p. 06). Ainda que tenham sido agregados etnicamente em uma mesma "nação", cada aldeia desfrutava de certa independência, manifestada nas diferentes maneiras de prover a subsistência, de celebrar os rituais e de fazer a guerra. Estas distinções, notadamente nas pinturas corporais, utensílios, padrões funerários e nos tamanhos das armas (HARTMANN *apud* VIERTLER, 1990, p. 20), se deram a partir dos primeiros contatos com os agentes coloniais.

No livro *Memória Histórica sobre os Indígenas da Província de Mato Grosso*, o capitão João Augusto Caldas, escreve que "A bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, chamado o Anhanguera, que penetrou nestes sertões no século XVII, foi guiada pelos Bororo" e que mesmo antes da existência de Cuiabá, já havia indígenas Boe em São Paulo. Detidos e escravizados,

guiavam os sertanistas em campanhas de conquista contra outros povos (CALDAS *apud* VIERTLER, 1990, p. 28). Contudo, uma parcela significativa do povo Boe recusou o contato e recuou para os sertões inatingíveis pelo não indígena, afastando-se dos territórios ocupados para a extração de ouro. Esta decisão, porém, causou uma divisão permanente entre eles e seus parentes, separados em Bororos Orientais (Coroados ou Porrudos), a leste dos rios Cuiabá-Paraguai; e Bororo Ocidentais a oeste, subdivididos entre Bororo Cabaçais e Bororo da Campanha (ALBISETTI; VENTURELLI, 1962, p. 217-218). Os Cabaçais ocupavam as margens do rio Cabaçal, em território próximo ao que hoje é a cidade São Luiz de Cáceres. Já os Bororo da Campanha eram nômades e vagavam pelas brenhas, ao sabor das necessidades (VIERTLER, 1990, p. 39). Essa recusa intransigente ao contato com os agentes coloniais é mais uma demonstração de protagonismo histórico, entre tantas já assinaladas neste trabalho, que confirma o papel soberano de resistência epistêmica desempenhado pelos Boe acerca de seu próprio destino, perante o projeto colonial português.

A História Falada

Antes de prosseguir, portanto, agradecemos aos indígenas que se dispuseram educada e atenciosamente a compartilhar suas memórias com esta pesquisa, conscientes de que a construção e a compreensão da história e da tradição de seu povo pode ser usada também como ferramenta política na luta por direitos, como articula objetiva e claramente Antônio Jukureakireu, liderança Boe do sudeste mato-grossense, um de nossos entrevistados:

Antônio Jukureakireu: Boa tarde, eu sou Antônio Jukureakireu, da etnia Boe, conhecida como Bororo. A minha terra indígena fica na região sul... mais precisamente na região Sudeste de Mato Grosso, município de Rondonópolis. E ali a gente vem lutando para sobreviver naquela... a T.I. hoje é uma ilha, né.

Hoje eu sou acadêmico aqui da UFG, trabalho na escola desde 2013 com o meu povo. Defendo muito os interesses, os anseios do meu povo, buscando assim uma vida mais digna, mais humana para minha aldeia, para minha Terra Indígena. (...) na época a gente não tinha essa ideologia, essa percepção de que o cara sempre está querendo tirar um proveito. Igual ao senhor, que está conversando comigo, não é porque você gosta de mim, você está pesquisando, é um interesse de uma pesquisa. Então tudo tem um fundo de interesse quando parte de uma origem portuguesa. Mas é cultural, jamais você ia conversar comigo porque você gosta de Bororo. Tem um interesse por trás! E eu também tenho interesse por trás disso. Do mesmo jeito que você tem... eu não sei qual é o seu interesse, mas **o meu interesse é que você faça isso aparecer algum dia a mais, né. Contar essa história que o Brasil não contou, que o Brasil não sabe** (grifo nosso).

A indígena Boe, Luciene Jakomearegecebado, cacica da aldeia Arareao, na terra indígena Tereza Cristina (MT), percebe de forma semelhante a entrevista que nos concedeu, entendendo a história de seu povo um instrumento de afirmação:

Luciene Jakomearegecebado: Meu nome é Luciene Jakomearegecebado, sou do povo Bororo, moro na aldeia Arareao, município de Santo Antônio do Leverger, na terra indígena Tereza Cristina, lá em Mato Grosso (...)

Eu estou na busca dessa pesquisa, que eu tenho um trabalho também em relação à história do povo Bororo e isso me interessou bastante.

Ela diz ter tomado conhecimento da guerra justa contra os Kayapó do Sul apenas há alguns poucos anos, também por meio da tradição oral. Luciene conta que ouviu esta história narrada por outra indígena, também do povo Bororo, aluna da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, em Mato Grosso. Nesta narrativa, porém, a guerra teria sido resultado da

manipulação dos agentes coloniais, que teriam feito os guerreiros Bororo acreditar que os inimigos pertenciam ao povo Xavante e que a guerra se dava por questões territoriais.

Entrevistador: Você já ouviu parentes falarem sobre uma guerra no tempo antigo, dos Bororo, que estavam juntos com os “brancos”, contra os Kayapó do Sul?

Luciene Jakomearegecebado: Eu nunca tinha ouvido falar dessa guerra, aí dois anos atrás foi a primeira vez que eu ouvi falar que o povo Bororo tinha essa história de guerra com o povo Kayapó, ajudando os não-indígenas, né, os brancos, pensando que o povo Kayapó seria o povo Xavante.

Eu também sei pouca coisa sobre isso, eu nunca tinha ouvido falar durante todo esse tempo de trajetória, de nenhum ancião. Na verdade, o povo lá da minha aldeia teve conflito diretamente só com os não-indígenas, né, os brancos, e pouco conflito teve com outros povos.

Então, acredito que seria mais outra parte dos que moram... a minha descendência (sic) era lá da região do Pantanal, onde o povo morava ali em Cuiabá, Barão de Melgaço, Santo Antônio do Leverger, então a gente não teve essa guerra diretamente com o povo Xavante, mas a outra região para cá, da região de Barra do Garças teve bastante conflito.

Então, essa guerra apoiando os brancos teria acontecido acreditando que os Kayapó seriam os Xavante, que eram inimigos por causa de território. Então, assim, é o pouco que eu sei essa guerra.

Interessante retomar aqui que após a diáspora Kayapó do Sul, entre a segunda metade do século XVII e o início do século XVIII, estes, vindos de terras paulistas, ocuparam a região no planalto central que fazia fronteira com o território Xavante, povo que chegaria ao que hoje é o Mato Grosso somente no século XIX, em território fronteiriço também com domínios das nações Payaguá, Xakriabá e Avá-Canoeiro (GIRALDIN, 1997, p.57). Logo, aqui temos uma inconsistência histórica, já que é evidentemente um anacronismo relacionar a guerra contra os Kayapó do Sul, ocorrida no século XVIII, com a inimizade contra os Xavante, que tornar-se-iam rivais dos Boe apenas a partir do século XIX.

A resposta talvez esteja contida no próprio enunciado, se observado com cuidado e levando-se em conta a dinâmica singular da tradição oral. Como, a partir dos oitocentos, os Xavante passaram a disputar territórios com os Boe e, assim, tornaram-se seus inimigos, possivelmente a história narrada para Luciene Jakomearegecebado (e para quem contou para ela) sofreu uma atualização ao longo dos anos, das décadas, dos séculos, integrando elementos de dois (ou mais) eventos distintos em um só. Lembrando que nesta região, que depois viria a ser batizada como “Caiapônia” pelo viajante Aires de Casal (vide nota de rodapé número 9), os ataques Kayapó do Sul tornaram-se tão temidos (tanto por sua frequência, quanto pela violência

empregada), que este povo acabava sendo acusado genericamente pelos agentes coloniais por todas as ofensivas indígenas sofridas na região, mesmo quando praticadas por outros povos, com a finalidade de legitimar e legalizar a guerra justa contra os temíveis Kayapó (MORI, 2015, p. 25).

Antônio Jukureakireu, apesar de certa modéstia, conhece bem esta história. Em nosso primeiro contato, no Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, quando nos apresentamos, explicamos a pesquisa e pedimos para ouvi-lo, deixou claro que o tema não lhe era estranho, ao contrário, deu pistas de certa intimidade com a matéria. Dias depois, já no início da entrevista constatamos que seu discurso se aproxima da bibliografia revisada. Ele conta que nas histórias narradas pelos anciãos, o termo Kayapó não é usado, em seu lugar utilizam o vocábulo *kayamo*, traduzido como “inimigo”. Exatamente como afirmam Von den Steinen e Ehrenreich (vide nota de rodapé número 33):

Entrevistador: Você já ouviu parentes falarem sobre uma guerra no tempo antigo, dos Bororo, que estavam juntos com os “brancos”, contra os Kayapó do Sul?

Jukureakireu: Ouvi sim, muito superficialmente, mas não teria essa palavra Kayapó. Seria outra palavra na nossa língua, seria *kayamo*, “inimigo”.

Jukureakireu também demonstra sentimentos contraditórios a respeito do papel assumido por seu povo na guerra contra os parentes Kayapó do Sul. Em mais de um momento durante a entrevista manifesta incômodo, ao mesmo tempo em que deixa transparecer certo orgulho étnico, como veremos no elogio que faz ao guerreiro Boe. Em seguida, tece uma interpretação histórica do que teria levado seu povo a tomar parte na guerra, sinalizando conscientemente que esta longa campanha militar não foi do interesse dos seus, mas de utilidade apenas para os colonizadores chegados em Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. E, de forma curiosa, elucubra uma possível origem Boe para o nome da capitania de São Paulo, alcunha que teria derivado da palavra *Apuaura*, que nomeava uma passagem conhecida dos Boe no território paulista.

Jukureakireu: Houve muitas guerras, a gente quase dizimou o povo Kayapó, eles tiveram que correr, sair. **Na verdade, passou um trator em cima, né (...) quiseram bater de frente com os Bororo e não tinha chance, né. Éramos preparados para a guerra mesmo, o Bororo era terrível (...)** hoje é muito desconfortável falar sobre isso.

Na época a gente tinha muitos guerreiros, que na nossa língua também não é “guerreiro”, é *tugobaigare*. Ele é preparado para proteger, ele é tipo um guarda, um guardião. **A vida dele é**

diferenciada desde que ele nasce. Geralmente já é de família assim, já tem um tratamento diferenciado das outras crianças, é preparado para acertar o alvo, preparado para defender de qualquer tipo de ameaça que afronte seu território, sua aldeia, sua família. Ele é preparado para matar. A felicidade dele... eles trabalham o psicológico dele e o maior prazer na vida dele é morrer em batalha, em honra e defesa da sua comunidade. Na época a gente tinha muito guerreiro.

Eu imagino, opinião pessoal minha, que na época que o Pedro Alves Cabral chegou perdido no litoral, igual vocês falam que descobriu, né... não sei o que ele descobriu, não. A gente tinha uma passagem lá em São Paulo num lugar que fica conhecido como Apuaura, foi um ancião que falou pra mim.

A gente andava muito e, em trânsito, a gente veio embora para nossa região... eles foram até lá perto caçar, a gente caçava muito, andava muito, né. Não que a gente fosse nômade, mas quando enfraqueciam os alimentos de uma região, a gente se deslocava, procurando alimentos, lugares mais adequados para a gente ficar.

E passaram por lá, deixaram a cabeça de uma paca, e colocaram como Apuaura. E com o passar do tempo Apuaura virou São Paulo, mas essa história nunca o colonizador vai contar. Ele não deu conta de falar Apuaura, por isso que ficou São Paulo. Vai ter outras invenções, outros pretextos, outros contextos, né.

E a gente veio pra cá. E quando ele chega, com certeza aqueles parentes ali do litoral, da região, eles começam a sair do seu território, a migrar mais para o interior, fugindo mesmo ou buscando lugares diferentes. Cara, eu vejo que foi um inferno aquela época, uma merda que...

Já imaginou eu invadindo seu território e você invadindo o meu? Virou uma loucura o Brasil, né, os espanhóis chegando depois, invadindo... **Então, eu vejo que a gente se acaba um pouco, história triste, dói muito falar, principalmente de meu povo, mas nós matamos muita gente.**

Até entender aquilo, aquela situação toda, né, que chegou uma praga, uma doença no nosso continente, e se alastrou e aquilo trouxe tantas coisas más que até hoje, depois de 500 e poucos anos – que vocês medem esse tempo aí -, não dá para ter noção do tamanho das coisas ruins que vocês trouxeram para a América do Sul, especificamente nosso Brasil.

Porque vem doença, além da violência vem a prostituição... colocou todo mundo um contra o outro, né? Todo mundo defendendo o que é seu ou tentando defender. E aí virou aquela guerra total e os Bororo... Nós éramos muito território, e quem entrava no território recebia sinal de alerta para sair e se não saísse era executado e cortava aqui assim [mostra o couro cabeludo], a pele, e levava como um troféu. Então, só para ter uma conjuntura que eu imagino aquela época.

Mas voltando para a pergunta que o senhor me faz sobre a guerra contra os Kayapó do Sul, de Goiás... **então isso acontece**

não de interesse do povo Boe, foi do interesse do pessoal que chegou em Cuiabá, esses colonizadores... Se eu não engano, foi de interesse de Antônio Pires de Campos, em 1736 ou 1836...

Entrevistador: 1736.

Antônio Jukureakireu: 1736! E essa guerra foi ativamente até 1751, quando ele morre porque ele pegou infecção de uma flecha do lado direito do peito. **Mas é uma história que a gente quase não gosta de contar...** aí nasce também a palavra *kayamo*, né, que eu falei para o senhor que era “inimigo” O povo Boe teve quatro históricos de contato, essa história está amarrada uma na outra, mas eu vou tentar, conversando mais eu vou tentando me atualizar... é muita história. (grifo nosso)

Aqui cotejaremos mais uma vez a narrativa oral com a historiografia, portanto nos compete anotar que este procedimento, historiograficamente heterodoxo, foi adotado a partir da metodologia desenvolvida pelo professor Dr. Elias Nazareno durante a orientação da pesquisa de doutoramento da professora Dra. Patrícia Emanuelle –*Protagonismo indígena na Capitania de Goiás e suas estratégias e atuações frente às políticas indigenistas do século XVIII* (UFG) –, e de interlocuções com a antropóloga Patrícia Rodrigues, especialista em história dos povos Javaé e Avá-Canoeiro, cuja tese é intitulada *A caminhada de Tanỹxiwè: uma teoria Javaé da História* (Universidade de Chicago-EUA).

Retomando os pontos de contato entre a tradição oral Boe e a bibliografia: conforme as hipóteses mais aceitas, os primeiros contatos dos Boe com os não-indígenas aconteceram em meados do século XVII. Jesuítas chegados de Belém penetraram o território da Bacia do Rio Araguaia em direção ao Rio Paraguai. Algumas décadas depois, mais precisamente em 1716, como vimos anteriormente, vindo pelo Mato Grosso, Antônio Pires de Campos, o velho, explorava o sertão goiano à procura da Serra dos Martírios (FRANCO, 1954, p. 366), tendo conquistado uma tropa de guerreiros Boe que levou dos arredores de Vila Real do Bom Senhor Jesus de Cuiabá para a capitania de São Paulo cerca de dois anos depois.

Saltando para 1742, Dom Luís de Mascarenhas convoca Antônio Pires de Campos – o filho (o *Pai-Pirá*), para dar combate aos Kayapó (MORI, 2015, p. 38). Outra questão em que a tradição oral encontra a bibliografia diz respeito à bravura do guerreiro Boe, que, de acordo com Zago (2005, p. 94), eram valorizados pelos sertanistas desde os primeiros contatos, por suas técnicas de guerra que tornavam a luta penosa e duradoura. Enfim, eram os soldados perfeitos para a luta contra outros indígenas (MORI, 2015, p 37).

De acordo com Jukureakireu, a exploração do modo de vida Bororo pelos agentes coloniais se manifestou também na apropriação de artifícios tradicionais de seu povo, como detalha abaixo:

Antônio Jukureakireu: Aí chegam os espanhóis começam uma guerra com os Guaikuru, né... os Kadiwéu, mais os Payaguá, começam a sucatear a carga, né. Eles tinham um nome, lá... bruaca... uma embarcação. Eles ficavam dentro da água, tinham uns canudos de taquara, e quando passavam os portugueses bem perto... que na época eram aquelas armas carregadas pela boca, então eles sopravam a água para jogar dentro do cano, para molhar a pólvora, aí não saía fogo e eles os flechavam, né.

Já ficavam uns em terra e outros dentro da água. Então assim, muitas brigas né, já era muito de interesse do não-índio. Aí eles sucateavam a carga, principalmente ouro, para os espanhóis. E aí, com passar do tempo, eles começam a arrumar as estratégias.

Chegava aquele ponto... **Os Bororo têm uma técnica de andar debaixo d'água, respirando por um canudo de taquara, então até isso os portugueses exploraram.** Chegava aquela região em que era muito arriscado perder a carga, eles pulavam na água, e iam debaixo d'água. Um monte de canudinho descendo, mas era o ouro passando (grifo nosso).

Evidência inegável de agência, de protagonismo indígena contemporâneo, a consciência da arbitrariedade colonial é profundamente presente no discurso de Jukureakireu, que elabora digressões e reflexões partindo de uma aguda e singular observação da relação dos brancos com a realidade factual, apontando o que seriam, ainda hoje, inconciliáveis distinções do modo de vida moderno (e, portanto, ocidental) para com o que, em falta de termo mais adequado, chamamos aqui de *ethos* tradicional Bororo. Aponta, ainda, o que seria uma influência fonética dos Boe sobre a oralidade dos cuiabanos não-indígenas.

Antônio Jukureakireu: E aí começa essa “amizade” também. A gente foi explorado para defender a nossa fronteira. Até a estratégia de colocar a capital em Vila Bela da Santíssima Trindade, na época, era por que era região de fronteira, então ali ficaram muitos Bororo, e descobriram essa técnica de luta dos Bororo, que era muito ágil, eram guerreiros muito bons.

Enfim, esse caminho começa a ficar muito arriscado. E aí eles começam a arrumar estratégia para sair desse sufoco. É aí quando a gente vai brigar com os parentes. O Antônio Pires de Campos reúne um exército de 500 *tugobaigare*, 500 guerreiros Bororo, sei lá como ele fez, mas ele conseguiu (...) **falam que são 500, mas o ancião fala que eram muito mais de 500. Porque vocês nunca falam a verdade.**

Não por maldade, segundas intenções, mas vocês mesmo falam isso em questão de porcentagem. Hoje eu estava na aula de química e falaram: “a probabilidade de isso chegar próximo, na realidade, tem essa porcentagem de erro”. Até a Rede Globo fala muito isso, né, na eleição, dois para mais, dois para menos... **aí eu me lembro dos meus anciãos falando que tudo**

o que vocês fazem não é certo, sempre tem margem de erro (grifo nosso).

Ele consegue reunir esses Bororo e aí essa região de São Lourenço de Fátima, tudo aí já já tem contato, e ficou ali nas margens de São Lourenço só um guerreiro famoso, que os portugueses nunca conseguiram derrotar, ele e o grupo dele, a aldeia dele.

Umuguiokuri tinha mais de dois metros, dos mais violentos. Até eles falavam, né: “eram os mais violentos, os terríveis coroados”, por causa do cocar, mas eram os mesmos Bororo, os “terríveis coroados”. Ele tinha uma estratégia muito boa de guerra e eles não conseguiam. Quando eles veem que não conseguem, né, como eles tinham derrotado muitas aldeias menores, mais frágeis, eles capturaram as mulheres... e, com certeza, as mulheres destes portugueses estavam lá na Europa, lá em São Paulo, sei lá.

Então, eles capturavam as mulheres, matavam os homens, e essas mulheres iam servi-los. Quanto mais eles engravidassem as índias, mais eles povoavam Cuiabá, por que tinham que povoar Cuiabá. Por isso às vezes a gente fala que o cuiabano fala errado, né... eu falei isso para um professor de história meu, aí ele falou: “então você devia ser orgulhar muito disso!” Por que o cuiabano fala assim, “djá, djá”, “djá vou”?

Por que quem povoou o Cuiabá, com uma história muito vergonhosa, que não contam em lugar nenhum, foram os Bororo. Os portugueses mataram os maridos delas, capturaram elas fazendo de prisioneira, e aí faziam as relações sexuais com elas, chantageavam e tal, e aí começam a povoar Cuiabá. Então, por isso que essa língua deles é isso devido aos Bororo, por causa do “J”, né? Se não me engano a gente não tem o “L”. Então, o cuiabano tem isso devido ao histórico de fundação de Cuiabá, que foi muito triste.

Seguindo sua narrativa, sem grandes preocupações com a cronologia, Jukureakireu mais uma vez faz referência às monções⁸⁴, aludindo a uma derrota que os Boe teriam imposto a Pascoal Moreira Cabral⁸⁵, ainda no século XVII, pouco antes da descoberta de metais preciosos

⁸⁴ As monções foram campanhas bandeirantes regulares que, nos séculos XVIII e XIX, se utilizavam da navegação em grandes canoas por rios do Sudeste e Centro-Oeste do Brasil que desaguavam no interior do país. Estas expedições partiam dos territórios que atualmente pertencem às cidades de Porto Feliz e Itu, às margens do Rio Tietê, sempre na estação das águas (entre março e abril), quando os rios eram navegáveis com menos adversidades, minimizando os riscos de uma jornada invariavelmente perigosa e que durava em média cinco meses até atracar nas minas cuiabanas. Inicialmente, conduziam paulistas para a prospecção e mineração de metais preciosos e de outras riquezas, porém, depois de instaladas as minas, tornaram-se caravanas de abastecimento, transportando mercadorias para o comércio nas regiões de garimpo, uma vez que lá nada, ou quase nada, se produzia, já que todos os esforços eram concentrados na própria mineração (HOLANDA, 2014).

⁸⁵ Pascoal Moreira Cabral: “Paulista, irmão de Jacinto Moreira Cabral, teve o pòsto de coronel de auxiliares e foi casado com Mariana Leme, residindo em Sorocaba. Andou percorrendo sertões em busca de minas de prata e depois se associou, em 1682, com seu irmão, Manuel Fernandes de Abreu e o capitão-mor Martim Garcia Lumbria, a fim de, obtida autorização régia, explorarem o ferro do morro do Araçoiaba. Faleceu naquela vila em 6 de novembro de 1690, deixando geração (Silva Leme – genealogia – VII, 431)” (FRANCO, 1954, p. 87).

na região pelo sertanista, o que teria motivado a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.

Jukureakireu: Se não me engano, Pascoal Moreira Cabral chega na época das águas e essas viagens eram estratégicas, na época das águas eles viajavam muito, aproveitando que era um caminho mais fácil de chegar muito mais longe, explorando os rios que tinha para viajar. Então ele chega lá no tal do Barra do Córrego do rio Mutuca, e isso aí você me perdoa que eu não me lembro mais como que é em Bororo, mas era uma aflente do Coxipó, e o Coxipó um aflente do Cuiabá. E aí ele tenta subir, mas a certa altura [havia] muitos Boe, muitos Bororo, e eles conseguem fazer ele recuar.

Então eles falam na história que derrotaram ele ali. E aí ele volta e acho que estava quase escurecendo, fim do dia, e ele volta para o Cuiabá, né. Aí ele consegue chegar na Barra, zona de confluência, onde mistura dois rios, eu não sei a palavra técnica certa... e ali ele acende um fogo... um dos primeiros objetivos dele era capturar a gente para fazer escravo, né, e também marcar território. O Brasil também lutava por isso, quanto mais território desbravasse, mais chance do nosso país ser maior, né, já tem essa ideia... então ele chega e se prepara para pousar ali, acende fogo e tal, aí quando escurece a terra toda brilha ao redor dele e ele descobre o ouro sem querer!

Mas não era esse tesouro tipo de Minas Gerais que durava para sempre, né. Era aquele ouro, me desculpa o português, aluvião, que era rodado pelo pela enxurrada das chuvas, jogado no rio, e esse ouro andava, jorrava, entendeu? Era muito, muito, muito *meriri ekrewu*, né, a questão do brilho. E aí ele fica louco ali. Então já começa a arrumar a estratégia de fundar Cuiabá, que é nossa capital hoje lá em Mato Grosso, explorar aquele ouro, pegar essa riqueza, que para nós era simples pedra.

Neste ponto, Jukureakireu faz uma reflexão a respeito da relação dos Boe com o ouro. Se naquela época o metal precioso era “simples pedra” para os Boe, atualmente ele considera que gostaria de encontrar o rio cheio de ouro, mas para restituir pelo menos parte do território de seu povo usurpado pelo projeto colonial. Mais uma entre tantas evidências de protagonismo, de autonomia do pensamento indígena:

Jukureakireu: Claro que tem toda uma cosmologia nossa, de primazia, mas não era tão valioso, que nem para o europeu, naquela época. Hoje eu queria achar o Coxipó cheio de ouro (risos), comprar um pouco de terra de volta, que nós perdemos. Mas aí começa o conflito, eram muitas aldeias por ali naquela época e ele começa a sair com o ouro naquelas embarcações que eram uma madeira, né, não tinha barco chique, então era só uma madeira, que eles cavocavam o meio.



Figura 8 – *Partida da Monção* – José Ferraz de Almeida Júnior. Óleo sobre tela, 3,9m por 6,4m, 1897. Integra o acervo do Museu Paulista (Museu do Ipiranga), cidade de São Paulo.

Retornando à guerra contra seus parentes Kayapó do Sul, Jukureakireu segue a conversa, que novamente vai ao encontro de fatos e eventos narrados na documentação historiográfica. Menciona os aldeamentos Boe instalados pelo projeto colonial durante a guerra justa ao longo do Caminho dos Goyazes, estratégia militar colonial fartamente documentada, avaliando que estas “aldeias” não eram como as tradicionais aldeias do povo Boe, mas presídios em que confinavam os Kayapós capturados em combate.

Antônio Jukureakireu: Mas voltando lá para a história, que a gente levava o ouro por água, passava por Mato Grosso do Sul. Saia essa estrada aqui por Goiás, no seco, para chegar em São Paulo. Acho que naquela época não tinha tanta técnica de fazer ponte, né, então tinha que ser bem estratégico para chegar... e aí quando a gente depara com esses parentes guerreiros também. Com certeza eles estavam defendendo o território, mas aí ele vem com 500 guerreiros e começou uma guerra de não sei quantos anos.

Aí que se criam algumas aldeias Boe no Triângulo Mineiro. Hoje acabou tudo, né, mas não era um território nosso, era defendendo os interesses dos portugueses de Cuiabá. Criaram-se três ou quatro aldeias. Aldeia cadeia, aldeia prisão, onde o índio prisioneiro era o parente Kayapó do Sul e os guardas era os Boe. Já pensou, que loucura? O índio mesmo cuidando do índio! E aí nasce a palavra *kayamo*, né, que é “inimigo”

Ficou muito tempo e aí conseguiram fazer uma estrada, depois foram fazer uma outra estrada, que aí o ouro começa a acabar,

aí os Bororo começam a fazer outra estrada, para Minas Gerais direto, não para São Paulo (grifo nosso).

Apona ainda que outros parentes, os Paresí (que se autodenominavam Halíti) – povo tradicionalmente agricultor – também sofreram com os esforços de guerra dos “brancos”, espoliados pelas tropas em deslocamento que lhes roubavam as roças e provocavam a fome e a miséria mesmo em uma nação pacífica e alheia à guerra que promoviam. É digna de nota a observação que Jukureakireu faz sobre a sensível dependência alimentar dos agentes coloniais da produção indígena, e também a respeito da falta de menções (ou a minimização) sobre este fato na história contada pelos “brancos”:

Jukureakireu: (...) exploravam nossos parentes Halíti, os Paresí, que desde lá do começo são agricultores, eles já plantavam mais que a gente. Então, quando acabava, ou quase acabava, a comida dos militares, eles atacavam nossos parentes Paresí, roubando a comida deles. **Mas vocês não contam que eles roubavam a comida dos índios para sobreviver.**

E um dos parentes muito afetados foram os Halíti, os Paresí, por que eles não tinham técnica nenhuma de guerra, o objetivo deles era plantar, eles eram agricultores, eram um povo indefeso. Ainda bem que os Boe não passaram lá, senão tinha dizimado. Então, eles davam muita comida para essas comitivas... (grifo nosso).

Em um ponto de convergência com a narrativa oral da cacica Luciene Jakomearegecebado, Antônio Jukureakireu retoma a história da confusão entre os Kayapó do Sul e os Xavante, mas a localiza temporalmente no fim da guerra. No retorno de parte dos guerreiros Boe para casa, em um momento em que os Xavante também eram expulsos de seu território pelo projeto colonial e invadiam os domínios dos Boe, estes se veem obrigados a retaliar (mais uma vez é indispensável assinalar que os Xavante só chegaram ao Mato Grosso no século XIX, portanto depois da guerra dos Boe contra os Kayapó). Aqui, mais uma vez Jukureakireu faz a louvação das qualidades do guerreiro Bororo:

Jukureakireu: Talvez o senhor já saiba, mas para deixar bem claro que através dessa guerra com os parentes Kayapó, muitos voltam, muitos Bororo conseguem voltar. Eles até se perdem um pouco, o governo não tem mais recurso para lutar, dá uma trégua, arruma outras estratégias usando os índios e é aí quando os parentes Xavante começam a perder seu território.

E aí eles vêm, caçando um lugar para se instalar, saem do território deles e entram no território Bororo, e quando a gente viu que eram os Xavante, pensamos nos Kayapó, achamos que eram os Kayapó, aí por isso ficaram os Xavante como *kayamo*.

Mas a briga com os Xavante era por território. E eram uns índios muito fortes, muito guerreiros também.

A única coisa é que eles não tinham estratégia de guerra. Eles brigavam sem estratégia, desgovernadamente, os meus anciãos falam, né. Um dos melhores arqueiros que a gente tinha falava que era... o meu avô, né, chegou matar muito. O meu o meu bisavô se chamava Antônio Aduko e ele foi ele foi um desses caras que eu falei para você, ele era especial, né. Você assistiu aquele filme do atirador? Deve ter assistido, eles eram sniper de flecha. Botavam uma flecha dentro do seu olho, onde você quisesse. Eles eram arqueiros, né, eu vou falar arqueiro.

O *tugobaigare* tinha que ter essas técnicas de resistência, ele lutava com a onça, mas não matava onça, chegar e atirar. O jeito de matar onça era diferente, depois eu te conto se você quiser saber. Quando a gente vê os Xavante chegando, invadindo nosso território, começa outra briga, disputa de território. Não porque eles quiseram invadir, mas por que foram empurrados.

E aí a gente começa essa batalha com o povo Xavante e ainda hoje ainda ficou um pedaço do Meruri e os Xavante. É uma história... cada um tem a sua versão, mas a gente também usava umas técnicas espirituais que os Xavante tinham muito medo, né, do Aroe Ikuie Powari do Bororo.

Entrevistador: O que é?

Antônio Jukureakireu: Aroe Ikuie Powari, são as cabacinhas que a gente faz quando alguém morre. Se eu morrer, aí tem eles lá que são do outro lado, do clã norte.

Eles vão fazer o trabalho funerário para mim, vão fazer a minha cabaça, vão ser um representante social meu. Então esse Aroe Ikuie Powari fica com a mãe das almas, que seria minha mãe ou irmã minha, se minha mãe não estiver aqui mais. Então é tipo uma ponte entre o metafísico e o físico, igual ao Pariko⁸⁶, né... Foi assim que a gente começa a briga com os Xavante. E meu avô fala que eram duas flechas para derrubar um Xavante.

E os Bororo eram muito estrategistas, eles monitoravam o inimigo também. Descobriram que eles tinham uma casa no centro onde eles... era cultural deles guardarem as armas e já os Bororo ficavam com elas em casa, igual vocês. Você tem um revólver e ele anda com você. Quando os Bororo atacavam as aldeias deles, eles tacavam fogo na casa e os homens saíam

⁸⁶ “Usado à altura do vértex com os atilhos amarrados no occipício, o pariko Bororo é um diadema vertical, de forma semi-circular, composto, na maioria dos exemplares, de três feiras de penas sobrepostas, inseridas num suporte flexível de nervuras de palmeira, revestidas por tiras de folíolos da mesma planta. A vida social dos Bororo é estruturada na dualidade, onde duas metades exogâmicas se dividem em quatro clãs e que subdividem em outros sub-clãs. Essa divisão criou um estoque de bens materiais e imateriais para cada segmento dessa sociedade. Nessa estrutura social, o Pariko, cuja confecção é de exclusividade masculina, aparece como um artefato identificador do povo Bororo e, conseqüentemente aos seus clãs e sub-clãs que produzem seu próprio Pariko, sendo vedado à manufatura de um determinado estilo ou modelo por outro clã ou sub-clã” (MERIREU, Antonio João de Jesus. Pariko – Símbolo do Poder e da Beleza. Overmundo, 2011. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/pariko-o-simbolo-do-poder-e-da-beleza-1>> Acesso em: 22/08/2023).

correndo para pegar as armas e lá já estavam os tugobaigare só para ver o tombo, né. Era muito feio, foi muito feia essa história, a guerra do povo Bororo com os Xavante. Aí misturou também a guerra do povo Bororo junto com os não-indígenas.

Os nossos guerreiros tinham que correr para passar do cavalo, né. Era muito veloz! Então a gente corria atrás dos militares no chão, para passar lá na frente e achar uma posição boa, para poder flechar. Tinha que correr mais que o cavalo. E esse Aroe Ikuie Powari ficava atrás, então dizem que quando a gente corria muito ele fazia um barulho, então os Xavante já sabiam que nós estávamos apertando... eles tinham muito medo desse barulho.

Mais à frente, Jukureakireu manifesta novamente a independência do pensamento Boe. Estabelece um comparativo da complexidade social dos Boe com a dos Maias ou Incas e ainda que admita professar a fé católica, contrapõe a imposição religiosa do padre Ochoa⁸⁷ com argumentos internos da própria doutrina cristã, numa astuta apropriação do repertório colonialista em defesa da cosmologia de seu povo:

Antônio Jukureakireu: E o meu povo era um dos mais complexos, de organização. Um dos mais organizados que a gente eles acham que a gente foi aqui na América do Norte, se não me engano os Maias ou os Incas. Eles falam que a gente veio de lá, descendo. Eu não acredito, que a minha cosmologia fala outra coisa! Vestígio de Boe na Colômbia, dizem que viemos lá da América Central, descendo. Mas é uma ciência que não é nossa. entendeu

Você deve conhecer o padre Ochoa, que morreu há pouco tempo, um cara que estudou muito a gente, dedicou a vida estudando. Ele falou para mim que a gente veio de lá [da Colômbia]. Eu falei: não, padre, eu te respeito, mas fica para você o seu estudo, mas eu tenho a minha cosmologia. Aí ele falou: “é, mas tem que aceitar Deus”. Eu falei: sim, eu já aceitei e não sou ninguém contra Deus. Quem é o criador do céu e da terra? Aí ele: “é Deus!” Aí eu falei: **se ele é criador do céu e da terra, eu tô onde? Na terra, então ele me criou também, do meu jeito** (grifo nosso)!

Na mesma linha de raciocínio, mesmo sempre fazendo questão de deixar claro que é convertido ao credo cristão, não se furta o direito a uma crítica incisiva a respeito do que entende

⁸⁷ Nascido em 1929 na Colômbia, o padre Gonçalo Ochoa graduou-se em filosofia no ano de 1951, em Mosquera, e em teologia no Estudantado Teológico Salesiano de Bogotá. Foi ordenado sacerdote em 1958, mesmo ano em que chegou ao Brasil, onde foi incorporado à Inspeção Santo Afonso Maria de Ligório/ Missão Salesiana de Mato Grosso – MSMT. Dois anos depois foi destinado para trabalhar com os Bororo da Aldeia Meruri, onde permaneceu por várias décadas, presenciando episódios importantes como a demarcação de seu território. Durante este processo, testemunhou o assassinato do padre Rodolfo Lunkenbein e do Bororo Simão Cristino Koge Ekudugodu, cometido por posseiros inconformados com a demarcação. Padre Ochoa foi autor de vários livros a respeito dos Bororo, a exemplo do *Dicionário da Língua Bororo*, *História Mítica Bororo*, *Processo Evolutivo da Pessoa Bororo*, *Pe. Rodolfo Lunkenbein, Uma Vida pelos índios de Mato Grosso*, *Ritual da Missa em Bororo* e *Novo Testamento em Bororo*. Faleceu em Campo Grande – MS, em 08 de julho de 2023, aos 93 anos.

como a descoberta do ponto fraco de seu povo, a introdução do álcool nas comunidades Boe por agentes eclesiásticos, reputando o expediente como um instrumento colonial de enfraquecimento e subalternização dos indígenas.

Antônio Jukureakireu: (...) e aí acontece um problema muito grave, que nós lutamos até hoje, né, que destrói... Sem querer, igual eles descobriram o ouro de aluvião sem querer, eles sem querer descobriram um ponto fraco do povo Boe, que aí foram tomar cachaça juntos e o Bororo gostou e até hoje não parou. E aí, ele viu a oportunidade de explorar os Bororo usando a cachaça.

Hoje eu sou católico, mas eu fiquei assim... não sei nem que palavra usar. Eu fiquei passado, sei lá, quando eu descobri que até os jesuítas também usavam o álcool para dominar o Boe. Na base onde foi feita a [Terra Indígena] Tereza Cristina e a Princesa Isabel. Princesa Isabel foi invadida, destruíram, né, e ficou a [TI] Tereza Cristina, e lá tinha uma Alambique e quem cuidava lá eram os Jesuítas, que o governador, o chefe da época, mandou para proteger a gente ali, por que estava morrendo muito. E aí ele viu que acalmou um pouco, ali.

E aí começa a morrer muita gente... o pessoal descendo de Goiás aqui, começa a matar o pessoal na região do Meruri. Isso em 1902 já, quase. Aí ele manda esse grupo de Jesuíta para cá, para salvar os Boe (risos), que estavam sendo dizimados (grifo nosso).

De maneira que, após a escuta atenciosa, a gravação, a leitura e a releitura das entrevistas coletadas, nos foi imposto um significativo aprendizado que ultrapassa a letra fria da simples revisão bibliográfica e da pesquisa documental. A humanização do agente histórico Bororo por meio da tradição oral, do discurso vivo de seus descendentes, em contraponto à sempiterna desumanização de seus corpos e saberes cometida pela documentação colonial e por boa parte da produção acadêmica, enfim, da historiografia clássica, matiza e adiciona nuances que o texto escrito não alcança e que se revelaram de grande valor para o presente trabalho.

A ciência histórica, por meio da abertura e acolhida genuína de outras epistemologias, tem na tradição oral indígena uma fonte fecunda não só de pesquisa, mas de possibilidades reais de evolução da prática historiográfica. Como diz o mote do movimento indígena contemporâneo, “antes do Brasil da coroa, existe o Brasil do cocar”, portanto, admitir que a história indígena, aquela contada por seus próprios protagonistas, é parte indispensável da historiografia é um passo importante para a admissão e inteligência genuína de outras epistemes.

Amadou Hampâté-Ba⁸⁸ avalia que a modernidade, período em que a escrita passa a ter primazia sobre a oralidade, em que a palavra escrita torna-se a portadora capital do legado

⁸⁸ Mestre da tradição oral africana, Amadou Hampâté-Ba foi um dos maiores pensadores da África no século 20. Nascido no Mali, em 1900, é da primeira geração malinesa com educação ocidental. Seu vínculo com a tradição

cultural, demorou muito (e ainda hoje se atrasa) para perceber que nações sem escrita não eram, de forma alguma, povos sem cultura (HAMPATÉ BÁ, 2010, p. 167). Em síntese, voltamos a Vansina, estudioso da África Central, para quem o historiador deve trabalhar com paciência para adentrar em uma representação coletiva, “já que o corpus da tradição é a memória coletiva de uma sociedade que se explica a si mesma” (VANSINA, 2010, p. 140). Assim, nos é imperativo concluir que o historiador comprometido com uma reescrita de parte da história indígena, levando em conta o que têm a dizer seus protagonistas, precisa, primeiramente, estar verdadeiramente aberto à compreensão do *modus pensandi* da sociedade oral, antes de pretender interpretar suas tradições.

A admissão da história oral como instrumento legítimo da pesquisa histórica, com *status* de complementaridade junto aos demais métodos já exercidos e aos que ainda serão elaborados, só tem a contribuir com o desenvolvimento da historiografia. Como pudemos constatar neste capítulo que ora se encerra, há vários pontos de contato entre a tradição oral indígena e os registros bibliográficos e documentais produzidos pelos não-indígenas, o que por si só sugere que, a despeito do protesto dos puristas e conservadores, a história falada anda em paralelo com a história escrita e que, como cada uma delas naturalmente tem seus predicados e defeitos, pode uma preencher lacunas deixadas pela outra, em um movimento não de totalização, de esgotamento, mas de ampliação do horizonte histórico e, assim, de nossa compreensão do passado e do presente. A revisão e reconstrução da história indígena, garantida sempre a fala dos maiores interessados – os próprios povos originários (como na presente dissertação que aqui é encerrada), é um movimento sem volta, ainda que de evolução lenta e pesada em vista dos obstáculos que o *status quo* capitalista deixa atravessados no caminho. Depois de mais de cinco séculos de dominação hedionda o projeto colonial não conseguiu extinguir as diferenças e planificar as identidades, mesmo causando tantas mortes e tanta destruição aos Kayapó do Sul, aos Boe, aos Xavante, aos Paresí e a tantos outros povos, que hoje têm nas mãos, como sempre tiveram, o protagonismo sobre seus próprios destinos.

oral dos Fula (povo de pastoreio, nômade) o levou a buscar o reconhecimento da oralidade africana como fonte legítima de conhecimento histórico. Participou da estruturação dos primeiros projetos que usam as fontes orais de maneira sistematizada, como em "História Geral da África", publicada pela Unesco em 1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um imaginário coletivo tão profundamente enraizado que logra dissimular o que seria evidente é resultado de séculos de uma dominação que se pretendia total, de corpos e mentes. Porém, vimos que não. Ainda que a maioria dos homens “brancos” tenha convenientemente se deixado enganar – já que o projeto colonial foi um sistema de hegemonia branca criado e mantido para assegurar seus privilégios, os Kayapó do Sul encontraram meios para contornar a tirania colonial, seja por meio da resistência violenta ou da simples recusa ao modo de vida europeizado. Ainda que racializados, violentamente combatidos e escravizados, mantiveram-se cultural, ética e cosmogonicamente conectados à sua própria tradição, a despeito das constantes tentativas de anulação de suas singularidades étnicas, de seu modo de viver ancestral.

Os indígenas foram homens e mulheres feitos do mesmo material que os portugueses, mas essa verdade insofismável foi negada durante séculos pelo discurso colonial, que os desumanizou e os reduziu a bárbaros amorais, selvagens que deveriam ser caçados e mortos; ou a criaturas incapazes de governar a própria vida, carentes da compaixão e da tutela dos colonos que, sob o pretexto da salvação cristã, os apresentavam ao martírio e à impiedade. Essa redução, para além daquela que tentou obrigá-los a viver como brancos nos aldeamentos, naturalmente encobriu a complexidade social de sua comunidade, cuja dinâmica arrojada o não-indígena demorou a desvendar, optando ao longo dos séculos por uma ignorância deliberada, o que servia aos seus propósitos predatórios e, de certa maneira, justificava suas atrocidades.

Como humanos dotados de suas faculdades características, os indígenas foram, são e sempre serão capazes de pensamento livre e autônomo, portanto de agência, de protagonismo histórico, de ações decoloniais. Este é um fato, uma condição dada, e como dado não deveria haver refutação possível, mas sabemos que houve. O que esta pesquisa fez foi buscar na documentação e na bibliografia os registros que, mesmo negando a humanidade indígena, demonstram a independência de suas ações e a racionalidade de suas reações. Acreditamos ter conseguido, nas tantas páginas acima, catalogar vários exemplos do tipo, redigidos de acordo com a narrativa colonial, mas que mesmo assim não conseguem ocultar de todo a soberania da nação Kayapó do Sul. Como na dependência que a Coroa portuguesa tinha dos Kayapó do Sul para o povoamento da capitania de Goiás, durante a transição da economia mineradora para uma realidade agropastoril, a partir das últimas décadas do século XVIII; na resistência violenta e intransigente dos Kayapó à usurpação de seu território; na sua rejeição categórica à doutrina cristã; nas reações dos agentes coloniais às suas iniciativas, como no caso da troca da Estrada

do Anhanguera pela Picada de Goiás; nas “estruturas simbólicas e pragmáticas diferenciais de apropriação e incorporação de bens materiais e simbólicos” (MANO, 2020, p. 20) tomados dos agentes coloniais em combate; na dinâmica da guerra de vingança, com ataques planejados em retaliação a eventos específicos; nas ações dirigidas para a destruição física e material dos “brancos”, bem como para provocar-lhes danos morais; na negociação e troca de saberes; na escolha do local de construção do aldeamento Maria I e na recusa de habitar as casas construídas pelos não-indígenas; nas fugas e revoltas deflagradas neste e em São José de Mossâmedes e na evasão total após o falecimento de uma de suas líderes, Damiana da Cunha – ela própria um exemplo exuberante, modelar, de protagonismo indígena. Estes são apenas alguns dos tantos exemplos de protagonismo histórico, de ações decoloniais indígenas arrolados nesta pesquisa.

Porém, ao fim deste trabalho, a conclusão que se impõe é que ainda há muito a ser examinado, narrado e considerado no que diz respeito à história indígena em geral, e mesmo a respeito da guerra justa contra os Kayapó, em particular. A análise documental e bibliográfica – etapa metodológica que formou a paisagem histórica em que se desenrolaram os fatos registrados, ganhou muito em vivacidade com as entrevistas dos indígenas convidados. Estes testemunhos enriqueceram o estudo sobremaneira, principalmente a partir da confrontação de seu conteúdo com os registros documentais e bibliográficos produzidos pelos não-indígenas. Os vários pontos de contato sugerem que a tradição oral indígena tem muito a contribuir para a historiografia, para a reconstrução de sua própria história. Como na correspondência entre a fala de Antônio Jukureakireu – liderança Boe, com os registros de Von den Steinen e Ehrenreich a respeito do termo *Kayamo*; sobre a bravura do guerreiro Boe, assinalada por Lisandra Zago; ou ainda com relação aos aldeamentos Boe instalados pelo projeto colonial ao longo do Caminho dos Goyazes, para servir de fortificações contra os Kayapó, entre tantos outros exemplos apontados nos depoimentos dos indígenas. O adágio decolonial que apregoa a admissão de *outras epistemologias* não poderia ter um exemplo mais bem-acabado, pois este é um diálogo direto, claramente assimétrico, porém desierarquizado. A oralidade indígena como conhecimento equivalente e complementar da ciência histórica.

De acordo com Enrique Dussel, a troca intercultural deve ser transversal, “deve partir de outro lugar, para além do mero diálogo entre eruditos do mundo acadêmico (...) Deve haver um diálogo multicultural que não pressupõe a ilusão de simetria” (DUSSEL, 2005, p. 64). A partir do final dos anos 1960, que era então considerado como mundo metropolitano e mundo colonial passa a ser qualificado como “centro” e “periferia”. Não era apenas uma questão terminológica, semântica, mas conceitual, que admitia um rompimento com o conceito “substancialista” de cultura. A assimetria dos atores deveria ser levada em conta em todos os níveis. Dussel propôs o conceito de transmodernidade, que implica em uma abordagem crítica do eurocentrismo que está para além da modernidade e da pós-modernidade; além do diálogo

de superioridade eurocêntrica com as designadas culturas periféricas inferiorizadas. Ou seja, a transmodernidade assinala as perspectivas que se posicionam além e aquém das estruturas estimadas pela civilização euro-americana moderna, que foram se movendo em direção a uma utopia pluriversal. De acordo com a leitura de Dussel, Portugal (e, é claro, a Europa) manteve-se hegemônico por que impôs às colônias americanas uma “modernidade ideal”, modelo a ser perseguido por todos os povos “civilizados”.

Esse é um dos tantos motivos que fazem da admissão de outras epistemologias, um dos movimentos mais importantes para o estabelecimento de uma historiografia comprometida com a reconstrução da história indígena, que leve em consideração o que tem a dizer os seus protagonistas de fato e de direito. O saber europeu pretende-se precípua, primordial, mas para manter essa sua condição precisou rebaixar qualquer outro tipo de conhecimento que fosse diverso, atrasando uma troca intercultural que pode ampliar nossa compreensão sobre a constituição do período colonial e, assim, do próprio Brasil como projeto de país. Esta dissertação de mestrado é apenas mais um tijolo assentado nessa lenta, mas gradual e permanente, reconstrução histórica.

Atualmente, como vimos, os Kayapó do Sul – autodenominados Panará, vivem no norte do Mato Grosso do Sul. Depois de considerados extintos ao longo de boa parte do século XX, em 1968 os irmãos Villas-Bôas, tentaram estabelecer contato por ocasião da abertura da BR-163, mas uma aproximação só foi aceita em 1973. Arredios, os indígenas eram pródigos em dismantelar suas aldeias para fugir, as reconstruindo em outros locais que julgavam mais seguros, até que os “brancos” novamente os localizassem. Uma vez contatados, foram atingidos pelos vírus que circulavam entre os operários da construção da rodovia. As mortes foram tantas que, na altura de 1975, os Panará quase foram extintos mais uma vez. No mesmo ano foram deslocados para o Parque do Xingu, onde permaneceram até a década de 1990. Em 1º de novembro de 1996 o então ministro da Justiça, Nelson Jobim, promulgou a demarcação e a posse permanente da Terra Indígena Panará, com 494.017 hectares, nos municípios de Guarantã (MT) e Altamira (PA)⁸⁹.

É de lá que os Panará – Kayapó do Sul, seguem resistindo às investidas do projeto colonial que, atualizado e remodelado, manifesta-se, entre outras frentes, no agronegócio e na grilagem de terras que ainda hoje assediam territórios indígenas.

⁸⁹ PANARÁ, Komoi; PANARÁ, Paturi. Kiarãsa Yô Sâti – O Amendoim Cotia. YouTube, 09/09/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w6ueRq-k8ic>>. Acesso em 15/11/2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Katia Maria. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960. 2v.

ALARCÓN-CHÁIRES, Pablo. Epistemologías otras. Conocimientos y saberes locales desde el pensamiento complejo. México: Tsintani, AC/IIES, UNAM, 2015.

ALBISETTI, C. E; VENTURELLI, A. J. Enciclopédia Bororo I. Campo Grande, 1962.

ANDRADE, Oswald. Uma adesão que não nos interessa. Revista de Antropofagia, 2ª edição, nº 10, Diário de São Paulo. 1929.

AZEVEDO MARQUES, Manoel Eufrásio de. Apontamentos Históricos, Geographicos, Estatísticos e Noticiosos da Provincia de São Paulo. Typ. Univ. de H. Laemmert, Rio de Janeiro, 1879.

AZEVEDO, Vania Maria Ramos de. Marcha para o Oeste: direito à propriedade ou sujeição ao trabalho? Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, Caderno 3, n. Especial, p. 93-117, dez. 1989.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: Revista Brasileira de Ciência Política, no 11, pp. 89-117. Brasília, 2013.

BANIWA, Gersen. Educação Escolar Indígena no Século XXI: Encantos e desencantos. 1ª edição. – Mórula, Laced, Rio de Janeiro, 2019.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, 1999.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Verano Editora, Brasília, 2000.

BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens. Brasília: Ed. Verano; São Paulo: Takano, 2002.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Diccionario Bibliographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. 7 v.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro; MENEZES, Kalyne. Narrativas do Correio Official de Goiás sobre a pandemia da gripe espanhola de 1918. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2020.

BOURGUIGNON, Leonardo Nascimento. Valentes, diabólicos, invencíveis e aliados: Goitacá, Temiminó, portugueses, franceses e jesuítas na Capitania do Espírito Santo. In: Brasiliana – Journal for Brazilian Studies. Vol. 5, n.1, p. 125-146, King's College London, 2016.

BRASILHIS Database. Personel networks and circulation in Brazil during the hispanic Monarchy, 1580-1640. 2023, disponível em <<https://brasilhis.usal.es/en/node/10946>>, Acesso em 11/05/2023.

CAMPOS, Antonio Pires de. Breve noticia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio barbaro que ha na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu reconcavo. In: Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil, tomo XXV, Typ. de D. Luiz dos Santos, p. 437-449, Rio de Janeiro, 1862.

CAMPOS, Neide da Silva; GRANDO, Beleni Saléte. Narrativas sobre a Centralidade da Mulher numa Sociedade Atual – Perspectivas Bororo. In: Cadernos de Gênero e Diversidade. Vol 04, N. 03, UFBA, Salvador, Jul.- Set., 2018.

CAPEL, Ronaldo. O Governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo: aspectos políticos e econômicos (1788-1797). Universidade de São Paulo (dissertação de mestrado), São Paulo, 2015.

CASAL, Manuel Aires de. Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. Ed. Comissão do IV Centenário de São Paulo, São Paulo, 1954.

CHASTAN, Lita. Goiás: extremo sudoeste – geo-história e ecoturismo: na trilha dos caiapós. Goiânia, CERNE, 1996.

CHERNELA, Janeth M. Righthing history in the northwest amazon: Myh, struture and history in an Ararapço narrative. In: HILL, Jonathan (org). Rethinking history and myth – indigenou south american perspective on the past, p. 35 – 49. Univesrity of Illinois press, Chicago, 1988.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. Enciclopédia de literatura brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v.

COUTINHO, Higor. NASCIMENTO, Patrícia Emanuele. NAZARENO, Elias. Agência e Sujeição: notas sobre a relação entre autoridades coloniais e guerreiros Bororo, na guerra justa contra os Kayapó. In: revista Antígona, p. 123-151. UFT, Palmas, 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre a servidão voluntária: outro discurso. Escravidão e contrato no Brasil colonial. In: Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2ª edição, 1998.

DUSSEL, E. Filosofia da Libertação: Crítica à Ideologia da Exclusão. 3a ed., São Paulo, 2005.

EHRENREICH, Paul. Divisão e distribuição das tribus do Brasil segundo o estado actual dos nossos conhecimentos. Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, t. VIII, p. 3-55, 1892.

ELLIS, Myriam. São Paulo, de capitania a província: pontos de partida para uma História político-administrativa da Capitania de São Paulo. In: Revista de História, [S. l.], v. 52, n. 103,

p. 147-216, 1975. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133149>> Acesso em: 19/01/2023.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano – Pesquisas nos documentos seiscentistas publicados pelos governos estadual e municipal. Typographia Piratininga, São Paulo, 1924.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

FLEIUSS, Max. História Administrativa. In Dicionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil. Commemorativo do Primeiro Centenario da Independência. Vol. I, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1922.

FRANÇA, Basileu Toledo. Pioneiros: romance histórico da fundação de Jataí e contribuição ao estudo do povoamento de Goiaz. Editora da UFG, Goiânia, 1995.

FRANCO, Eduardo Ferraz; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Os Panará e a Formação Sociocultural do Sudoeste Goiano. In: Dinâmicas Territoriais do Cerrado, p. 19-37. Editora UEG, Anápolis, 2023.

FREITAS, Ludmila Gomides. O sal da guerra: padre Antônio Vieira e as tópicas teológico-jurídicas na apreciação da guerra justa contra os índios. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

FU-KIAU, Kimbwandende Kia Bunseki. African cosmology of the bantu-kongo: principles of life and living. 2.ed. Nova Iorque: Athelia Henrietta Press, 2001.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIRALDIN, Odair. Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

HABER, Alejandro. Nometodología Payanesa: Notas de Metodología Indisciplinada. In: Revista Chilena de Antropología N° 23, 1º Semestre, Departamento de Antropologia, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile, 2011.

HAMPÂTÉ-BA, Amadou. A tradição viva. In: UNESCO. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Brasília/UNESCO, 2010.

HEELAS, Richard. The social organization of the Panará, a Gê tribe of Central Brazil. University of Oxford, Phd. Tese. St. Catherine's Colege, 1979,

HERBETTA, Alexandre Ferraz. NAZARENO, Elias. Sofrimento acadêmico e violência epistêmica: considerações iniciais sobre dores vividas em trajetórias acadêmicas indígenas. In: Tellus, Campo Grande, MS, ano 20, n. 41, p. 57-82, jan./abr. 2020.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. São Paulo, Companhia das Letras, 4ª edição, São Paulo, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Pensamento Histórico no Brasil nos últimos 50 anos. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGENIO, João Kennedy (orgs). Sérgio Buarque de Holanda Perspetivas. P. 601-615. Rio de Janeiro/ Campinas: EdUERJ/Editora da UNICAMP, 2008.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/Objetivam 2009.
- KARASCH, Mary. Catequese e Cativo: Política indigenista em Goiás: 1780-1889. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). História dos Índios no Brasil, pp.397-412. Companhia das Letras - Fapesp, São Paulo, 1992.
- KARASCH, Mary. 1997. Conflito e resistência interétnicos na fronteira brasileira de Goiás, nos anos 1750 a 1780. In: Revista da SBPH, nº 12, pp. 31-49, Curitiba, 1997.
- KARASCH, Mary. Damiana da Cunha: Catechist and Sertanista. In: SWEET, David G.; NASH, Gary B. Struggle and Survival in Colonial America. Berkeley: University of California Press, 1981.
- KERN, Gustavo da Silva. As proposições eugenistas de Roquette-Pinto: uma polêmica acerca do melhoramento racial no Brasil. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília, 2017.
- KOK, Glória Porto. O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.
- LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. Diários de Viagem. Typographia de Costa Silveira, São Paulo, 1841.
- LIMA, Maria Eloá de Souza. Serra do Cafezal II: Outros retratos e outras lembranças. Goiânia: CERNE, 1996.
- LIMA, Maria Eloá de Souza. Serra do Cafezal: Retratos e lembranças. Jataí: Gráfica Jataí, 2014.
- LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: EDUFU, 2005.
- LUIS, Washington. Capitanis de São Paulo – Governo de Rodrigo Cesar de Menezes. Companhia Editora Nacional, Série 5ª Brasileira, vol. 111, Bibliotheca Pedagógica Brasileira 2ª edição, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, 1938.
- MACHADO, José Pedro. Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa. Livros Horizonte, Lisboa, 2003.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al de-sarrollo de un concepto, en El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémico más allá del capitalismo global, Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), p.127-168. Siglo del Hombre, Bogotá, 2007.

MANO, Marcel. Guerras e saques: apropriações e incorporações diferenciais das alteridades entre os Jê – ‘Cayapó’ meridionais. In: Revista de Antropologia, v. 63, n. 3: e178850, USP, São Paulo, 2020.

MANO, Marcel. Mito e História: perspectivas do debate entre estrutura e evento em etnologia. In: revista OPSIS, v. 9, número 13, p. 191-216, jul-dez, UFCat, Catalão, 2009.

MESQUITA FILHO, Júlio de. A comunhão paulista. In: Revista do Brasil. v. XXI. n. 84. São Paulo, 1922.

MONTEIRO, Jácome. Relação da Província do Brasil. In: História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro, ed. INL, Tomo 8, 1949.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Tupis, Tapuias e Historiadores – Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência, Departamento de Antropologia – IFCH – Unicamp, Campinas, 2001.

MORAES, A. J. de Mello. Brasil Reino — Brasil Império. Typ. de Pinheiro & Cia, Rio de Janeiro, 1871.

MORI, Robert. Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiaes: guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre) séculos XVIII e XIX. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. Protagonismo indígena na capitania de Goiás e suas estratégias e atuações frente às políticas indigenistas do século XVIII. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

NAZARENO, Elias. O estado e as políticas linguísticas adotadas como estratégicas na formação da nação brasileira a partir do século XVI. In: Lídia de Oliveira Xavier; Carlos F. Domínguez Avila; Vicente Fonseca. (Org.). A qualidade da democracia no Brasil: questões teóricas e metodológicas da pesquisa. ed. Curitiba, v. 4, p. 299-317, Curitiba, 2019.

NAZARENO, ELIAS; ARAUJO, A. M.; HERBETTA, A. F. Quilombos de Pombal, Porto Leocardio, São Félix e Nova Esperança: análise dos fatores relacionados ao deslocamento e assentamento de suas populações entre os séculos XIX e XX. In: George Leonardo Seabra Coelho e Gilberto Paulino de Araújo. (Org.). EDUCAÇÃO DO CAMPO E CIDADANIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. ed. Palmas - Tocantins: EDUFT v. 01, Palmas, 2018.

NAZARENO, Elias; COUTINHO, Higor. A agência indígena em questão: do Brasil colonial à Queda do Céu. In: revista Debates Insubmissos, Ano 5, v. 5, número 18, Caruaru, 2022.

NAZARENO, Elias. História, tempo e lugar entre o povo indígena Bero Biawa Mahãdu (Javaé): a partir da interculturalidade crítica, da decolonialidade e do enfoque enactivo. Projeto de pesquisa desenvolvido no Núcleo de Educação Intercultural Takinahakỹ da Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, 2017.

NEME, Mário. Dados para a história dos índios Caiapó. Anais do Museu Paulista, São Paulo, tomo XXIII, p. 101 – 147, 1969.

NORONHA, Gilberto Cezar de. Viagem aos sertões enunciados: configurações do oeste de Minas Gerais. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

NUNES, Naidea: Antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV e XVI), in Dicionário Enciclopédico da Madeira. Ed. Aprender Madeira, 2015.

OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cavalcante de. Affonso de E. Taunay e a construção da memória bandeirante. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 387. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1995.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: História, Ciência, Saúde- Manguinhos, v. V, Suplemento. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1998.

PALACIN, Luís. A Extinção dos índios. In: Revista de estudos, metodologia e opinião, dedicada aos professores e aos interessados na História. Ano I – número 2, Grifo Edições, p. 50-57, Rio de Janeiro, 1972.

PALACIN, Luís. O século do ouro em Goiás (1722-1822). Estrutura e conjuntura numa capitania de minas. Ed. UCG, 4ª edição. Goiânia, 2001.

PEREIRA MORAES, Cristina de Cássia; DUARTE PEREIRA, Alan Ricardo. A nobreza na capitania de Goiás na perspectiva dos domínios ultramarinos. In: Acta Scientiarum. Human and Social Science. Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30733165801>>. Acessado em 16/08/2023.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

PINTO, Roquette. Rondônia. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919.

PORTELLI, Alexandre. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, p. 59-72, 1996.

QUINTELA, Antón Corbacho. O topônimo “GOYAZ”. Signótica, v. 15, no 2, p. 153-172, jul./dez. 2003.

RAMOS, Arthur. A organização dual entre os índios brasileiros. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai. Tese do concurso à cátedra de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia, RJ, 1945.

RIBEIRO, Mônica da Silva. Gomes Freire de Andrada e os conflitos pela demarcação de fronteiras meridionais nas Américas: redes de poder e estratégias de ação na segunda metade dos Setecentos. In: Revista Navigator - Dossiê Imprensa Militar, v. 9, n. 18, Rio de Janeiro, 2020.

RIBEIRO, Núbia Braga. Modos de viver e modos de guerrear: resistência indígena no sertão colonial. In: Tempos Gerais - Revista de Ciências Sociais e História - Número 5, UFSJ, São João del-Rei, 2014.

- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Apresentação. In: GIRALDIN, Odair. Cayapó e Panará - Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central. 1ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. A caminhada de Tanỹxiwè: uma teoria Javaé da História. Tese de doutorado em Antropologia.iguesr Universidade de Chicago, Chicago, 2008.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, p. 227-278, (Colección Sur Sur, CLACSO). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Ch’ixinakax utxiwa : una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores - 1ª ed. - Tinta Limón, Buenos Aires, 2010.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. In: revista Temas Sociales, número 11, IDIS/UMSA, p. 49-64, La Paz, 1987.
- RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem Pitoresca Através do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- SAHLINS, Marshal. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goyaz. Tomo 2. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- SCHIMITT, Carl. O Nomos Da Terra No Jus Publicum Europaeum. Ed. Puc-Rio, Rio de Janeiro, 2005.
- SCHWARTZMAN, Stephan. The Panará of the Xingu National Park, the transformations of a society. Chicago, PhD Dissertation, University of Chicago, 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Vargas, uma biografia política. L&PM Pocket, Porto Alegre, 2004.
- SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. A Nova História Indígena: um olhar atemporal. In: Revista Manduarisawa, vol. 3, n. 1, Manaus, 2019.
- SORIA, Sofia. Crítica, política y pedagogía decolonial. Una lectura a contrapelo, In: Revista en línea del Grupo de Investigación de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas Mendoza, 2017.
- SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. A Mitologia Bandeirante: Construção de Sentidos. In: Revista História Social, n. 13, IFCH/UNICAMP, Campinas, 2007.

- STIVAL, Ludimila. De Caliban a Próspero: A sociedade brasileira e a política externa da República (1889 – 1945). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- TAQUES, Pedro de Almeida P. L. Nobiliarchia Paulista Histórica e Genealógica. ed. Martins, São Paulo, vol. II, 1953.
- TAUNAY, Afonso de E. (introdução, coletânea e notas). Relatos Monçoeiros. 2ª tiragem da edição comemorativa do IV centenário da fundação de São Paulo. Martins Editora S.A., São Paulo, 1976.
- TAUNAY, Affonso de E. São Paulo no século XVI. História da vila piratininga. Tours, E. Adrault & Cia., 1921.
- TURNER, Terence. Da cosmologia à ideologia: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). Amazônia: etnologia e história indígena. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, p. 43-66. São Paulo, 1993.
- TURNER, Terence. History, myth and conciousness among Kayapó of central Brazil. In: HILL, Jonathan (org). Rethinking history and myth – indigenous south american perspective on the past. p. 195 – 213. Chicago: Univesrsity of Illinois press, 1988.
- TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). História dos índios no Brasil, São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 311 – 338.
- PEREIRA, David Lugli Turtera; FACCIO, Neide Barrocá. Organização socioespacial dos Kayapó Meridional: trajetórias entre os séculos XVIII e XX. In: Revista Techne, série 2, número 4, volume 1, Jornadas Iberoamericanas de Arqueologia e Patrimônio em Portugal, Mação'2017, 2018
- URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: UNESCO. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Brasília/UNESCO, 2010.
- VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil, vol. V. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.
- VASCONCELOS, Eduardo Alves. Investigando a hipótese Cayapó do Sul-Panará. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Unicamp, 2013.
- VENANCIO, Renato Pinto. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In: FURTADO, Júnia Ferreira. Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- VIERTLER, Renate Brigitte. A duras penas: um histórico das relações entre índios Bororo e “civilizados” no Mato Grosso. São Paulo, FFLCH/USP, 1990.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. 7 Letras, Rio de Janeiro, 2009.

ZAGO, Lisandra. Etnoistória Bororo: contatos, alianças e conflitos (século XVIII e XIX). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2005.

ZEM EL-DINE, Lorena Ribeiro. Alfredo Ellis e o Debate Sobre Raça e Imigração. In: Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, Rio de Janeiro, 2014.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil: les justifications d'ordre historique, théologique et juridique, et leur intégration par une mémoire historique (XVI-XVII siècles). Tese de doutoramento (História e Civilização) – l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1998.

Referência filmográfica:

PANARÁ, Komoi; PANARÁ, Paturi. Kiarãã Yõ Sâti – O Amendoim Cotia. YouTube, 09/09/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w6ueRq-k8ic>>. Acesso em 15/11/2023.

Outros documentos e publicações

ACTAS da Camara da Villa de S. Paulo (ACMSP) – 1596-1622, Volumes 2 e 51. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, 1613-1615.

BRASIL. [Constituição (1824)]. Lex: Constituição Política do Império do Brasil. Senado Federal, Brasília-DF, 2012.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO. — Publicações do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo. Volumes: 11, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 24, 28, 29, 34, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 50, 53, 55, 69, 72, 73. São Paulo, de 1895 a 1952.

CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Kayapós nos descobertos de Pilões e Tocantins; a reação dos seus moradores, acerca da bandeira armada para afugentar os ditos índios e solicitando ordens para lhes fazer guerra [02.09.1735]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 17.

INVENTÁRIOS e Testamentos (I.T.). Typographia Piratininga, vol. V, São Paulo, 1920.

INVENTÁRIOS e Testamentos (I.T.). Typographia Piratininga, vol. XV, São Paulo, 1921.

INVENTÁRIOS e Testamentos (I.T.). Typographia Piratininga, vol. II, São Paulo, 1921.

PORTUGAL. [Constituição (1822)]. Lex: Constituição Política da Monarquia Portuguesa. Lisboa, 1822.

Provisão de Mem de Sá, de 5 de abril. A. Marques, "Apontamentos ...", p. 154. Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1661-1709, vol. III, p. 390, 391, 1683.

Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, vol. X, p. 470, 471, Registo de uma carta que os oficiais da Câmara escreveram a S. M. em vereança de 12 de fevereiro de 1763.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta ao dr. Intendente Sebastião Mendes de Carvalho, datada de Vila Boa, 8 de dezembro de 1741. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980.

ANEXO 1 – ENTREVISTAS TRANSCRITAS NA ÍNTEGRA

ENTREVISTA 1: ANTÔNIO JUKUREAKIREU (LIDERANÇA BOE – MT)

Entrevistador: Boa tarde, Antônio, primeiro eu queria que você falasse seu nome, onde fica sua aldeia

Antônio Jukureakireu: Então, boa tarde, né, eu sou Antônio Jukureakireu, da etnia Boe, conhecida como Bororo. A minha terra indígena fica na região sul... mais precisamente na região Sudeste de Mato Grosso, município de Rondonópolis. E ali a gente vem lutando para sobreviver naquela... a T.I. hoje é uma ilha, né. E hoje eu sou acadêmico aqui da UFG, trabalho na escola desde 2013 como meu povo. Defendo muito os interesses, os anseios do meu povo, buscando assim uma vida mais digna, mais humana para meu povo, para minha aldeia, para minha Terra Indígena.

Entrevistador: Você já ouviu parentes falarem sobre uma guerra no tempo antigo, dos Bororo, que estavam juntos com os “brancos”, contra os Kayapó do Sul?

Antônio Jukureakireu: Ouvi sim, muito superficialmente, mas não teria essa palavra Kayapó. Seria outra palavra na nossa língua, seria Kayamo, inimigo. Na época a gente tinha muitos guerreiros, que na nossa língua também não é “guerreiro”, é tugobaigare, eles são preparados para proteger, eles são tipo um guarda, um guardião. A vida dele é diferenciada, desde que ele nasce. Geralmente já são de famílias assim, já tem um tratamento diferenciado das outras crianças, é preparado para acertar no alvo, preparado para defender de qualquer tipo de ameaça que afrente seu território, sua aldeia, sua família. Ele é preparado para matar. A felicidade dele... eles trabalham o psicológico dele e o maior prazer na vida dele é morrer em batalha, em honra e defesa da sua comunidade. Na época a gente tinha muito guerreiro... Eu imagino, opinião pessoal minha, que na época que o Pedro Alves Cabral chegou perdido no litoral, igual vocês falam que descobriu, né... não sei o que ele descobriu, não. A gente tinha uma passagem lá em São Paulo num lugar que fica conhecido como Apuaura, foi um ancião que falou pra mim... a gente andava muito, e em trânsito a gente veio embora para nossa região... eles foram até lá perto caçar, a gente caçava muito, andava muito, né. Não que a gente fosse nômade, mas quando enfraqueciam os alimentos de uma região, a gente se deslocava, procurando alimentos, lugares mais adequados para a gente ficar. E passaram por lá, deixaram a cabeça de uma paca, e colocaram como Apuaura. E com o passar do tempo Apuaura virou São Paulo, mas essa história

nunca o colonizador vai contar, ele não deu conta de falar Apuaura, por isso que ficou São Paulo. Vai ter outras invenções, outros pretextos, outros contextos, né.

E a gente veio pra cá. E quando ele chega, com certeza aqueles parentes ali do litoral, da região, eles começam a sair do seu território, a migrar mais para o interior, fugindo mesmo ou buscando lugares diferentes. Cara, eu vejo que foi um inferno aquela época, uma merda que... já imaginou eu invadindo seu território e você invadindo o meu? Virou uma loucura o Brasil, né, os espanhóis chegando depois, invadindo... Então eu vejo que a gente se acaba um pouco, história triste, dói muito falar, mas principalmente de meu povo, mas nós matamos muita gente. Até entender aquilo, aquela situação toda, né, que chegou uma praga, uma doença no nosso continente, e se alastrou e aquilo trouxe tantas coisas más que até hoje, depois de 500 e poucos anos, né – que vocês medem esse tempo aí -, não dá para ter noção do tamanho das coisas ruins que vocês trouxeram para a América do Sul, especificamente nosso Brasil. Porque vem doença, além da violência vem as prostituição... colocou todo mundo um contra o outro, né? Todo mundo defendendo o que é seu ou tentando defender. E aí virou aquela guerra total e os Bororo... Nós éramos muito território, e quem entrava no território recebia sinal de alerta para sair e se não saísse era executado e cortava aqui assim (mostra o couro cabeludo), a pele, e levava como um troféu.

Então, só para ter uma conjuntura que eu imagino aquela época. Mas voltando para a pergunta que o senhor me faz sobre a guerra contra os Kayapó do Sul, de Goiás... então isso acontece não de interesse do povo Boe, foi do interesse do pessoal que chegou em Cuiabá, esses colonizadores... Se eu não me engano, foi de interesse de Antônio Pires de Campos, em 1736 ou 1836...

Entrevistador: 1736.

Antônio Jukureakireu: 1736. E essa guerra foi ativamente até 1751, quando ele morre porque ele pegou infecção de uma flecha do lado direito do peito. Mas é uma história que a gente quase não gosta de contar... aí nasce também a palavra kayamo, né, que eu falei para o senhor que era “inimigo”. O povo Boe teve quatro históricos de contato, essa história está amarrada uma na outra, mas eu vou tentar, conversando mais eu vou tentando me atualizar... é muita história, então assim... o Mato Grosso, a baixada cuiabana, era um território nosso, maior concentração do povo Boe. Tivemos um contato no rio Kodibopoo, que para vocês é Coxipó, subindo...

Se não me engano, Pascoal Moreira Cabral chega na época das águas e essas viagens eram estratégicas, na época das águas eles viajavam muito, aproveitando que era um caminho mais fácil de chegar muito mais longe, explorando os rios que tinha para viajar. Então ele chega lá no tal do Barra do Córrego do rio Mutuca, e isso aí você me perdoa que eu não me lembro mais como que é em Bororo, mas era uma afluente do Coxipó, e o Coxipó um afluente do Cuiabá.

Então assim e aí ele tenta subir, mas a certa altura [havia] muitos Boe, muitos Bororo, e eles conseguem fazer ele recuar. Então eles falam na história que derrotaram ele ali. E aí ele volta e acho que estava quase escurecendo, fim do dia, e ele volta para o Cuiabá, né. Aí ele consegue chegar na Barra, zona de confluência, onde mistura dois rios, eu não sei a palavra técnica certa... e ali ele acende um fogo... um dos primeiros objetivos dele era capturar a gente para fazer escravo, né, e também marcar território. O Brasil também lutava por isso, quanto mais território desbravasse, mais chance do nosso país ser maior, né, já tem essa ideia... então ele chega e se prepara para pousar ali, acende fogo e tal, aí quando escurece a terra toda brilha ao redor dele e ele descobre o ouro sem querer!

Mas não era esse tesouro tipo de Minas Gerais que durava para sempre, né. Era aquele ouro, me desculpa o português, aluvião, que era rodado pelo pela enxurrada das chuvas, jogado no rio, e esse ouro andava, jorrava, entendeu? Era muito, muito, muito meriri ekrewu, né, a questão do brilho.

E aí ele fica louco ali. Então já começa a arrumar a estratégia de fundar Cuiabá, que é nossa capital hoje lá em Mato Grosso, explorar aquele ouro, pegar essa riqueza, que para nós era simples pedra. Claro que tem toda uma cosmologia nossa, de primazia, mas não era tão valiosa, que nem para o europeu, naquela época. Hoje eu queria achar o Coxipó cheio de ouro (risos), comprar um pouco de terra de volta, que nós perdemos. Mas aí começa o conflito, eram muitas aldeias por ali naquela época e ele começa a sair com o ouro naquelas embarcações que eram uma madeira, né, não tinha barco chique, então era só uma madeira, que eles cavocavam o meio. E eles começaram a melhorar muito a técnica da navegação com o povo indígena, não só com o meu, mas com vários povos indígenas. Esse trajeto eu não lembro muito, eu era uma criança né. Só sei que a gente saía aqui pelo rio Cuiabá, Paraguai e ia descendo até conseguir chegar perto de Mato Grosso do Sul, que na época era Mato Grosso. E daí tem um trajeto que era feito no carro de boi, para chegar num outro rio que, através de seus subafluentes, ia chegar em São Paulo. Mas eu não vou me arriscar a colocar todos os rios... você pega um rio, sobe, depois desce até chegar em São Paulo para esse ouro chegar lá e ir pra Portugal, para os reis, para os senhores.

Aí chegam os espanhóis também, começam uma guerra com os Guaikuru, né... os Kadiwéu, mais os Payaguá, começam a sucatear a carga, né. Eles tinham um nome, lá... bruaca... uma embarcação. Eles ficavam dentro da água, tinham uns canudos de taquara, e quando passavam os portugueses bem perto... que na época eram aquelas armas carregadas pela boca, então eles sopravam a água para jogar dentro do cano, para molhar a pólvora, aí não saía fogo e eles os flechavam, né. Já ficavam uns em terra e outros dentro da água. Então assim, muitas brigas né, já era muito de interesse do não-índio. Aí eles sucateavam a carga, principalmente ouro, para os espanhóis. E aí, com passar do tempo, eles começam a arrumar as estratégias. Chegava aquele ponto... os Bororo têm uma técnica de andar debaixo d'água, respirando por um canudo de taquara, então até isso os portugueses exploraram. Chegava aquela região em que era muito arriscado perder a carga, eles pulavam na água, e iam debaixo d'água. Um monte de canudinho descendo, mas era o ouro passando (risos).

E aí começa essa “amizade” também. A gente foi explorado para defender a nossa fronteira. Até a estratégia de colocar a capital em Vila Bela da Santíssima Trindade, na época, era por que era região de fronteira, então ali ficaram muitos Bororo, e descobriram essa técnica de luta dos Bororo, que era muito ágil, eram guerreiros muito bons. Enfim, esse caminho começa a ficar muito arriscado. E aí eles começam a arrumar estratégia para sair desse sufoco. É aí quando a gente vai brigar com os parentes. O Antônio Pires de Campos reúne um exército de 500 tugobaigare, 500 guerreiros Bororo, sei lá como ele fez, mas ele conseguiu. E aí ele consegue dominar vocês nunca fala a verdade disse que chega próximo na realidade Ele reúne um exército de eu não sei lá como ele fez mas ele conseguiu E aí ele ele ele ele consegue dominar esses tugobaigare, junta mais de 500... eles falam que são 500, mas o ancião fala que eram muito mais de 500. Por que vocês nunca falam a verdade. Não por maldade, segundas intenções, mas vocês mesmo falam isso em questão de porcentagem. Hoje eu estava na aula de química, falaram: “a probabilidade de isso chegar próximo, na realidade, tem essa porcentagem de erro”. Até a Rede Globo fala muito isso, né, na eleição, dois para mais, dois para menos... aí eu me lembro dos meus anciãos falando que tudo o que vocês fazem não é certo, sempre tem esta margem de erro.

Ele consegue reunir esses Bororo e aí essa região de São Lourenço de Fátima, tudo aí já já tem contato, e ficou ali nas margens de São Lourenço só um guerreiro famoso, que os portugueses nunca conseguiram derrotar, ele e o grupo dele, a aldeia dele. Umuguiokuri tinha mais de dois metros, dos mais violentos. Até eles falavam, né: “eram os mais violentos, os terríveis coroados”, por causa do cocar, mas eram os mesmos Bororo, os “terríveis coroados”. Ele tinha

uma estratégia muito boa de guerra e eles não conseguiam. Quando eles veem que não conseguem, né, como eles tinham derrotado muitas aldeias menores, mais frágeis, eles capturaram as mulheres... e, com certeza, as mulheres destes portugueses estavam lá na Europa, lá em São Paulo, sei lá. Então, eles capturavam as mulheres, matavam os homens, e essas mulheres iam servi-los. Quanto mais eles engravidassem as índias, mais eles povoavam Cuiabá, por que tinham que povoar Cuiabá. Por isso às vezes a gente fala que o cuiabano fala errado, né... eu falei isso para um professor de história meu, aí ele falou: “então você devia ser orgulhar muito disso!” Por que o cuiabano fala assim, “djá, djá”, “djá vou”? Por que quem povoou o Cuiabá, com uma história muito vergonhosa, que não contam em lugar nenhum, foram os Bororo. Os portugueses mataram os maridos delas, capturaram elas fazendo de prisioneira, e aí faziam as relações sexuais com elas, chantageavam e tal, e aí começam a povoar Cuiabá. Então, por isso que essa língua deles é isso devido aos Bororo, por causa do “J”, né? Se não me engano a gente não tem o “L”.

Então, o cuiabano tem isso devido ao histórico de fundação de Cuiabá, que foi muito triste. Daí ele aí começa a entrar, a segunda pacificação... aqui eu dou uma confundida, eu falei que tenho que me atualizar um pouquinho... aí que nasce a história da Rosa Bororo. Muitos Boe falam que foi *herói*... para vocês, na história do não-índio é , mas muitos Boe falam que foi uma traíra, né, traidora da pátria mesmo. Mas eu tentei ver os dois lá das coisas, eu pesquisei só para saber mesmo. Como eles capturaram ela e a irmã, não sei por quê não colocaram na história o nome da irmã dela, só da Rosa Bororo. Ela tinha filhos, aí capturaram os filhos dela e se ela não fosse atrás do Umuguikuri, conversar com ele para entregar as armas, eles iam matar os cinco filhos que ela tinha. Então, aí ele fez o papel de mãe, né. Aí ela foi, se pintou todinha e chegou lá com os militares, mas ela contou a verdade para as lideranças do Umuguikuri. Os homens queriam a pacificação, mas não era limpo, né, já que eles aprisionaram o filho dela e fizeram essa chantagem. O Umuguikuri falou que ele já tinha andado muito, ido a muitos lugares e havia chegado a hora de haver uma pacificação, de ter um acordo de paz, senão a gente ia acabar, as aldeias estavam acabando. Aquele Cuiabá era tudo Bororo, que já estava acabando, né. Aí, ele mesmo quis parar, né. E aí, quando ela volta e dá essa notícia para os militares, de que eles não queriam guerra, que eles queriam paz. Aí sai aquela manchete toda, né. Tinham um acordo de paz com os terríveis coroados, e aí eles fazem uma festa de governo, de presidente, festa grande mesmo, né. E leva a galera né, os índios, arruma roupa e levam eles para se batizar. Eu tinha que ter o “Antônio”, por que se não eu não sou gente, se eu tivesse só Diokure, não é nome, teria que ter Antônio. E aí arrumaram um espírito, uma alma, para me dar conta dele, para subir para o céu ainda. Então, você vê como são as coisas né, muito loucas!

E aí teve esse ritual, essa cerimônia, o batizado, tal. Os índios todos lá, já imaginou índio de roupa, nunca usou roupa! O governador, o chefe da época, não sei quem era, mandou servir o almoço para os índios, comemos... e aí acontece um problema muito grave, que nós lutamos até hoje, né, que destrói... Sem querer, igual eles descobriram o ouro de aluvião sem querer, eles sem querer descobriram um ponto fraco do povo Boe, que aí foram tomar cachaça juntos e o Bororo gostou e até hoje não parou. E aí, ele viu a oportunidade de explorar os Bororo usando a cachaça. Hoje eu sou católico, mas eu fiquei assim... não sei nem que palavra usar. Eu fiquei passado, sei lá, quando eu descobri que até os jesuítas também usavam o álcool para dominar o Boe. Na base onde foi feita a [Terra Indígena] Tereza Cristina e a Princesa Isabel. Princesa Isabel foi invadida, destruíram, né, e ficou a [TI] Tereza Cristina, e lá tinha uma Alambique e quem cuidava lá eram os Jesuítas, que o governador, o chefe da época, mandou para proteger a gente ali, por que estava morrendo muito. E aí ele viu que acalmou um pouco, ali. E aí começa a morrer muita gente... o pessoal descendo de Goiás aqui, começa a matar o pessoal na região do Meruri. Isso em 1902 já, quase. Aí ele manda essa esse grupo de Jesuíta para cá, para salvar os Boe (risos), que estavam sendo dizimados.

Mas voltando lá para a história, que a gente levava o ouro por água, passava por Mato Grosso do Sul. Saía essa estrada aqui por Goiás, no seco, para chegar em São Paulo. Acho que naquela época não tinha tanta técnica de fazer ponte, né, então tinha que ser bem estratégico para chegar... e aí quando a gente depara com esses parentes guerreiros também. Com certeza eles estavam defendendo o território, mas aí ele vem com 500 guerreiros e começou uma guerra de não sei quantos anos. Aí que se criam algumas aldeias Boe no Triângulo Mineiro. Hoje acabou tudo, né, mas não era um território nosso, era defendendo os interesses dos portugueses de Cuiabá. Criaram-se três ou quatro aldeias. Aldeia cadeia, aldeia prisão, onde o índio prisioneiro era o parente Kayapó do Sul e os guardas era os Boe. Já pensou, que loucura? O índio mesmo cuidando do índio! E aí nasce a palavra “kayamo”, né, que é “inimigo”. Ficou muito tempo e aí conseguiram fazer uma estrada, depois foram fazer uma outra estrada, que aí o ouro começa a acabar, aí os Bororo começam a fazer outra estrada, para Minas Gerais direto, não para São Paulo.

Eles fizeram a de São Paulo primeiro, para escoar o ouro, que foi quando teve essa guerra, e os Kayapó quiseram bater de frente com os Bororo e não tinha chance, né. Éramos preparados para a guerra mesmo, o Bororo era terrível... eu estava esquecendo a parte bem engraçada, que eles nos exploravam com nossa técnica de guerra, a favor deles, e exploravam nossos parentes Halíti, os Paresí, que desde lá do começo são agricultores, eles já plantavam mais que a gente. Então, quando acabava, ou quase acabava, a comida dos militares, eles atacavam nossos parentes Paresí, roubando a comida deles. Mas vocês não contam que eles roubavam a comida

dos índios para sobreviver. E um dos parentes muito afetados foram os Halíti, os Paresí, por que eles não tinham técnica nenhuma de guerra, o objetivo deles era plantar, eles eram agricultores, eram um povo indefeso. Ainda bem que os Boe não passaram lá, senão tinha dizimado. Então, eles davam muita comida para essas comitivas...

E aí começa essa guerra que a gente fez contra o povo Kayapó. Hoje é muito desconfortável falar sobre isso, mas na época a gente não tinha essa ideologia, essa percepção de que o cara sempre tá querendo tirar um proveito. Igual ao senhor, que está conversando comigo, não é por que você gosta de mim, você está pesquisando, é um interesse de uma pesquisa. Então tudo tem um fundo de interesse quando parte de uma origem portuguesa. Mas é cultural, jamais você ia conversar comigo por que você gosta de Bororo. Tem um interesse por trás! E eu também tenho interesse por trás disso. Do mesmo jeito que você tem... eu não sei qual é o seu interesse, mas o meu interesse é que você faça isso aparecer algum dia a mais, né. Contar essa história que o Brasil não contou, que o Brasil não sabe.

Houve muitas guerras, a gente quase dizimou o povo Kayapó, eles tiveram que correr, sair. Na verdade, passou um trator em cima, né. Aí eles migraram dali. Mas o que eu lembro é isso, ficaram umas três ou quatro aldeias por ali, mas aldeia cadeia, não era aldeia tradicional Boe, passivo, né. Depois disso eles começam a criar, com os Boe, uma estrada para Minas Gerais, para trazer os bois. Os bois que trouxeram para cá no começo, não deu certo e aí eles descobrem não sei como, que alguém conseguiu uma espécie, uma raça de bois, zebu, não sei, que dava certo no Brasil. Então os Bororo fizeram três, quatro estradas principais, eixos que cortam o Brasil. E no Pantanal também teve os índios cavaleiros, você deve ter ouvido falar neles. Só que eles não eram cavaleiros. Os espanhóis trouxeram os cavalos e eles se adaptaram ao Pantanal, mas o gado não se adaptou e aí eles largaram aqueles cavalos para lá, que viraram o cavalo pantaneiro. Aí o Índio conseguiu domesticar o cavalo e utilizar para a guerra dele.

Entrevistador: Os Guaycuru, né?

Antônio Jukureakireu: É, os Guaycuru. Aí nasce a história do cavalo pantaneiro, né. Passou uma matéria sobre o cavalo pantaneiro na rede Globo, só que não contaram esses detalhes. Com certeza alguém sabe, né, mas não quis falar. Se sua criança, meu filho, seu filho, ele ouvir: “olha, no Pantanal mato-grossense tem uma raça de cavalo nativa dali”, parece que é nativa, mas não é, foram os espanhóis que trouxeram os cavalos. Uma mentira, né, para as crianças. História mentirosa, que esse cavalo é pantaneiro, em vez de falar que são os cavalos que se adaptaram ao Pantanal e se tornaram os cavalos pantaneiros. E o índio se adaptou ao cavalo e

virou o índio cavaleiro da guerra. É muita história para a gente conversar. Espero que sirva para te ajudar um pouco.

E a Rosa Bororo tem esses dois lados, né. Não sei como você vai interpretar esses dois lados dela...

Talvez o senhor já saiba, mas para deixar bem claro que através dessa guerra com os parentes Kayapó, muitos voltam, muitos Bororo conseguem voltar. Eles até se perdem um pouco, o governo não tem mais recurso para lutar, dá uma trégua, arruma outras estratégias usando os índios, e é aí quando os parentes Xavante começam a perder seu território. E aí eles vêm, caçando um lugar para se instalar, saem do território deles e entram no território Bororo, e quando a gente viu que eram os Xavante, pensamos nos Kayapó, achamos que eram os Kayapó, aí por isso ficaram os Xavante como kayamo. Mas a briga com os Xavante era por território. Eram uns índios muito fortes, muito guerreiros também. A única coisa é que eles não tinham estratégia de guerra. Eles brigavam sem estratégia, desgovernadamente, os meus anciãos falam, né. Um dos melhores arqueiros que a gente tinha falava que era... o meu avô, né, chegou matar muito. O meu o meu bisavô se chamava Antônio Aduko e ele foi ele foi um desses caras que eu falei para você, ele era especial, né. Você assistiu aquele filme do atirador? Deve ter assistido, eles eram sniper de flecha. Botavam uma flecha dentro do seu olho, onde você quisesse. Eles eram arqueiros, né, eu vou falar arqueiro. O tugobaigare tinha que ter essas técnicas de resistência, ele lutava com a onça, mas não matava onça, chegar e atirar, né. O jeito de matar onça era diferente, depois eu te conto se você quiser saber, Quando a gente vê os Xavante chegando, invadindo nosso território, começa outra briga, disputa de território. Não por que eles quiseram invadir, mas por que foram empurrados.

Eu vejo que a gente viveu tantos milhões de anos no Brasil sem guerra, porque que os índios começam a brigar quando chegam os portugueses. A gente respeitava os territórios, tinha um sistema de organização muito mais organizado do que hoje. Com certeza tinha seus estados, municípios, do jeito nosso, né, cosmologia nossa. Ninguém invadia o que era do outro. Então, a gente tinha essa organização, no Brasil inteiro. Ou na América. E o meu povo era um dos mais complexos, de organização. Um dos mais organizados que a gente eles acham que a gente foi aqui na América do Norte, se não me engano os Maias ou os Incas. Eles falam que a gente veio de lá, descendo. Eu não acredito, que a minha cosmologia fala outra coisa! Vestígio de Boe na Colômbia, dizem que viemos lá da América Central, descendo. Mas é uma ciência que não é nossa. entendeu Você deve conhecer o padre Uchôa, que morreu há pouco tempo, um cara que estudou muito a gente, dedicou a vida estudando. Ele falou para mim que a gente veio

de lá, eu falei, não, padre, eu te respeito, mas fica para você o seu estudo, mas eu tenho a minha cosmologia. Aí ele falou, “é, mas tem que aceitar Deus”. Eu falei, sim, eu já aceitei e não sou ninguém contra Deus. Quem é o criador do céu e da terra? Aí ele: “é Deus!” Aí eu falei, se ele é criador do céu e da terra, eu tô onde? Na terra, então ele me criou também, do meu jeito.

E aí a gente começa essa batalha com o povo Xavante e ainda hoje ainda ficou um pedaço do Meruri e os Xavante. É uma história... cada um tem a sua versão, mas a gente também usava umas técnicas espirituais que os Xavante tinham muito medo, né, do Aroe Ikuie Powari do Bororo.

Entrevistador: O que é?

Antônio Jukureakireu: *Aroe Ikuie Powari*, são as cabacinhas que a gente faz quando alguém morre. Se eu morrer, aí tem eles lá que são do outro lado, do clã norte. Eles vão fazer o trabalho funerário para mim, vão fazer a minha cabaça, vão ser um representante social meu. Então esse *Aroe Ikuie Powari* fica com a mãe das almas, que seria minha mãe ou irmã minha, se minha mãe não estiver aqui mais. Então é tipo uma ponte entre o metafísico e o físico, igual ao *Pariko*⁹⁰, né...

Foi assim que a gente começa a briga com os Xavante. E meu avô fala que eram duas flechas para derrubar um Xavante. E os Bororo eram muito estrategistas, eles monitoravam o inimigo também. Descobriram que eles tinham uma casa no centro onde eles... era cultural deles guardarem as armas e já os bororo ficavam com elas em casa, igual vocês. Você tem um revólver e ele anda com você. Quando os Bororo atacavam as aldeias deles, eles tacavam fogo na casa e os homens saíam correndo para pegar as armas e lá já estavam os *tugobaigare* só para ver o tombo, né. Era muito feio, foi muito feia essa história, a guerra do povo Bororo com os Xavante. Aí misturou também a guerra do povo Bororo junto com os não-indígenas. Os nossos guerreiros tinham que correr para passar do cavalo, né. Era muito veloz! Então a gente corria

⁹⁰ “Usado à altura do vértex com os atilhos amarrados no occipício, o pariko Bororo é um diadema vertical, de forma semi-circular, composto, na maioria dos exemplares, de três fieiras de penas sobrepostas, inseridas num suporte flexível de nervuras de palmeira, revestidas por tiras de folíolos da mesma planta.

A vida social dos Bororo é estruturada na dualidade, onde duas metades exogâmicas se dividem em quatro clãs e que subdividem em outros sub-clãs. Essa divisão criou um estoque de bens materiais e imateriais para cada segmento dessa sociedade. Nessa estrutura social, o Pariko, cuja confecção é de exclusividade masculina, aparece como um artefato identificador do povo Bororo e, conseqüentemente aos seus clãs e sub-clãs que produzem seu próprio Pariko, sendo vedado à manufatura de um determinado estilo ou modelo por outro clã ou sub-clã” (MERIREU, Antonio João de Jesus. Pariko – Símbolo do Poder e da Beleza. Overmundo, 2011. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/pariko-o-simbolo-do-poder-e-da-beleza-1>>. Acesso em: 22/08/2023).

atrás dos militares no chão, para passar lá na frente e achar uma posição boa, para poder flechar. Tinha que correr mais que o cavalo. E esse *Aroe Ikuie Powari* ficava atrás, , então dizem que quando a gente corria muito ele fazia um barulho, então os Xavante já sabiam que nós estávamos apertando... eles tinham muito medo desse barulho.

Entrevistador: Te agradeço muito, Antônio, pela sua disposição de falar sobre isso para a nossa pesquisa. Muito obrigado.

ENTREVISTA 2: LUCIENE JAKOMEAREGECEBADO (CACICA BOE – MT)

Entrevistador: Boa tarde, Luciene, gostaria que você falasse seu nome e onde fica sua aldeia.

Luciene Jakomearegecebado: Meu nome é Luciene Jakomearegecebado, sou do povo Bororo, moro na aldeia Arareao, município de Santo Antônio do Leverger, na terra indígena Tereza Cristina, lá em Mato Grosso.

Entrevistador: Você já ouviu parentes falarem sobre uma guerra no tempo antigo, dos Bororo, que estavam juntos com os “brancos”, contra os Kayapó do Sul?

Luciene Jakomearegecebado: Eu nunca tinha ouvido falar dessa guerra, aí dois anos atrás foi a primeira vez que eu ouvi falar que o povo Bororo tinha essa história de guerra com o povo Kayapó, ajudando os não-indígenas, né, os brancos, pensando que o povo Kayapó seria o povo Xavante. Eu também sei pouca coisa sobre isso, eu nunca tinha ouvido falar durante todo esse tempo de trajetória, de nenhum ancião. Na verdade, o povo lá da minha aldeia teve conflito diretamente só com os não-indígenas, né, os brancos, e pouco conflito teve com outros povos. Então, acredito que seria mais outra parte dos que moram... a minha descendência (sic) era lá da região do Pantanal, onde o povo morava ali em Cuiabá, Barão de Melgaço, Santo Antônio do Leverger, então a gente não teve essa guerra diretamente com o povo Xavante, mas a outra região para cá, da região do Barra do Garças teve bastante conflito. Então essa guerra apoiando os brancos teria acontecido acreditando que os Kayapó seriam.

Entrevistador: Que eram inimigos tradicionais dos Bororo...

Luciene Jakomearegecebado: Que eram inimigos por causa de território. Então, assim, é o pouco que eu sei essa guerra. Eu estou na busca dessa pesquisa, que eu tenho um trabalho também em relação à história do povo Bororo e isso me interessou bastante, mas o pessoal da minha região não sabe dizer muito sobre essa guerra.

Entrevistador: Tá ótimo, é isso, Luciene. Muito obrigado pela sua atenção!

Luciene Jakomearegecebado: De nada. Queria contribuir mais, mas o menino ficou de me ajudar, até agora não mandou o áudio...

PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A AGÊNCIA INDÍGENA E O PROJETO COLONIAL PORTUGUÊS EM GOIÁS NA GUERRA JUSTA CONTRA OS KAYAPÓ (1735-1832)

Pesquisador: HIGOR COUTINHO

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 2

CAAE: 73633422.1.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de História

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.592.291

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2016807.pdf, de 24/11/2023) e do Projeto Detalhado (PROJ_PESQ_MESTR_CEP_UFG.pdf, de 28/08/2023).

RESUMO

Desenvolvemos na presente pesquisa de mestrado, com orientação do prof. Dr. Elias Nazareno, uma investigação, baseada em pesquisas históricas, sobre a agência indígena, notadamente entre guerreiros do povo Kayapó e os agentes coloniais durante a Guerra Justa (Bellum iustum ou Jus ad Bellum) ocorrida em meados do século XVIII na capitania de Goiás. A guerra foi comandada pelo sertanista Antonio Pires de Campos. O objetivo do artigo é interpretar os fatos históricos a luz da decolonialidade, conceito cunhado pelo grupo Modernidade/Colonialidade, formado por intelectuais latinos que realizaram um movimento político/epistemológico essencial para a atualização crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI.

HIPÓTESE

Como demonstrado acima, a importância do indígena para o projeto colonial e historicamente verificável. A redução dos Bororo, principiada ainda no século XVII por iniciativa de missões

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.592.291

jesuítas vindas do Grão-Pará em direção ao Rio Paraguai, acabou por diferenciar este povo entre ocidentais e orientais – uma divisão arbitrária feita pelo governo do Mato Grosso, tendo o rio Cuiabá como ponto de referencia. Porem, mesmo divididos, dominados, encarcerados e empregados como contingente de infantaria durante a guerra contra os Kayapo, e curioso observar como os maiores bororo gozavam de certa “autonomia militar”, a ponto de, por exemplo, escolher a localidade do Rio das Pedras para a construção da aldeia-quartel que serviria de base para o combate aos Kayapo, ou de sua recusa de embrenhar-se na mata em marcha para o norte da capitania. O povo Kayapo também defendeu, perenemente, sua soberania, ainda que por outros meios. Desde pequenos ataques, pilhagem de gado, raptos e assassinatos, de "brancos" e homens negros escravizados, passando pela guerra total, ate chegar, depois de selada a paz, a resistência “pacífica” nos aldeamentos. Como dito, a convivência e o choque entre maneiras de viver tão diferentes resultou tanto em apropriações de ambos os lados, quanto em incompreensões mutuas, mas o conhecimento do território e a experiencia de guerra no sertão davam, tanto aos Kayapo quanto aos Bororo, uma vantagem natural que, ainda que não debelasse a autoridade do agente colonial, ao menos franqueava aos indígenas o questionamento ou a recusa de ordens, pelo lado dos Bororo, e a vantagem de contar, quase sempre, com o elemento surpresa a seu favor, em relação aos Kayapo. Outro ponto a ser abordado diz respeito a interpenetração cultural, a exemplo da assimilação, também por parte dos brancos, de hábitos alimentares e de armas indígenas a rotina da guerra, uma vez que em combate os arcos e flechas se revelavam muito mais fáceis e rápidos de manejar do que os pesados mosquetões e arcabuzes, cuja destruição era avassaladora, mas que demandavam espaço e um tempo de recarga impraticável durante as batalhas mais encarniçadas. Enfim, esta pesquisa supõe que, apesar de sua condição de subalternidade, seja enquanto aliado ou inimigo do homem "branco" agente colonial, o indígena, por sua própria condição, foi capaz de intenso protagonismo histórico, ainda que a historiografia, deliberadamente ou não, ainda ofereça resistência e esta ideia.

METODOLOGIA

Para tentar compreender a agencia indígena frente aos construtos ideológicos do projeto colonial, optamos por uma abordagem metodológica decolonial, que objeta o paradigma hegemônico europeu a partir de praticas epistemologicamente desobedientes, ajustadas a uma teoria do conhecimento produzida no sul, para o sul. Propomos a adoção da Analise do Discurso (sempre pondo em perspectiva decolonial sua raiz europeia, no grupo de Michel Pecheux (1938- 1983)), para considerar as relações dessimétricas entre indígenas e “brancos” na capitania de Goiás, no

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 6.592.291

recorte temporal assinalado. A precaução é forçosa uma vez que a pesquisa decolonial demanda um caráter insubmisso para uma observação metodológica compatível com epistemologias outras, via de regra inferiorizadas pelo cientificismo eurocentrado. Partiremos de uma extensa revisão bibliográfica, desde os primeiros contatos entre homens "brancos" e o povo Kayapo (o que remonta a princípios do século XVII, quando missões jesuítas estabeleceram as primeiras relações de poder com os indígenas), passando pela Guerra Justa comandada por Antonio Pires de Campos em meados do século XVIII, temas abordados por autoras como Odair Giralдин, Mary Karash, Thiago Cancelier, Suelen Siqueira Júlio, Beatriz Perrone, entre tantas outras. Fundaremos a pesquisa também em obras referenciais de autores como Luís Palacin, Sergio Buarque de Holanda, Robert Mori e John Monteiro, mas a partir de uma perspectiva decolonial, fundamentada em autoras como Catherine Walsh, Anibal Quijano, Enrique Dussel, Maria Lugones, Walter Mignolo, Claudia Miranda, Maria Antonieta Martinez Antonacci e Nilma Lino Gomez, entre outras. Buscaremos acessar também a memória ancestral dos Kayapo por meio de entrevistas e depoimentos, para auxiliar na compreensão da constituição de singularidade social, dentro de sua relação com o administrador "branco" cristão numa sociedade colonial em que a raça apresentava-se como norma preponderante para a divisão de poder, e em que os métodos de extermínio de identidades se desdobravam como dispositivos auxiliares de extinção de sua história.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Indivíduos indígenas pertencentes ao povo Bororo (Boe), moradores de aldeias Bororo, que ao longo da vida tenham tido contato perene com anciãos de sua etnia.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Indivíduos indígenas pertencentes ao povo Bororo (Boe), moradores de aldeias Bororo, que ao longo da vida tenham tido contato perene com anciãos de sua etnia, mas que sejam pública e notoriamente contra o estudo e análise da história de seu povo para além da abordagem da historiografia clássica e não reconheçam a tradição oral Bororo como fonte legítima de pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Compreender, desde suas origens, as relações de dominação, compadrio e violência entre o projeto colonial, representado pelo homem "branco", e os povos indígenas Kayapo e Bororo, entre 1735 e 1832, recorte temporal que compreende o período anterior ao início oficial das hostilidades, a própria Guerra Justa declarada pelo governador Dom Luís de Mascarenhas contra os

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 6.592.291

Kayapo (com apoio militar dos Bororo), seu aldeamento e, por fim, a fuga definitiva para os sertões, após a morte de Damiana da Cunha.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pesquisar o interação de hábitos, costumes e cultos, no confronto militar entre homens "brancos" e guerreiros Kayapó, durante a Guerra Justa;
- Levantar dados que permitam uma melhor compreensão do papel do indígena, aliado ou inimigo, enquanto agente histórico e não apenas como figura passiva, sujeita a cronografia construída pelo homem "branco";
- Examinar o processo que parte da redução pela violência e chega as relações de confiança e submissão entre os índios e seus "superiores", no caso dos Bororo;
- Investigar o intercambio de hábitos, costumes e cultos, no convívio civil entre homens brancos e índios Kayapo administrados e aldeados em Maria I e, posteriormente, em São José de Mossamedes, depois de selada a paz;
- Questionar, dentro desta relação de subordinação, seja militar, seja civil, o espaço de negociação ocupado pelos indígenas, portanto espaço de agência, de emancipação, na tomada de decisões administrativas e/ou militares de cunho tático-estratégico.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Devido ao compromisso do pesquisador e, portanto, da pesquisa, tanto com o rigor científico da metodologia histórica quanto com a enorme complexidade da causa indígena brasileira, estamos cientes dos riscos éticos envolvidos nesta pesquisa, mas avaliamos ter discernimento e capacidade para contorná-los, baseando o estudo, acima de tudo, no respeito ao ser humano, principalmente o historicamente subalternizado, à sua memória e à sua história.

BENEFÍCIOS

Melhor compreensão do processo histórico de apagamento de memórias e culturas nativas ancestrais do território conhecido atualmente como Goiás; proposição de revisão historiográfica e consequente mudança de status dos indígenas frente à construção histórica brasileira.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.592.291

Federal de Goiás, que tem como objetivo compreender, desde suas origens, as relações de dominação, compadrio e violência entre o projeto colonial, representado pelo homem “branco”, e o povo indígena Kayapo, entre 1735 e 1832, recorte temporal que compreende o período anterior ao início oficial das hostilidades, a própria Guerra Justa declarada contra os Kayapo (com apoio militar de guerreiros do povo Bororo), seu aldeamento e, por fim, a fuga definitiva para os sertões, após a morte da sertanista Kayapó Damiana da Cunha.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise de resposta ao parecer consubstanciado nº 6.468.043 (PROTOCOLO ORIGINAL), emitido pela Conep em 03/11/2023:

1. Solicita-se que seja inserida na Plataforma Brasil a Área Temática Especial “Estudos com populações indígenas”, conforme item IX.8 da Resolução CNS nº 466 de 2012.

RESPOSTA: A Area Tematica Especial “Estudos com populacoes indigenas” foi devidamente inserida no sistema, conforme orientação.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2. Quanto ao Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), arquivo "TCLE.pdf", submetido na Plataforma Brasil em 24/08/2023:

2.1. Na primeira página lê-se: "voce tambem poderá fazer contato com o Comitê de Etica em Pesquisa da Universidade Federal de Goias". Considerando que o estudo também envolve análise pela Conep, solicitase inserir as formas de contato com esta comissão, a saber: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) - Endereço: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70750 -521, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h]. Adicionalmente, solicita-se inserir uma breve descrição sobre o que é a Conep e a sua função.

RESPOSTA: Alteração feita conforme orientação (vide RCLE).

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.2. Na segunda página lê-se: "Os riscos desta pesquisa são mínimos, ainda que a busca pela memoria ancestral por meio da tradição oral virtualmente possa deflagrar processos emocionais

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 6.592.291

que podem ser benéficos e/ou maléficos; porem, os benefícios desta pesquisa são, no nosso entender, patentes, uma vez que coloca a voz, a tradição oral e a memória ancestral indígenas em paralelo com o conhecimento histórico acadêmico tradicional.". Diante do exposto:

2.2.1. A Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 2º, Inciso XXV, define risco da pesquisa como "a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente". Ao subestimar os riscos envolvidos em um estudo, o(a) pesquisador(a) não transmite as informações necessárias para que o indivíduo tome uma decisão autônoma sobre sua participação na pesquisa. Dessa forma, solicita-se que os RISCOS DA PESQUISA sejam expressos de forma detalhada, bem como a apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições que possam vir a causar algum dano ao participante da pesquisa.

RESPOSTA: Alteração feita conforme orientação (vide RCLE).

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.2.2. Solicita-se incluir no Processo e Registro do Consentimento Livre e Esclarecido o compromisso do(a) pesquisador(a) de divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível e compreensível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 3º, Inciso IV).

RESPOSTA: Alteração feita conforme orientação (vide RCLE).

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.3. Deve ser informado que o(a) pesquisador(a) responsável e o(a) participante da pesquisa (ou responsável legal) deverão rubricar todas as páginas, de acordo com a Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, § 3º. Solicita-se adequação.

RESPOSTA: Alteração feita conforme orientação (vide RCLE).

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.4. O RCLE não apresenta a numeração nas páginas. Com o objetivo de garantir a integridade do documento, solicita-se que sejam inseridos os números de cada página, bem com a quantidade total delas, como por exemplo: "1 de X" e assim sucessivamente.

RESPOSTA: Alteração feita conforme orientação (vide RCLE).

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.592.291

2.5. Conforme a terminologia da Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 2º, inciso XXII, solicita-se alterar o nome "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" para "Registro do Consentimento Livre e Esclarecido".

RESPOSTA: Alteração feita conforme orientação (vide RCLE).

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2016807.pdf	24/11/2023 16:09:09		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE_PESQUISA_HIGOR_COUTINHO_VERSAO_LIMPA.pdf	24/11/2023 16:07:36	HIGOR COUTINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE_PESQUISA_HIGOR_COUTINHO_ALTERACOES_EM_VERMELHO.pdf	24/11/2023 16:07:19	HIGOR COUTINHO	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	24/11/2023 15:58:30	HIGOR COUTINHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJ_PESQ_MESTR_CEP_UFG.pdf	28/08/2023 16:51:17	HIGOR COUTINHO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	24/08/2023 15:51:48	HIGOR FALEIRO COUTINHO	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO.pdf	24/08/2023 15:21:34	HIGOR FALEIRO COUTINHO	Aceito
Declaração de concordância	CARTA_DE_ANUENCIA.pdf	24/08/2023 15:19:19	HIGOR FALEIRO COUTINHO	Aceito

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.592.291

Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	24/08/2023 15:12:04	HIGOR FALEIRO COUTINHO	Aceito
----------------	--------------------	------------------------	---------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

BRASILIA, 27 de Dezembro de 2023

Assinado por:
Laís Alves de Souza Bonilha
(Coordenador(a))

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br